



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



MARIA RAIMUNDA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: Análise dos desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social

**Manaus – Amazonas
2024**

MARIA RAIMUNDA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: Análise dos desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação profissional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marinez Gil Nogueira Cunha

**Manaus – Amazonas
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48p Oliveira, Maria Raimunda Nascimento de
Programa Bolsa Família e Intersetorialidade: análise dos
desafios e potencialidades da gestão do programa no Município de
Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social /
Maria Raimunda Nascimento de Oliveira . 2024
143 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira Cunha
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Gestão da Política de Assistência Social. 2. Intersetorialidade.
3. Programa Bolsa Família. 4. Serviço Social. I. Cunha, Marinez Gil
Nogueira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA RAIMUNDA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: Análise dos desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação profissional.

Aprovado em:11/01/2024

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Marinez Gil Nogueira - (PPGSS/UFAM)
Presidente

Prof.^a Dr.^a Carolina Cassia Batista Santos
Membro interno (PPGSS/UFAM)

Prof.^a. Dra. Roberta Justina da Costa
Membro externo (DSS/UFAM)

Manaus – Amazonas
2024

Dedico este trabalho à Deus, por estar comigo em todos os momentos, sem Ele em minha vida, eu não teria alcançado esta conquista. Te agradeço Senhor por não desistir de mim e ter me dado forças quando mais precisei. Aos meus filhos Arnold Arnon e Anne Hellen, por serem a razão de tudo em minha vida. A minha mãe, Maria Nascimento de Oliveira e meu pai, Francisco Costa de Oliveira (in memoriam), que sempre me incentivaram e cobriram-me de cuidados e amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, a Ele toda honra e toda glória! Meu Senhor e Pai, obrigada por nunca ter me abandonado, sempre me guiando nesta caminhada, mesmo diante de tantas adversidades, por me fortalecer a cada dia, me dando esperança e coragem para prosseguir. Obrigada por ter me socorrido todas as vezes que recorri a Ti e ter provido os recursos necessários para a concretização desse trabalho.

À minha filha Anne Hellen e meu filho Arnold Arnon, amores da minha vida, por serem a razão de eu lutar e ir em busca dos meus objetivos. Por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos, apoiando-me incondicionalmente em todos os meus projetos de vida e por terem me incentivado tanto, essa conquista também é de vocês. Anne enquanto pesquisadora me acompanhou mais de perto e sempre me compreendendo, apoiando e muito contribuiu em todo esse extenso processo. Vocês deixaram a minha vida muito mais feliz!

Às minhas irmãs Ângela Maria, Célia Maria, Maria Suely, Maria Solange, Maria Elizabeth, principalmente as irmãs “Célia e Beth” por estarem mais próximas e pelo apoio incondicional de todas as horas e formas possíveis durante todo esse trajeto. Célia por ser também ser minha colega de profissão e por ter me incentivado a ingressar no Mestrado em Serviço Social, bem como durante todo este processo, e não só nele, vocês sempre estiveram presentes me apoiando e orando por mim, gratidão irmãs!

Ao meu único irmão Francisco Costa de Oliveira Filho “Junior” pelo apoio e carinho dedicado a mim sempre que precisei de você, gratidão meu irmão!

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, em especial a Raíssa por ter me incentivado e contribuído neste processo de formação, expressei meu carinho e gratidão.

À minha professora orientadora, Marinez Gil Nogueira, pelo incentivo e apoio em todos os momentos, por acreditar em mim, mesmo quando nem eu acreditava. Agradeço à disposição, a paciência no aprendizado. A ela, o meu muito obrigada! Agradeço pela dedicação em contribuir no meu processo como pesquisadora na Amazônia. Agradeço também por ter abraçado esta temática e pelo conhecimento e afeto que compartilhou comigo durante esses anos.

À Prefeitura Municipal de Manicoré, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, Secretaria de Saúde - SEMSA e Secretaria de Educação - SEMED de Manicoré/AM, por terem autorizado a realização da pesquisa e, conseqüentemente, contribuído para o alcance dos resultados demonstrados nesta dissertação.

Aos meus amigos e amigas, muitas participaram de forma direta e outros/as indiretamente deste processo, eu sou eternamente grata pela amizade e contribuição de cada um/uma de vocês.

Às minhas amigas e colegas de profissão, sobretudo, as da Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família – PBF e Cadastro Único, que sempre me apoiaram nesses últimos dois anos que estiveram comigo na labuta, gratidão meninas!

Às minhas amigas e amigos do mestrado, umas mais próximas, outras não expresse a minha gratidão por terem me incentivando tanto neste processo de formação, pelo apoio e companheirismo que desenvolvemos ao longo dessa fase das nossas vidas. Com vocês compartilhei as angústias e prazeres da pós-graduação e em nome da Ralenice agradeço à todas. Muitas vezes dividíamos os livros para estudar e até mesmo espaço físico, obrigada por terem tornado esse processo muito mais leve.

À Mere, minha colega de profissão e amiga, por ter acompanhado e contribuído na minha caminhada do mestrado, com indicação de leituras e orientações, obrigada por ter feito eu entender que desistir não é uma alternativa.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS - UFAM), ao corpo técnico representado e coordenação, por toda presteza e dedicação com cada um/a de nós discentes.

Ao professor Dr^o Jefferson William Pereira do curso de Serviço Social da UFAM, por ter me oportunizado caminhar na formação acadêmica e profissional, mesmo antes do ingresso ao mestrado enquanto meu professor do CapacitaSUAS no município de Manicoré, você me instigou a tentar o mestrado, muito obrigada por ter sido um incentivador e ter contribuído nos meus estudos. Com você preendi como se faz docência no meu estágio docente, minha eterna gratidão.

A professora Dr^a Lidiany de Lima Cavalcante do PPGSS-UFAM, obrigada por ter me apoiado, nas suas partilhas no meu espaço sócio-ocupacional, sempre disponível a contribuir com a educação, você vai muito além dos muros da universidade, agradeço pelas orientações na disciplina e em todo processo do mestrado como minha professora e por sua dedicação em ensinar e por todo apoio e incentivo.

Aos professores e professoras do PPGSS-UFAM, pela oportunidade de ingressar como mestranda e poder dar continuidade à minha formação. Por terem nos mostrado a realidade da pesquisa na Região Norte, por terem compartilhado tanto conhecimento, pela empatia que tiveram conosco neste processo.

Agradeço aos membros da banca Prof.^a Dr^a Carolina Cassia Batista Santos e Prof.^a Dra. Roberta Justina da Costa, por aceitarem acompanhar este trabalho desde a qualificação e pela atenção concedida à esta produção.

Ao Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS), na representação de seus membros e membras, por terem me acolhido e criado espaço para que eu pudesse me desenvolver como pesquisadora, garantindo a mim todo o apoio e incentivo para prosseguir no caminho da pesquisa na Amazônia.

Aos membros e membras do Laboratório de Estudos de Gênero, por me receberem tão bem, por todo incentivo e terem contribuído neste processo de formação profissional e acadêmica, onde eu pude contribuir diretamente com o grupo e pude fazer novas amizades.

Aos participantes da pesquisa, Assistentes Sociais e Coordenadoras Intersetoriais que trabalham na Assistência Social e nas políticas de Saúde e Educação, sou muito grata por terem aceitado participar da pesquisa e por terem me oportunizado realizar este estudo, por revelarem-se interessadas e compromissadas na realização da pesquisa no município de Manicoré no Amazonas.

A Universidade Federal do Amazonas - UFAM, por ter sido minha segunda casa durante esses últimos dois anos, por ter me propiciado conhecer a academia mais próximo do real, por ter me apresentado pessoas e lugares que antes desconhecia, por poder contar experiências e continuar aprendendo tanto, gratidão!

“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperança para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.” – Yamamoto (2007, p. 17).

RESUMO

A assistência social vem constituindo-se como uma das principais políticas sociais do Estado Social capitalista recente, sobretudo em relação aos benefícios monetários chamados usualmente de renda mínima. Nesse sentido, essa pesquisa buscou aprofundar as discussões sobre a efetividade da política pública de Assistência Social no contexto amazônico, com ênfase no principal programa de transferência de renda brasileiro. Para tanto, tivemos como objetivo geral: analisar a visão dos profissionais de serviço social sobre as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Manicoré/AM para contribuir com o fomento de estratégias efetivas de intersetorialidade na gestão do programa. Para realização de uma discussão com maior profundidade foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) Caracterizar as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família com foco no contexto socioterritorial amazônico do município; 2) Conhecer as condições, demandas e atribuições de trabalho do Assistente Social neste programa na política de assistência social municipal; 3) Desvelar a visão dos assistentes sociais e dos coordenadores intersetoriais (assistência, saúde e educação) sobre os desafios e as potencialidades da efetivação da intersetorialidade no processo de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades na gestão do PBF. Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa do tipo explicativa, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, que foi conduzida por meio do levantamento de dados e/ou informações de natureza bibliográfica, documental e de campo. Na coleta de informações junto aos sujeitos da pesquisa foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos 7 (sete) Assistentes Sociais e 3 (três) Coordenadores Intersetoriais (assistência social, saúde e educação), que representa um total de 10 (dez) sujeitos entrevistados. A análise dos dados foi realizada por meio da triangulação de fontes documentais, de campo (a voz dos sujeitos) e contexto histórico e socioterritorial da realidade amazônica do município de Manicoré no estado do Amazonas. A interpretação das vozes dos sujeitos da pesquisa foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo, por meio da qual se buscou aprofundar o conteúdo (ou a fala) das entrevistas realizadas. Em relação aos principais resultados do estudo, concluiu-se a ausência da efetividade da intersetorialidade entre assistência social, saúde e educação na gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Manicoré/AM. No entanto, isso implica na necessidade de criação de estratégias de gestão para realização de um trabalho em conjunto e articulado, no sentido de contribuir para a melhoria do atendimento da população beneficiária do programa no enfrentamento à pobreza em contexto amazônico.

Palavras-chave: Gestão da Política de Assistência Social; Intersetorialidade; Programa Bolsa Família e Serviço Social.

ABSTRACT

The Social Assistance has become one of the main social policies of the recent capitalist Social State, especially in relation to monetary benefits usually called minimum income. In this sense, this research sought to deepen discussions about the effectiveness of public Social Assistance policy in the Amazon context, with an emphasis on the main Brazilian income transfer program. To this end, our general objective was to analyze the view of social service professionals on the particularities of the management of the Family Bag program (PBF) in the municipality of Manicoré/AM to contribute to the promotion of effective intersectoral strategies in the management of the program. To carry out a more in-depth discussion, the following specific objectives were outlined: 1) Characterize the particularities of the management of the Family Bag Program with a focus on the Amazonian context of the municipality; 2) Know the conditions, demands and work responsibilities of the Social Worker in this program in the municipal social assistance policy; 3) Unveil the vision of social workers and intersectoral coordinators (assistance, health and education) on the challenges and potential of implementing intersectorality in the process of monitoring compliance with conditionalities in the management of the PBF. In relation to methodological procedures, this is an explanatory type of research, with a quantitative and qualitative approach, which was conducted through the collection of data and/or information of a bibliographic, documentary and field nature. In collecting information from the research subjects, the semi-structured interview technique was used, with seven (07) Social Workers and three (3) Intersectoral Coordinators (social assistance, health and education) as subjects, representing a total of 10 interviewed subjects. Data analysis was carried out through the triangulation of documentary sources, field sources (the voice of the subjects) and the historical and socio-territorial context of the Amazonian reality in the municipality of Manicoré in the state of Amazonas. The interpretation of the voices of the research subjects was carried out using the content analysis technique, through which we sought to deepen the analysis of the content of the interviews carried out. In relation to the main results of the study, it was concluded that there was no effectiveness of intersectorality between social assistance, health and education in the management of the Family Bag Program (PBF) in the municipality of Manicoré/AM. However, this implies the need to create management strategies to carry out joint and coordinated work, in order to contribute to improving service for the program's beneficiary population in combating poverty in the Amazonian context.

Keywords: Management of Social Assistance Policy, Intersectorality, Bag Family Program and Social Service

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Eixos Estruturantes da Gestão do SUAS.....	37
Figura 02: Mapa do Estado do Amazonas com localização do território do Município de Manicoré/AM.....	59
Figura 03: Mapa do Município de Manicoré com localização territorial e cidades fronteiras....	59
Figura 04: Vista Aérea do Município de Manicoré/AM.....	62
Figura 05: Mapa dos Bairros do Município de Manicoré/AM.....	63
Figura 06: Mapa do Distrito de Santo Antônio do Matupi em Manicoré/AM.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Linha do tempo sobre a construção da política pública de Assistência Social no Brasil.....	35
Quadro 02: Organização dos Níveis de Proteção Social do SUAS.....	39
Quadro 03: Indicador dos Benefícios Variáveis do Programa Bolsa Família – PBF.....	44
Quadro 04: Exemplos da Base Conceitual Sobre Intersetorialidade.....	49
Quadro 05: Objetivos das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	52
Quadro 06: Características da Gestão Plena no SUAS.....	71
Quadro 07: Composição da equipe técnica do SUAS em Manicoré/AM.....	74
Quadro 08: Famílias no Cadastro Único, em situação de pobreza, em situação de baixa renda e com renda per capita acima de ½ Salário-Mínimo em Manicoré/AM.....	75
Quadro 09: Famílias beneficiadas do PBF, benefício médio e valor total repassado às Famílias Beneficiárias do PBF em Manicoré/AM.....	75
Quadro 10: Pessoas em situação de pobreza, baixa renda e pessoas com renda per capita mensal acima de ½ sal. min. em Manicoré/AM.....	76
Quadro 11: Número de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GTPE no CadÚnico e no PBF em Manicoré/AM.....	80
Quadro 12: Lócus e Sujeitos da Pesquisa.....	83
Quadro 13: Principais atribuições das assistentes sociais da assistência social e rede intersetorial em Manicoré/AM.....	99
Quadro 14: Principais demandas às Assistentes Sociais na Assistência Social e rede intersetorial em Manicoré/AM.....	101
Quadro 15: Dificuldades e/ou desafios enfrentados pelos assistentes sociais no acompanhamento intersetorial das famílias no âmbito do programa bolsa família em Manicoré/AM.....	113
Quadro 16: Principais dificuldades vivenciadas no acompanhamento intersetorial no território amazônico de Manicoré/AM.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Acompanhamento das Condicionalidades na Educação em Manicoré repassadas pelo MEC ao MDS.....	77
Tabela 02: Acompanhamento das Condicionalidades na Saúde em Manicoré repassadas pelo E-SUS ao MDS.....	78
Tabela 03: Perfil dos/as Assistentes Sociais entrevistadas.....	86
Tabela 04: Formação Profissional das Assistentes Sociais entrevistadas.....	88
Tabela 05: Área de Pós-Graduação realizada pelas Assistentes Sociais entrevistadas.....	89
Tabela 06: Vínculos empregatícios e modelo contratual de trabalho das Assistentes Sociais.....	91
Tabela 07: Condições de trabalho das Assistentes Sociais.....	93
Tabela 08: Principais demandas ao trabalho das Assistentes Sociais em Manicoré/AM.....	94
Tabela 09: Frequência das demandas que atualmente as Assistentes Sociais realizam em Manicoré/AM.....	95
Tabela 10: Trabalho das Assistentes Sociais com as famílias do Programa Bolsa Família e CadÚnico.....	96

LISTA DE SIGLAS

BCO - Benefício Complementar
BET - Benefício Extraordinário de Transição
BPI - Benefício Primeira Infância
BRB - Benefício de Renda de Cidadania
BVA - Benefício Variável Adolescente
BVC - Benefício Variável Criança
BVF - Benefícios Variáveis Familiares
BVG - Benefício Variável à Gestante
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPACITASUAS - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CEF - Caixa Econômica Federal
CETI - Centro de Educação Integral
CF/88 - Constituição Federal Brasileira de 1988
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DGSUAS - Departamento de Gestão do Sistema Único da Assistência Social
DPSB - Departamento de Proteção Social Básica
GTPE – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Índice de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IGD/SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NIS - Número de Identificação Social
OSC - Organizações da Sociedade Civil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde.
ONU - Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PSB - Proteção Social Básica
PSE - Proteção Social Especial
PT - Partido dos Trabalhadores
RI SOCIAL – Relatório de Informações Sociais
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SIGPBF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SICON – Sistema de Condicionalidades
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I.....	24
1. QUESTÃO SOCIAL E POBREZA: A Proteção Social no Programa Bolsa Família na Assistência Social Brasileira.....	24
1.1. A questão social na sociedade capitalista: a pobreza em questão.....	24
1.2. A Proteção Social na Política de Assistência Social Brasileira: Aspectos históricos da estruturação do SUAS.....	32
1.3. O Programa Bolsa Família como estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil.....	41
CAPÍTULO II.....	48
2. A CENTRALIDADE DA INTERSETORIALIDADE NA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AS PARTICULARIDADES DA GESTÃO DO PROGRAMA EM MANICORÉ/AM.....	48
2.1. A intersectorialidade e o acompanhamento das condicionalidades na gestão do Programa Bolsa Família.....	48
2.2. A realidade socioeconômica e cultural de Manicoré: a pobreza em questão em contexto amazônico.....	57
2.3. As particularidades da gestão municipal do SUAS e do Programa Bolsa família em Manicoré/AM.....	69
CAPÍTULO III.....	83
3. A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E COORDENADORES LOCAIS SOBRE A GESTÃO DO PROGRAMA: a intersectorialidade em questão.....	83
3.1. Caracterização do perfil dos profissionais de Serviço Social e dos coordenadores intersectoriais do Programa Bolsa Família entrevistadas em Manicoré/AM.....	83
3.2. As condições, demandas e atribuições do trabalho do Assistente Social na política de Assistência social em Manicoré/AM: as especificidades da atuação no Programa Bolsa Família.....	91
3.3. A visão dos profissionais de serviço social sobre as dificuldades, desafios e potencialidades da intersectorialidade na gestão do programa no município.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	134
A – Parecer Consubstanciado CEP/UFAM.....	134
B – Termos de Anuência (Assistência Social/Educação/Saúde) de Manicoré/AM.....	135
APÊNDICES.....	136
A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (formulário on-line/assistentes sociais)	136
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (formulário on-line/coordenadoras intersectoriais)	138
C - Formulário de Entrevista online (assistentes sociais)	139
D - Formulário de Entrevista online (coordenadoras intersectoriais)	141

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo centra-se na gestão da Política de Assistência Social brasileira, com foco especificamente na gestão do Programa Bolsa Família - PBF. O estudo buscou trazer à tona as discussões sobre os desafios e potencialidades da gestão do referido programa, especialmente no que se refere à intersectorialidade nesta gestão, ou seja, a articulação entre as políticas de saúde e educação e assistência social na gestão do programa.

O interesse da pesquisadora por tal objeto de pesquisa iniciou-se através da experiência profissional como Assistente Social e técnica de referência do CRAS na Política de Assistência Social na proteção social básica do SUAS no município de Manicoré/AM, por meio da qual foi possível perceber a relevância do trabalho profissional do/a Assistente Social para a mediação e intervenção no acesso aos direitos dos/as usuários/as nos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa experiência profissional e minhas inquietações voltadas para aprofundar o conhecimento sobre a gestão do Programa Bolsa Família e, mais especificamente, sobre o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação, me impulsionaram para a escolha deste objeto de estudo. Destaca-se que foi possível perceber através de minha experiência profissional as diversas expressões da questão social decorrentes da ausência do Estado, apontando para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as condições sociais enfrentadas por essas famílias e as demandas no cotidiano do trabalho dos/as assistentes sociais na região amazônica.

A intersectorialidade na gestão do programa implica em garantir a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação no âmbito municipal, sendo essa articulação essencial para a permanência dos beneficiários neste programa. Os profissionais de Serviço Social têm papel importante para o atendimento e/ou acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF em não cumprimento das condicionalidades enquanto parâmetros da gestão do programa.

Assim, a interface do trabalho profissional do/a Assistente Social na Política de Assistência Social é de grande relevância na operacionalização do Programa Bolsa Família e nas ações de intersectorialidade com as políticas de saúde e educação.

Desta forma, este estudo buscou aprofundar a compreensão desse processo, centrando-se na visão dos/as profissionais de serviço social sobre a gestão do PBF no município de Manicoré/Amazonas, com foco no acompanhamento das famílias em não cumprimento das

condicionalidades do programa. Esse acompanhamento é uma medida de gestão do referido programa que é essencial para a efetividade desta política através da articulação intersetorial

Dessa forma, destaca-se a questão norteadora central da problematização deste estudo: *Qual é a visão dos profissionais de serviço social sobre as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no processo de acompanhamento intersetorial das famílias beneficiadas no município de Manicoré/Amazonas?*

Para responder à questão norteadora central deste estudo também se fez necessário a investigação dos seguintes questionamentos secundários: 1) Quais são as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família no município diante de seu contexto socioterritorial amazônico?; 2) Quais foram as principais condições, demandas e atribuições de trabalho do Assistente Social neste programa na política de assistência social municipal ?; 3) Qual a visão dos/as assistentes sociais e dos/as coordenadores/as intersetoriais (assistência social, saúde e educação) sobre os desafios e as potencialidades da efetivação da intersectorialidade no processo de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades na gestão do PBF?

Tendo em vista o exposto, o presente estudo teve como objetivo geral: Analisar a visão dos profissionais de serviço social sobre as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Manicoré/AM para fomentar estratégias efetivas de intersectorialidade na gestão do programa.

Para tanto, apresenta-se como objetivos específicos: 1) Caracterizar as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família com foco no contexto socioterritorial amazônico do município; 2) Conhecer as condições, demandas e atribuições de trabalho do assistente social neste programa na política de assistência social municipal; 3) Desvelar a visão dos/as assistentes sociais e dos coordenadores/as intersetoriais (assistência social, saúde e educação) sobre os desafios e as potencialidades da efetivação da intersectorialidade no processo de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades na gestão do PBF.

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, é preciso ressaltar que se buscou ser coerente com os objetivos desta dissertação, que estão voltados para desvelar as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família em Manicoré/AM, compreendendo as transformações e contradições que ocorrem na totalidade da própria gestão da política de Assistência Social brasileira. Por isso, a pesquisa adotou uma abordagem crítica, pois buscou-se ir além da superfície para desvendar os aspectos que transcendem a aparente realidade.

Neste sentido, a pesquisa adotou a abordagem do materialismo histórico-dialético, que conforme destacado por Paulo Netto (2011) é vinculada à teoria social crítica de Karl Marx

(1818-1883). Essa perspectiva reconhece o papel ativo e crítico do pesquisador, que busca interpretar o real no plano ideal, movendo-se da aparência para a essência do objeto de estudo. As categorias fundamentais desse método - contradição, mediação e totalidade¹ - orientaram a condução do trabalho, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas subjacentes à realidade investigada na gestão do Programa Bolsa Família em Manicoré/AM.

Conforme destacado por Prates (2012), a dissertação segue uma abordagem metodológica explicativa, combinando elementos quantitativos e qualitativos na abordagem dos sujeitos de pesquisa. Assim, o estudo emprega procedimentos de pesquisa bibliográfica², pesquisa documental³ e pesquisa de campo⁴ para atingir seus objetivos de investigação.

Em relação à pesquisa de campo, destaca-se que o lócus do estudo foi a cidade de Manicoré/AM, especialmente junto a seis instituições públicas do município específicas, a saber: 1) a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, que é o órgão gestor municipal da Política de Assistência Social de Manicoré; 2) o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; 3) o Centro de Especializado de Referência de Assistência Social – CREAS; 4) Setor do Cadastro Único; 5) Secretaria Municipal de Educação - SEMED e 6) Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA do município de Manicoré/AM.

A pesquisa contou com dez (10) sujeitos (informantes-chave), sendo 6 (seis) Assistentes Sociais vinculadas à política de assistência social municipal, uma assistente social vinculada à política de saúde (totalizando 7 assistentes sociais) e (3 três) coordenadoras intersetoriais do PBF atuantes nas políticas de Assistência Social, Saúde e Educação de Manicoré/AM (uma coordenadora de cada política).

Para realização da pesquisa de campo, a abordagem junto aos sujeitos lançou mão da técnica de entrevista semiestruturada.⁵ Os contatos com estes profissionais foram

¹ A totalidade significa de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Neto, 2011).

² A pesquisa bibliográfica é aquela que abrange a revisão teórica em relação ao tema de estudo, como publicações avulsas, boletins, livros, teses e outras (Lakatos; Marconi, 2010).

³ A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2016).

⁴ Já a pesquisa de campo é aquela que “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada” (Gonsalves, 2009, p. 67).

⁵ A entrevista semi-estruturada é aquela sujeita a uma relação fixa de perguntas abertas ou fechadas, permitindo que o entrevistador direcione a entrevista por um roteiro e/ou formulário pré-estabelecido (Gil, 2016).

exclusivamente através das entrevistas, que foram realizadas no formato virtual, por videoconferência, utilizando a plataforma do Google Meet. Destaca-se que foram acatados todos os procedimentos éticos previstos para este tipo de pesquisa nas orientações, resoluções e normativas vigentes do conjunto CEP/CONEP, inclusive aqueles relativos ao contexto pandêmico. A aprovação no CEP pode ser consultada no site da Plataforma Brasil pelo CAAE: 66313422.6.00005020.

A pesquisa documental local analisou registros institucionais referentes ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), elaborados pelas referidas instituições *lócus*, a saber: o Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021); o “Diagnóstico Socioterritorial: A Territorialização da Assistência Social de 2021” do DGSUAS; Informações do site da SEMAS; Informações obtidas via RI Social; o Portal de Acesso à Informação do Governo do Estado do Amazonas. Além disso, foram acessados normativas; legislações; publicações e sistemas com dados públicos sobre a Assistência Social, disponibilizados publicamente pelo atual Ministério de Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

Em relação aos procedimentos de sistematização e análise dos dados coletados no estudo, optamos pela técnica da triangulação de dados, alinhada à perspectiva teórica escolhida. Essa abordagem integra dados quantitativos e qualitativos (Creswell, 2007), sendo utilizada tanto no movimento de triangulação de dados quanto na triangulação de enfoques e técnicas (Prates, 2012). Assim, foi realizado o cruzamento (triangulação) de dados documentais, da pesquisa de campo e contextuais, abarcando uma abordagem quantitativa e qualitativa. A confrontação dessas informações permitiu uma visão abrangente da realidade e do objeto de estudo.

Além da técnica de triangulação, também foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que possibilita codificar, categorizar e interpretar materiais discursivos (linguagem escrita ou oral), além de ser considerada uma técnica que “se funde com as características da abordagem dialética” (Triviños, 1987, p. 60).

É preciso destacar que esse estudo foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS), do qual a autora desta dissertação é membra, tendo como líder do grupo a orientadora deste estudo. É necessário ressaltar ainda a vinculação deste estudo com o projeto de pesquisa mais amplo desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), que tem por título: “A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e sul do Brasil”.

Em relação à exposição dos resultados do estudo, a estrutura da dissertação está organizada em três capítulos. O 1º Capítulo, intitulado “Questão Social e Pobreza: a Proteção Social no Programa Bolsa Família na Assistência Social Brasileira”, traz uma discussão baseada na pesquisa bibliográfica desenvolvida neste estudo, a respeito da questão social na sociedade capitalista e dos meios utilizados pelo Estado para exercer a gestão das demandas sociais (gestão das políticas sociais) e da própria sociedade.

Apresenta-se, primeiramente, uma discussão sobre as categorias questão social e pobreza, visando problematizar e contextualizar o cenário que requisita ao Estado o provimento de proteção social, focalizando no Brasil a política pública de assistência social. Em seguida, abordou-se o processo histórico de construção desta política pública, enfatizando o período histórico que demarcou o início do seu reconhecimento como política de responsabilidade estatal e direito de seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988.

Para isso, inicialmente, abordou-se aspectos conceituais e históricos das políticas sociais enquanto mecanismos estatais de resposta às manifestações das desigualdades sociais forjadas na sociedade capitalista. Assim, destacou-se a Proteção Social na Política de Assistência Social brasileira e os aspectos históricos da estruturação do SUAS. E, por fim, realizou-se uma explanação sobre o conteúdo e a forma do Programa Bolsa Família como estratégia de enfrentamento da pobreza e no combate à fome no Brasil.

O 2º Capítulo traz uma discussão baseada na pesquisa documental realizada neste estudo, sendo denominado “A centralidade da intersetorialidade na gestão do Programa Bolsa Família: as particularidades da gestão do programa em Manicoré/AM”. Assim, adentra-se à discussão sobre a centralidade da intersetorialidade na gestão do programa pelos entes federados, ou seja, a necessidade de articulação entre as áreas de assistência social, saúde e educação. Após essa discussão mais ampla e conceitual sobre intersetorialidade e sua importância para a gestão do Programa Bolsa Família (PBF), iremos realizar uma reflexão sobre as particularidades da gestão do PBF no contexto socioterritorial da região amazônica no norte do Brasil.

Assim, abordamos os aspectos históricos, econômicos e sociodemográficos de Manicoré/AM. E, também, foi feita uma contextualização da operacionalização da Política de Assistência Social neste município, destacando o processo histórico da implementação do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A intenção foi contextualizar a pobreza na realidade de um território Amazônico, ou seja, a realidade do município de Manicoré/AM,

destacando as especificidades da gestão do SUAS, os equipamentos, serviços e programas ofertados e o nível de gestão do município.

O 3º Capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa de campo, dando voz aos sujeitos da pesquisa. Assim, o capítulo foi nomeado “A visão dos/as profissionais de serviço social e coordenadores/as locais sobre a gestão do programa: a intersetorialidade em questão”, em que se realizou a análise das particularidades do trabalho profissional de Assistentes Sociais em contexto amazônico, principalmente no espaço sócio-ocupacional na assistência social, desvelando as condições, demandas e atribuições impostas a esses/as profissionais no âmbito da operacionalização do Programa Bolsa Família em Manicoré/AM.

Em seguida, desvelou-se a realidade do trabalho profissional no acompanhamento das famílias do programa e, por fim, a visão desses/as profissionais de Serviço Social sobre as dificuldades, desafios e potencialidades da intersetorialidade na gestão do programa no município. Cumpre destacar, que além da visão dos/as profissionais de Serviço Social, o estudo também focou, de modo complementar, a visão dos coordenadores/as intersetoriais do PBF (assistência social, saúde e educação) no âmbito municipal.

CAPÍTULO I

QUESTÃO SOCIAL E POBREZA: A Proteção Social no Programa Bolsa Família na Assistência Social Brasileira

Este capítulo versa sobre a matéria prima do Serviço Social, a questão social, derivada de um processo de exploração, dominação, violência e outras formas de coerção potencializadas no modo de produção capitalista. Nesse contexto, dá-se visibilidade à desigualdade e injustiça social como produtos das contradições entre capital/trabalho, que afeta e influencia diretamente a vida e o modo de viver dos sujeitos sociais nos diferentes espaços societários.

Destacar-se-á reflexões e conceitos sobre as categorias - questão social, pobreza, proteção social e intersetorialidade - sinalizando o papel do Estado na elaboração e operacionalização de políticas sociais como respostas às necessidades e direitos de indivíduos e/ou famílias em situações de riscos e/ou de vulnerabilidade social, destacando o Programa Bolsa Família (PBF) que é considerado “carro chefe” no enfrentamento da pobreza no Brasil, bem como evidenciando as nuances aí construídas.

1.1 A questão social na sociedade capitalista: a pobreza em questão

A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais de solidariedade, de ajuda e de compaixão. A designação de pobre em diferentes tempos e espaços ocorre a partir de um juízo moral ligado à disciplina e ao trabalho, pois, o social, nem sempre foi visto como resultado das relações econômicas desiguais. De acordo com Montañó (2009), em um dado período o social foi visto e tratado como:

Fato social, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais entre as classes. Assim, se o problema social (a "questão social") não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema (Montañó, 2009, p. 271).

Logo, as formas de proteção aos pobres ocorriam de formas distintas. De um ponto estavam os atendidos pela Igreja em caráter assistencialista. Por outro, acreditava-se que os pobres eram os responsáveis pela sua condição de vida, assim, eram vistos e tidos como bandidos, ladrões, desocupados, prostitutas e vagabundos sem direito a qualquer atenção. Por conta dessa classificação, Montañó (2009), explica a pobreza na concepção burguesa:

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro

dele). Em segundo lugar, a pobreza é vista como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (Montaño, 2009, p. 272).

Dáí foi criada a chamada “Leis dos Pobres” (*Poor Law's*) em várias cidades do norte da Europa e na Inglaterra com a finalidade de amparar as populações em condições de vulnerabilidade social, vistas como perigosas e ameaçadoras à sociedade. Dentre essas leis destaca-se a *Speenhamland* que para Thompson (1987):

A criação do sistema de *Speenhamland* se deu por razões humanitárias e também por necessidade, porém os maiores interessados na perpetuação daquele sistema eram os fazendeiros que precisavam de grande número de trabalhadores ocasionais, assim como de uma reserva de mão-de-obra barata (Thompson, 1987, p. 53).

Na mesma direção, Hobsbawm (1978), afirma que este sistema se revelou desastroso principalmente porque:

[...] pauperizava, desmoralizava e imobilizava o trabalhador, que podia confiar que não morreria de fome – em sua própria paróquia ou em nenhuma outra parte do país”. Porém, o sistema discriminava nitidamente o homem solteiro que tivesse família pequena. A pobreza não diminuiu, mas seu significado foi [...] antes social que econômico. Foi uma tentativa – uma última, ineficaz, mal planejada e malograda – de manter a ordem rural tradicional em face de economia de mercado (Hobsbawm, 1978, p. 97).

Outra autora, Vianna (2002), apresenta contribuições significativas sobre as chamadas Leis dos Pobres, que para ela foi um tipo de proteção social bastante expandida pelos países europeus:

As Leis dos Pobres eram ordenações de Estado que faziam compulsória à “caridade”, implicando a criação de um fundo público – o imposto dos pobres, em geral recolhido pelas municipalidades – e que tinham por finalidade tirar os pobres das ruas. Vigoraram em grande parte dos países europeus entre os séculos XVII e XIX, e a despeito de terem apresentado variações expressivas no decorrer deste período, se caracterizaram pela natureza caritativa, pela forma de assistência pública e pelo alvo a que se destinavam a pobreza (Vianna, 2002, p. 03).

Elucida-se a partir da abordagem da autora supracitada que a desigualdade social e a pobreza não são algo novo, elas sempre existiram em diferentes contextos, sob olhares e tratamentos distintos. Portanto, não são acidentais, e sim, produzidas por um conjunto de relações que abrangem as esferas da vida social. Na economia existem relações que levam à exploração do trabalho e concentração da riqueza nas mãos de poucos (Gonçalves, 2009).

Na política, a maior parte da população é excluída das decisões governamentais. Na cultura, sobretudo, na Amazônia as populações são vítimas da apropriação dos seus conhecimentos e saberes para fins lucrativos e sem quaisquer sinais de devolutiva, seja com políticas públicas e/ou programas de geração de renda, seja com ausência de oportunidades que perduram desde o processo de colonização do Brasil. O mais agravante em tais condições de

vida e modo de viver das populações menos favorecida é que as desigualdades e a pobreza têm classe, região, cor, raça e gênero, colocando-as nas estatísticas da miséria e da fome, ou seja, em situação de riscos e vulnerabilidade social global (Gonçalves, 2009).

Desse modo, importa ressaltar que antes das Revoluções industriais, a pobreza era bastante visibilizada no cenário europeu, isto pode sinalizar que a Revolução Francesa não criou o pobre (Gonçalves, 2009). Esse autor em seus estudos aborda o contexto da sociedade francesa nesse período e relata que ele é marcado pelo medo das populações menos favorecidas, medo de perder sua independência, de serem privadas de todos os meios de ganhar o mínimo vital para sobreviver, medo de perder o emprego, já que o desemprego nesse período era sinônimo de indigência, na maioria dos casos. Corroborando ainda, que essa realidade foi estritamente visível tal qual na Inglaterra e em Londres, atingindo igualmente homens e mulheres, crianças e jovens.

É na Inglaterra que se inicia de maneira pioneira a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, em que o avanço tecnológico permitiu um grande desenvolvimento de maquinário voltado para a produção têxtil, isto é, de roupas. Com isso, uma série de máquinas, foi criada para tecer fios. Com essas máquinas, era possível tecer uma quantidade de fios que manualmente seria necessária à utilização de várias pessoas.

Fica esclarecido que os determinantes da agudização da pobreza estão atrelados ao desenvolvimento do capitalismo, que a partir da Revolução Francesa (1789), instituiu-se um sistema econômico efetivo de acumulação de bens e riquezas por parte da classe burguesa com base na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Constituem-se duas classes, uma que detém os meios de produção a (burguesa) e a outra (dos trabalhadores) que desprovida desses meios, vende a sua força de trabalho em troca de salário, avivando as contradições capital/trabalho.

Nesse processo, as contradições forjadas nas relações de poder expõem que o modo de produção econômico deva ser desenvolvido para a sua manutenção e dominação de classe erguendo uma superestrutura, um Estado e as ideias econômicas, sociais, políticas, morais, filosóficas e artísticas que dominarão a classe trabalhadora. Neste sentido, Marx (1988) compreende que a história da humanidade é tecida numa permanente dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, sintetizando que “a história de toda sociedade passada é a história da luta de classes” (p. 29).

Iamamoto (2007) reforça esse pensamento ao afirmar que as desigualdades sociais são “indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, pauperização e das formas de discriminação e exclusão” (Iamamoto, 2007, p. 59).

A dinâmica desse contexto explica a categoria questão social, que se manifesta na maior parcela da população que experiência o analfabetismo, o desemprego, a prostituição, a fome, o analfabetismo político, dentre outras expressões, criando profissões desprovidas de quaisquer direitos trabalhistas e, tampouco, de condições dignas de trabalho e de viver, tais como: catadores de materiais recicláveis (papel, latinhas, ferro velho, etc.), crianças e adolescentes provedoras da casa, vendedores de drogas (os chamados “aviãozinho”), limpadores de vidro em semáforos, vendedores ambulantes (de frutas, doces, salgados, balas, peixes, plantas, adubos, picolés e muito mais), sacoleiros, vendedores de mercadorias contrabandeadas, dentre outras, o que levou Teles (2002) em seus estudos concluir que:

A questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (Teles, 2002, p. 85).

Sendo fruto da sociedade de classe, a questão social se consolida no auge da Revolução Industrial, no século XVIII em que não produz somente as desigualdades e injustiças sociais, mas, também, o processo de resistência da classe oprimida. De acordo com Yamamoto (2007) “a questão social sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.” (p.28). Assim, o grande capital desde então, se reinventa, se amplia, se intensifica e se aprofunda em suas crises cíclicas à luz das relações de poder e dominação em que a classe trabalhadora produz a riqueza, porém, dela é destituída e, por se reconhecer como integrante dessa classe, se organiza e protagoniza as suas lutas em busca de seus direitos.

Nesse cenário, de um lado estavam um pequeno grupo se apropriando dos resultados do trabalho de uma grande parcela da população, evidenciando que desde sempre existiu a desigualdade política, social e econômica, assim como, diferentes tratamentos à questão social, ao pobre e ao trabalhador. De outro, a maior parcela da população produzia a riqueza, e vivencia as facetas da questão social. Assim, enquanto o pobre recebia atenção assistencialista e filantrópica como se a pobreza fosse algo natural, o trabalhador passou a ser visto e tratado como cidadão de alguns direitos como, por exemplo, os previdenciários e atenção à saúde.

As injustiças e desigualdades sociais não emergem no vácuo das relações sociais, mas, sobretudo, em meio a conflitos das classes em que a dominante prevalece com os seus ditames e persevera em justificar seus discursos e práticas, alegando que a pobreza como expressão da questão social é resultado de famílias “desestruturadas”, do não acesso ao processo educativo,

culpabilizando os indivíduos de tal condição. Ou seja, as famílias são vistas separadas dos fundamentos econômicos e a pobreza atribuída a causas individuais e psicológicas.

Sobre essa realidade Yazbek (2012), confirma que “os pobres são produtos das relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade” (Yazbek, 2012, p. 289), desmistificando o olhar burguês de ser tal condição natural e individual.

Os estudiosos que se debruçam para explicar a categoria pobreza traçam diversas linhas de pensamento e análise constituindo aporte explicativo em várias dimensões e lugares da vida social. Contudo, as conceituações e definições da categoria pobreza com apoio da análise marxista trazem contribuições significativas para os fundamentos do Serviço Social - finalidade dessa abordagem nesse estudo – favorecendo uma compreensão das relações econômicas, políticas e sociais nas sociedades estratificadas e os desdobramentos e consequências à classe trabalhadora que sobrevive do maior bem que possui, a sua força de trabalho.

No Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano, tendo raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira. Os estudos de Silva (2010) assinalam que no país “a pobreza decorre em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (Silva, 2010, p. 156).

Nessa perspectiva, um ponto importante a destacar é que a pobreza sempre existiu, porém, antes do capitalismo era determinada pelas relações sociais e econômicas abalizadas, todavia, ocasionada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas que não davam conta às pragas que acometiam as plantações e nem tampouco de frear as catástrofes naturais (Santos, 2012). Desse modo, compreende-se que os cenários se modificaram e ao mesmo tempo a pobreza se intensificou, se aprofundou e se expandiu e as populações que dela padecem lutam cotidianamente pela sua sobrevivência em âmbito estrutural.

Mas, afinal o que é pobreza? De um modo geral, pode se dizer que pobreza é a privação de capacidades, de oportunidades para suprir necessidades mínimas tanto objetivas quanto subjetivas. A pobreza é um mal que afeta milhares de pessoas em âmbito global.

Os estudos de Rocha (2003) apontam que a preocupação com as desigualdades e a pobreza emerge nos países desenvolvidos após a necessidade de reconstrução do pós-guerra. Em diferentes contextos, a atenção às pessoas que vivem em condições de pobreza foi de formas

diversas, como bem foi explicitado anteriormente. Para a autora, “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (Rocha, 2023, p. 9).

Essa autora Rocha, faz uma reflexão importante com relação à pobreza, ao enfatizar nas diferentes sociedades como são escolhidos os procedimentos de mensuração da pobreza em cada realidade. Isso demonstra que conceituar e definir pobreza de forma linear leva ao risco de “desconsiderar dimensões importantes para análise, elaboração e aplicação de políticas antipobreza” (Idem, p. 10), que traduzam resultados operacionais positivos para a população que dela padece.

Rocha (2003, p.11), afirma que “a problemática da pobreza em países ricos levou a que se enfatizasse o caráter relativo da noção de pobreza”. Nesse sentido, a própria autora rebate esse olhar observado nas realidades dos países desenvolvidos com a sua tese de que “tanto pobreza quanto subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades” (ibidem).

Desse modo, fica demonstrado, a partir do olhar da pesquisadora, que de acordo com as realidades e desenvolvimento social e produtivo dos países a noção de pobreza pode ser absoluta *versus* relativa. Ela sinaliza que “pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, portanto, ao não atendimento vinculado ao mínimo vital. Pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão [...]” (ibidem).

Os autores, Crespo e Gurovitz (2002), fazem uma abordagem importante para clarificar a compreensão da complexidade do fenômeno chamado pobreza. Para eles a “conceituação de pobreza é categorizada como ‘juízo de valor’ quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável” (Gurovitz, 20, p. 4). Por isso, consideram que esse enfoque apresenta “fragilidades, pois, não leva em consideração uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos” (Ibidem).

Os pesquisadores apontam ainda, outras percepções de pobreza quais sejam: 1) como conceito relativo que é uma abordagem de cunho macroeconômico e que tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda; 2) com o enfoque absoluto em que se observa a pobreza com fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, sejam em

aspectos nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los (Ibidem).

De acordo com Silva (2010, p.157), pobreza “é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política”. Já Yazbek (2012) assegura que a pobreza “certamente não se reduz às privações materiais” (Yazbek, 2012, p. 73/74).

Para Martins (1991), a pobreza “é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (Martins, 1991, p. 15)”.

O relatório “Pobreza e Equidade no Brasil – Mirando o Futuro Após Duas Crises” do Banco Mundial (2022) confirma o pensamento de Silva (2010) com relação à pobreza da população brasileira, quando faz uma abordagem analítica dessa situação diante de duas crises recentes. Com mais de 22 milhões de casos diagnosticados, o Brasil tem sido o país mais afetado pela COVID-19 na região da América Latina e Caribe e o terceiro em todo o mundo.

Conforme o referido relatório, no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza. O documento ressalta uma linha oficial de pobreza de acordo com a definição utilizada no relatório, indicando que estão abaixo da linha de pobreza pessoas com renda per capita inferior a R\$ 499,00 reais por mês (Banco Mundial, 2022).

O relatório do Banco Mundial mostra que esses percentuais não mudaram muito desde 2012, o primeiro ano para o qual há dados comparáveis. A pandemia poderia ter aumentado significativamente a pobreza no Brasil, se não fosse a transferência direta de renda para 68 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2022).

Estima-se que a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil após a redução substancial e eventual descontinuação do Auxílio Emergencial em 2021, em meio ao desemprego persistentemente alto e aumento do custo de vida. As taxas de desemprego permaneceram acima dos níveis pré-pandemia em 2021. E as mulheres, os jovens e os menos escolarizados tiveram maior probabilidade de perder seus empregos por causa da pandemia. Os domicílios de baixa renda sofreram com maior insegurança alimentar e apresentaram menor probabilidade de prover suas necessidades básicas (Banco Mundial, 2022).

O relatório do Banco Mundial evidencia ainda, que os moradores da parte norte do país continuam atrás do resto do Brasil nas dimensões monetárias e não monetárias do bem-estar.

Os estados do Norte têm taxas de pobreza 2,7 vezes maiores do que os estados do Sul e renda *per capita* média cerca de 52% menor; a população adulta tem 1,5 anos a menos de escolaridade e o acesso das pessoas ao saneamento e à água é 8 pontos percentuais menor (Banco Mundial, 2022).

Faleiros (2003) faz uma observação da pobreza na ótica do Banco Mundial e sinaliza que “ela está ligada a processos sociais, econômicos e políticos, mas se caracteriza por: I) privação de ativos; II) falta de acesso a mercados; e II) escassez de oportunidade de emprego” (p.114). Nessa direção, o referido autor afiança que “a chave para o alívio da pobreza é o crescimento econômico com mercados voltados ao incremento de ativos para os pobres. É preciso ainda, combater a corrupção e mudar valores que excluem mulheres e outros grupos dos mercados” (Ibidem).

Pochmann (2017), destaca que a problemática do desemprego no Brasil, sua origem não se limita apenas ao cenário recessivo da economia, mas também resulta do aumento significativo de novos trabalhadores no mercado. Essa entrada acelerada está associada à redução do rendimento médio das famílias, especialmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade. O autor ressalta a interconexão entre o rebaixamento do nível de ocupação e a dinâmica econômica, enfatizando a importância de considerar fatores socioeconômicos ao analisar o problema do desemprego no contexto brasileiro.

Diante das reflexões acerca dos conceitos e definições da categoria pobreza, reconhecer que ela vai além da ausência de bens materiais, é olhar as possibilidades e ter o comprometimento de garantir políticas públicas alternativas com possibilidades de atender em totalidade as pessoas que vivem nessa condição, que não é algo natural, mas, sim, uma condição de vida produzida pelas relações de produção econômica vigente.

Observa-se, que as medidas de enfrentamento da pobreza se dão por meio de conhecimentos científicos, cabendo ao Estado acumulá-los e apropriar-se desses conhecimentos para pensar, elaborar e executar políticas públicas que pelo menos minimize as desigualdades sociais com equidade, ou seja, alinhar as especificidades dos usuários às suas realidades. Como afirma Crespo e Gurovitz (2002, p. 3), apreender a “complexidade do fenômeno pobreza, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema no cenário vigente em dimensão global”.

Assim, é necessário construir medidas de pobreza que incluam as populações nessa condição, não somente em programas de transferência de renda (que são sim, importantes e

necessários), mas, sobretudo, em oportunidades de emprego, de acesso a bens e serviços, moradia, lazer dentre outros, como orienta a Constituição Federal (1988) e outros documentos oficiais que garantem direitos civis, políticos e sociais dos usuários que deles necessitam e têm direitos.

Para continuar as reflexões acerca desse debate sobre enfrentamento da pobreza, no próximo tópico será discutida a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social e a estruturação da gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que é um modelo de gestão construído mediante lutas históricas para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais no Brasil.

1.2. A Proteção Social na Política de Assistência Social brasileira: Aspectos históricos da estruturação do SUAS

Nas diferentes sociedades a raiz da proteção social teve como característica a caridade, a filantropia e a solidariedade religiosa. No Brasil, a construção de um sistema de seguridade social foi um processo marcado por lutas e grandes conquistas, transitando entre a simples doação para um sistema único no país (o chamado SUAS), que nos dias atuais garante o direito à proteção social para todos os cidadãos que dela precisar e têm direito.

Do ponto de vista histórico mais global, verifica-se que por séculos e em tempos e espaços diversos, as igrejas construíram vastas redes de entidades tais como: asilos, orfanatos, reformatórios, obras sociais; organizações não clericais: Santas Casas de Misericórdia e alguns equipamentos públicos de educação que acolhiam os vistos e tidos como “incapazes”, “inaptos” e que viviam em condições precárias. Oliveira (2007), confirma essa realidade:

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (Oliveira, 2007, p. 01).

A filantropia tem suas raízes na Igreja Católica, que a difundiu e conferiu caráter de caridade e benemerência. Sposati (2011, p. 75), diz que originalmente, a palavra filantropia significa “amor ao outro, a humanidade”. Portanto, é o sentimento de “amor ao próximo”, característico das práticas religiosas, que incentivavam a preocupação e cuidado com os chamados “pobres”.

Desse modo, faz sentido o que Di Giovanni (1998), assinala em seus estudos ao afirmar que nunca existiu sociedade que não tenha praticado algum tipo de proteção social, o que se

subentende, que sempre existiu grupos em condições e modo de viver diferente. O referido autor abaliza que proteção social pode ser de forma institucionalizada ou não e que as sociedades a constituem para proteger os seus membros, dos riscos e vulnerabilidades sociais da vida em sociedade.

O referido autor enfoca ainda, que, os sistemas e as formas de proteção social vão sendo construídos de acordo com as ideologias, critérios históricos e culturais de um grupo social e submetidos às relações de poder. Por fim, Di Giovanni (1998, p. 38) completa que:

As sociedades edificam suas formas de proteção social de acordo com suas especificidades e com a maneira como se entrelaçam as relações entre Estado, sociedade e mercado, de modo que, em todas as épocas, foram desenvolvidas formas de amparo aos pobres, necessitados e cidadãos de modo geral.

Note-se que, os sistemas e as formas de proteção social não são exclusivos do sistema capitalistas e nem sempre foram operacionalizadas pelo Estado. Contudo, é com os avanços do modo de produção que o Estado, como protetor e regulador do grande capital, é acionado pela massa para intervir nas várias expressões da questão social provocada pelas desigualdades e injustiças sociais. Ou seja, com o aumento da miséria (característico da sociedade que prima pelo lucro) e o frágil equilíbrio da caridade clerical organizada de forma privada que não consegue ser eficaz na resolutividade dos problemas criados.

Como o Estado e o Mercado interagem mutuamente, são eles que definem as formas de provisão social pública e privada. E para que as provisões de serviços sociais sejam públicas devem ser legalmente legisladas e administradas pelo Estado. É a partir do momento em que o Estado assume a responsabilidade na execução de determinados serviços sociais que *a posteriore* passam a ser considerados políticas públicas de caráter social, ou seja, as políticas sociais.

A partir daí emergem os conceitos de políticas sociais e suas nuances, de Estado e as relações de poder, desenvolvidos por autores e estudiosos que se debruçam sobre esses temas, contribuindo de forma significativa para novas pesquisas no âmbito do serviço social, como também para possibilitar escolhas teóricas e metodológicas assertivas para o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais.

Sobre as políticas sociais, entende-se que elas se referem às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado. Nota-se que, as políticas sociais são construídas em meio às relações de poder, conforme as transformações e apropriação do modo de produção econômica e do exercício político de um dado momento. De acordo com (Sposati *et al*, 2014, p. 35):

A correlação de forças é uma forma de gestão estatal da força de trabalho e, nessa gestão, não só conforma o trabalhador às exigências da reprodução, valorização e expansão do capital, mas também é o espaço de articulação das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do atendimento de suas necessidades e reivindicações”.

Com base nessa assertiva, compreende-se que as políticas sociais são estratégias criadas pelo Estado para manutenção do *status quo*, em que minimamente promove algumas mudanças periféricas, porém, não atinge o cerne da Questão Social. Desse modo, o Estado é o dominador das relações sociais e econômicas e as políticas sociais nessa ótica “funcionam como meio para manter a desigualdade e perpetuar a dominação do Estado como instrumento manejável pelos grupos no poder” (Pereira, 2008, p. 104).

No Brasil, a pobreza e as desigualdades sociais são importantes marcadores na construção das identidades do seu povo. Essas identidades foram construídas ao longo do processo de colonização do país, onde estiveram povos indígenas e povos africanos expostos a todas as formas de violências e eximidos dos seus direitos, sobretudo, dos direitos à vida e à liberdade, resultando no empobrecimento e desumanização.

A submissão dessas populações a tais condições deu lugar às práticas da caridade, da benemerência e da filantropia que assumiram o veio político e politiquero, e, a pobreza foi se tornando um elemento necessário para a ascensão e manutenção de influentes grupos no poder, produzindo e reproduzindo até os dias atuais uma história que supõe a “assistência social” um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, com base numa concepção de pobreza como condição normal e natural ou fatalidade da vida humana.

Particularmente na Amazônia, como observa Loureiro (2009), há uma reviravolta adicional em outras questões sociais, levando em conta fatores como território, natureza, população, cultura e organização política. Nesse sentido, o problema social na Amazônia pode ser representado pelas invasões de terras dos povos tradicionais; a mercantilização da biodiversidade e do conhecimento tradicional; a perseguição ao direito à cultura e identidade indígena; desigualdade de acesso à tecnologia e à ciência; a acentuada dificuldade de acesso às políticas públicas; a negligência do poder público diante do sofrimento anual dos moradores locais devido ao impacto de fenômenos naturais comuns na Amazônia, como as enchentes e secas, entre outros.

Diante disto, os segmentos empobrecidos da sociedade brasileira, em geral excluídos do mercado de trabalho, gerando um processo de negação da identidade social dos grupos a que se destinava, são amplamente estigmatizados como incapazes, recebendo o mínimo de proteção que ocorre de forma pontual e fragilizada. Couto, Yazbek e Raichelis (2012), asseveram que o

percurso histórico da proteção social no Brasil foi,

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (Idem, p. 55).

Por isso, Oliveira, Souza e Cavalcante (2023), sinalizam que “a existência deste tipo de relação social e política, não é um privilégio da assistência social. É algo que conforma a cultura política brasileira e que se faz presente na política social como um todo e é inerente à própria história política, econômica e social do país” (Oliveira, Souza e Cavalcante, 2023, p. 17). O que explica o porquê de a “proteção social” por muito tempo ter sido suprida por diferentes formas à população pobre, sendo que até os dias atuais prevalecem práticas do favor, clientelismo, benemerência e do assistencialismo.

Dentro desse contexto, o longo caminho da legalidade dos direitos deixa a população por muito tempo, desprovida de quaisquer condições humana, sobretudo, no atendimento das suas necessidades básicas. De acordo com Carvalho (2001), por séculos não havia cidadãos, pois, “os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois, a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares.” (Carvalho, 2001, p. 24).

Antes da Constituição Federal de 1988 (C.F.), a assistência social aos mais pobres e vulnerabilizados não era considerada como dever do Estado. Como em outros países, mas com suas especificidades, no Brasil, o que predominou naquele momento foi o chamado assistencialismo, isto é, “o uso distorcido e perverso da assistência ou a desassistência” (Pereira, 2008, p. 64).

Do ponto de vista Histórico no Brasil, somente a partir da década de 1930 no Brasil pode ser observado o surgimento das primeiras ações estatais ou mistas no campo da assistência social, expostas a seguir, através de uma linha do tempo:

Quadro 01: Linha do Tempo Sobre a Construção da Política de Assistência Social no Brasil.

Linha do Tempo	
Ano	Acontecimento
1938	• Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS;
1942	• Legião Brasileira de Assistência – LBA;
1974	• Ministério da Previdência e Assistência Social -MPAS (centralidade na esfera federal – assistência social como complementação da previdência);
1977	• Sistema Nacional de Previdência social – SNPAS (auxilia na expansão da cobertura previdenciária à população urbana e rural);
1988	• Promulgação da Constituição Federal (sinalização da Assistência Social na Seguridade Social, nos Art. 203 e 204); • Criação do Ministério do Bem-estar social (ainda seguindo os referenciais da LBA)

1993	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (consagra a centralidade do Estado na provisão de direitos sociais e um novo paradigma institucional);
1994	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em substituição ao CNSS (órgão colegiado deliberativo e democrático).
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira Conferência Nacional de Assistência Social (Secretaria de Assistência Social– SAS; Programa Comunidade Solidária – PCS);
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira Norma Operacional Básica – NOB.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério da Assistência Social
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; • Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que instituiu o SUAS.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento da Norma Operacional Básica – NOB-SUAS; • Implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-SUAS.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Norma Operacional Básica NOB-SUAS.
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 12.435-2011 que altera a LOAS. Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Norma Operacional Básica– NOB-SUAS.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais

Fonte: Elaboração da autora, baseado em Mestriner (2008), legislações e normativas da Política de Assistência Social.

É possível perceber que somente após o processo de redemocratização do Brasil foram estabelecidos os marcos institucionais de um modelo de gestão pública que afiança direitos humanos e sociais na agenda pública a partir da aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988. Nesse cenário, a assistência social passou a ser reconhecida como política pública, sendo qualificada como uma política de seguridade social pelo artigo 194 da referida constituição, assim como foi considerada direito social e fundamental nos artigos 203 e 204 da Carta Magna.

Assim, ao lado da política de saúde e previdência, a política de assistência social passou a compor o tripé da seguridade social brasileira. Desde então, a CF de 1988 instituiu que a assistência social deveria ser prestada a quem dela necessitasse, independentemente de contribuição do indivíduo à seguridade social ou da sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, indaga-se: Quais caminhos foram traçados para o acesso à assistência social a partir da promulgação da C.F de 1988 e a construção do SUAS?

A partir da C.F. de 1988 a Assistência Social é consolidada como uma política de seguridade social, em que torna-se dever do estado e direito de todos os cidadãos brasileiros e não mais como um direito apenas dos contribuintes da previdência, pois, a questão da desigualdade social foi sendo entendida como de responsabilidade pública. Fica definido no artigo 203 da Constituição os seguintes objetivos da Política de Assistência Social:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Para regulamentar e garantir a execução efetiva dos artigos 203 e 204 da C.F/88, que tratam da Política de Assistência Social, é criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a instituição de um modelo de gestão descentralizado e participativo nas três esferas do poder: federal, estadual e municipal. A Lei também foi responsável pela extinção do CNSS e a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que tem por finalidade fiscalizar a aplicação da referida política e deve ter um caráter deliberativo e paritário.

Nesse período inicia-se a fase da implementação da exigência dos instrumentos de gestão, tais como: Conselho, Plano e Fundo, com definição das regras de repasse de fundos para os municípios, e a criação da CIT (Comissão Intergestora Tripartite), lançando metas como, por exemplo, obrigatoriedade em atualizar a legislação da Política Municipal de Assistência Social como condição para os repasses. Nesse trajeto, um marco histórico inicia - a construção do SUAS, suas políticas e normas.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi deliberado na IV Conferência Nacional, em 2003, e tem o objetivo de materializar a política descrita na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) em 2005, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS, ocorre a sua implementação e consolidação, visando romper com a lógica do tradicional assistencialismo e com a fragmentação das ações no âmbito da assistencial social. Desta forma, os eixos estruturantes da gestão do SUAS definidos pela PNAS (Brasil, 2004) incluem os seguintes aspectos:

Figura 01: Eixos Estruturantes da Gestão do SUAS.



Fonte: Elaboração da autora, 2023, baseado na PNAS (Brasil, 2004).

Nesse sentido, o SUAS oferece uma proposta de gestão traçada na PNAS (2004) e constitui-se como um modelo de gestão criado para realizar a regulação e organização, em todo o território nacional, da rede de serviços socioassistenciais, os quais têm como foco prioritário a atenção à família e à territorialidade como determinantes para compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social.

O SUAS é materializado através de serviços, programas, projetos e benefícios em níveis de complexidades, subdividindo-os nas dimensões de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de média e alta complexidade, cujos equipamentos públicos correspondentes são os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centro Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Sobre a finalidade do SUAS, (Battini, 2007) sinaliza que:

O SUAS permite especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados (Battini, 2007, p. 61).

Nesse percurso, a proteção social é institucionalizada e destina-se primordialmente às populações que vivem em situação de vulnerabilidade social em função da pobreza e da fragilização dos vínculos afetivos e sociais. De acordo com Di Giovanni (1998), Proteção Social são as formas,

Institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...]. Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (p. 10).

Na perspectiva apresentada, onde a proteção social básica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de medidas preventivas, destaca-se a centralidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na execução e organização dessas ações no âmbito territorial. O CRAS emerge como um componente essencial na implementação da proteção social básica, assumindo responsabilidades fundamentais na promoção de iniciativas preventivas e na estruturação da proteção no contexto local.

Desse modo, cada município é responsável por identificar os territórios de vulnerabilidade e, conforme os resultados, devem implantar um CRAS visando aproximar os serviços para as famílias que dele necessitam, segundo as orientações do MDS (2009):

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as

funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS (Brasil, 2009, p. 10).

Essa proteção prevê “apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, assumindo como pressuposto fundamental que o usuário de seus serviços ou benefícios não podem ser desvinculados do seu contexto familiar e social” (Brasil, 2009, p. 12).

No Art. 24 da LOAS fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), integrante da proteção social básica, formado por ações e serviços socioassistenciais prestados de forma continuada nos Cento de Referência da Assistência Social (CRAS). A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) é organizado por níveis de complexidade do SUAS, conforme o quadro abaixo:

Quadro 02: Organização dos Níveis de Proteção Social do SUAS.

Organização dos Níveis de Proteção	
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3 - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade
	1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade
	6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

Considerando o exposto no quadro 01, nota-se que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS) caracteriza algumas ações do PAIF de acordo com os objetivos

traçados na LOAS, como por exemplo, a prevenção do rompimento de vínculos familiares e a garantia ao direito à convivência familiar e comunitária. Esse serviço promove o trabalho social com famílias, possibilitando o acesso e usufruto de direitos, assim como possibilidades de melhoria na qualidade de vida destas.

A TNSS também caracteriza outros serviços a serem desenvolvidos pelo CRAS como mostra o quadro tais como: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), complementado pelo PAIF que desenvolve os serviços socioassistenciais de cunho preventivo e proativos em relação à proteção social, visando que não ocorra o rompimento de vínculos e fortalecer a função protetiva das famílias. O trabalho social com famílias nos CRAS é fundamental para a prevenção de situações de risco social como de promoção do auto pertencimento dos usuários dos serviços sociais em relação à proteção social.

Denota-se que a criação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, públicos a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Tem como objetivo:

O trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Os trabalhos sociais do PAIF devem utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço (Brasil, 2009, p. 06).

Como garantia da proteção de assistência social, “o SUAS indica a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e, por fim, a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais” Pereira (2008, p. 12). O CRAS como que espaço que materializa a presença do Estado nos territórios, para a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais, atendendo a todos que necessitam de seus serviços. Nesse contexto, a contribuição dos CRAS é essencial para fortalecer a cidadania, promovendo a inclusão e garantindo que os benefícios sociais estejam acessíveis a toda a comunidade.

Por essa razão, entende-se que a pobreza deve ser entendida segundo Rego e Pinzani (2014, p. 19), como “um problema bastante complexo e, não conta com uma solução fácil. Portanto, não pode ser resolvida simplesmente por um programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família”. Porém, o PBF oferece uma resposta imediata em relação às diversas

dimensões da pobreza, ainda que parcialmente. Destaca-se a eficácia do programa com a transferência direta de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que se encontram abaixo da linha da pobreza. O PBF emerge como uma estratégia que visa mitigar, pelo menos parcialmente, os desafios enfrentados por essas famílias, ofertando uma abordagem direta para alívio da carência econômica e promover a inclusão social.

Na abordagem até aqui realizada foi possível perceber que as políticas públicas de proteção social têm como principal objetivo assegurar ao cidadão o acesso aos direitos sociais, visando a prevenção e o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da vulnerabilidade social. No próximo tópico será aprofundada a compreensão do processo histórico de criação do Programa Bolsa Família no âmbito da proteção social básica na assistência social brasileira.

1. 3 O Programa Bolsa Família como estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil

As relações tecidas nas sociedades têm como cenário a economia, assumida por um pequeno grupo que estabeleceu as regras e os meios para assegurar um sistema econômico que gerou a divisão da sociedade por classe (capitalistas e trabalhadores), incidindo na agudização das expressões da questão social na contemporaneidade. Com o consentimento de um estado criado para junto ao mercado organizar, implementar e efetivar o projeto capitalista, houve a necessidade de criar ao longo da história da humanidade políticas de proteção social para o enfrentamento dos seus frutos: a desigualdade e injustiça social.

No tópico anterior buscou-se demonstrar a trajetória histórica da proteção social no Brasil, avanços e dilemas até os dias atuais. Nesse sentido, é importante destacar que o Programa Bolsa família (PBF), como uma das políticas sociais de referência da proteção social no Brasil, carrega nuances em que passa a receber críticas por pesquisadores e estudiosos como também é objeto de discussões e reflexões em diferentes áreas do conhecimento, tais como na Sociologia, Antropologia, História, Administração, Serviço Social e outras. Nessa perspectiva, são lançados e alargados diferentes olhares sobre a relação Estado, Mercado e Sociedade Civil na atenção da proteção social junto às populações que dela necessitam e têm direitos.

De fato, não há como não reconhecer que as conquistas históricas e avanços na proteção social são as marcas das políticas sociais no Brasil, ainda, que muito se tenha que melhorar. Compreender o impacto e a eficácia dessas iniciativas na promoção da inclusão social e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Nesse interim, o Cadastro Único segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (2023), tem papel fundamental de:

Mostrar quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias mais vulneráveis. Ao fazer isso, o Cadastro Único possibilita que os governos federal, estadual e municipal orientem de forma mais integrada suas políticas de combate à pobreza e de redução das desigualdades e atenda a essa população. Mais que uma base de dados das famílias de baixa renda, o Cadastro Único é uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa e família cadastrada a políticas públicas que melhorem suas condições de vida (Brasil, 2023, p. 3).

Colin, Pereira e Gonelli (1990), confirmam que o Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do governo federal, é uma conquista significativa para a proteção social no Brasil ao longo das últimas décadas. Destaca-se o papel crucial desse instrumento na expansão do acesso a transferência de renda e benefícios, acompanhado por investimentos que viabilizaram o estabelecimento de uma rede de serviços para garantia de direitos socioassistenciais.

De acordo com Silva (2016), no Brasil, entre os anos de 2001 e 2003, foram criados quatro programas federais em moldes similares (Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), vinculados a quatro ministérios diferentes (Educação, Saúde, Minas e Energia, Segurança Alimentar e Combate à Fome, respectivamente).

A partir de um diagnóstico realizado sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o governo Lula, que trouxe à baila inúmeras inconsistências em relação aos programas de transferência de renda em andamento, foi que surgiu então a necessidade de unificação na tentativa de superar os problemas identificados, culminando com a unificação destes programas de transferência de renda, com a criação do Programa Bolsa Família – PBF em outubro de 2003, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003 a 2011).

Portanto, do ponto de vista histórico, o Programa Bolsa Família foi criado durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para beneficiar as famílias pobres, transferindo renda para um grupo de famílias elegíveis, impondo condições que pretendiam reduzir a pobreza e, assim, diminuir a desigualdade de renda.

Os três pilares centrais do PBF segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2023) são:

I - Combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; II - Contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e III - Promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza (Brasil, 2023, p. 01).

Deve-se pontuar, combater a fome: por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias, o programa visa atenuar a carência alimentar; Contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza: busca-se romper o ciclo de pobreza entre gerações, promovendo oportunidades para que as famílias superem condições desfavoráveis; e Promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias: com ênfase em crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza, o programa visa proporcionar condições para seu crescimento saudável e desenvolvimento integral.

O PBF afirma-se como política social de enfrentamento à pobreza, por ter ampla cobertura, coerência e focalização na família e por possibilitar possíveis e relevantes impactos nas condições de vida da população. Estudos de Tecchio, Cortes, Medeiros e Cazella (2021) apontam que “a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família foi a política que mais contribuiu para as melhorias na qualidade de vida, pois os recursos financeiros garantiram parte da alimentação, aquisição de materiais escolares, roupas e calçados para as crianças e adolescentes que frequentam a escola” (Cazella, 2021, p. 87).

Segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), os recursos do Programa Bolsa Família tiraram muitas pessoas da pobreza. Por exemplo, o referido programa desembolsou R\$ 2,1 bilhões para mais de 13,8 milhões de famílias em todo o país em outubro de 2013, criando mais dinheiro em circulação na economia. Assim, o programa buscou reduzir a mortalidade infantil e melhorar a prevenção, detecção e tratamento de doenças (Brasil, 2013).

Para a manutenção da família como beneficiária no Programa Bolsa Família dependerá de acordo o art. 10 da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, do cumprimento, pelos integrantes das famílias, de condicionalidades relativas:

I - à realização de pré-natal; II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação; III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 (sete) anos de idade incompletos; e IV - à frequência escolar mínima de: a) 60% (sessenta por cento), para os beneficiários de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos de idade incompletos; e b) 75% (setenta e cinco por cento), para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica (Brasil, 2023).

Uma questão muito importante em relação às condicionalidades diz respeito à área da Assistência Social, na qual é previsto o acompanhamento das famílias por não cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação. O SUAS realiza o trabalho social com as famílias que não cumprem as condicionalidades, para que sejam identificados os reais motivos que estão interferindo no acesso regular das crianças e adolescentes à escola e das crianças e

gestantes aos cuidados básicos de saúde, corroborando com o objetivo da Assistência Social no atendimento às famílias (Alves e Migoto, 2013).

Na atualidade, o novo Programa Bolsa Família,⁶ segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2023), atenderá famílias em situação de pobreza, caracterizadas por renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 218,00. Assim, serão priorizadas famílias elegíveis ao programa identificadas no Cadastro Único (CadÚnico), para fins de seleção e observando a intersetorialidade nas políticas de educação, saúde e assistência social.

Ressaltamos que o Programa Bolsa Família (PBF), teve início em 2003 e em 2021, por razões operacionais, ocorreu uma reestruturação nos benefícios, culminando na transição para o Programa Auxílio Brasil e, posteriormente, para o novo Programa Bolsa Família (PBF), entre os meses de março e maio de 2023, (período de transição do Programa Auxílio Brasil para o novo PBF). A plena implementação do novo PBF, com benefícios variáveis estabelecido pelo MDS (2023), ocorreu a partir de junho do mesmo ano. As implicações dessa transição operacional, bem como a mudança nos valores dos benefícios para os beneficiários ocorreram a partir de junho do mesmo ano com todos os benefícios variáveis de acordo com o art. 7º da Lei nº 14.601 do MDS (2023)⁷, dos benefícios do PBF, destinados a ações de transferência de renda com condicionalidades é calculado na seguinte ordem:

Quadro 03: Indicador dos Benefícios Variáveis do Programa Bolsa Família – PBF.

Benefícios Variáveis Familiares	Siglas das Variáveis	Valor do Benefício Variável	Quem faz jus ao Benefício	Regra para o Benefício Variável
Benefício Renda de Cidadania	BRC	R\$ 142,00	Cada um dos integrantes da família beneficiária	Basta que os integrantes sejam de família beneficiária do PBF
Benefício Complementar	BCO	Variável calculado para garantir que a família não receba menos que R\$ 600,00 reais, considerando o BRC	Família	Quando a soma dos valores do BRC não alcançar o valor mínimo de R\$600,00 reais
Benefício Primeira Infância	BPI	R\$ 150,00	Crianças com idade entre 0 (zero) a 7	Possuir criança com idade de 0 (zero) a 7 (sete) anos incompletos

⁶ O novo bolsa família se refere ao retorno do programa no atual mandato do presidente Lula (2023 a 2026). Entretanto é preciso lembrar que o Programa Bolsa Família foi extinto durante o governo Bolsonaro (2019 a 2022), após 18 anos do PBF e de ser um sucesso reconhecido. A interrupção do programa foi inesperada e sem estudo prévio ou diálogo com profissionais da assistência social e com a sociedade civil. Em seu lugar, surgiu o Programa Auxílio Brasil (PAB), estabelecido pela Medida Provisória nº 1.061 em agosto de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 10.852 em novembro de 2021, por meio da Medida Provisória nº 1.039.

⁷ Lei nº 14.601 do MD/2023, que institui o novo Programa Bolsa Família (PBF).

			(sete) anos incompletos	
Benefício Variável Gestante	BVG	R\$ 50,00	Gestantes	Possuir gestante identificada através do sistema de saúde
Benefício Variável Criança	BVC	R\$ 50,00	Criança e adolescente com idade entre 7 (sete) e 16 (dezesesseis) anos incompletos	Possuir criança e adolescente com idade entre 7 (sete) e 16 (dezesesseis) anos incompletos
Benefício Variável Adolescente	BVA	R\$ 50,00	Adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos incompletos	Possuir adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos incompletos
Benefício Extraordinário de Transição	BET	Diferença entre o valor do PAB e do PBF, quando este for menor	Família	Famílias que recebiam o PAB e na migração para o PBF teriam prejuízo no valor recebido

Fonte: Elaboração da autora, baseado na Lei nº 14.601 (Brasil, 2023).

Em relação ao quadro 03, é possível observar que os indicadores dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família possuem valores de: R\$ 50,00; R\$142,00 e R\$150,00. Podemos destacar que basta ser integrante de famílias beneficiários/as do PBF para receber os valores. Outro fator é que as famílias com crianças de 0 (zero) a 7 (sete) anos incompletos, também recebem os valores das variáveis, bem como as gestantes identificadas através do sistema de saúde. Além do mais, as famílias que recebiam no programa anterior e na migração para o PBF não tiveram prejuízo no valor recebido, quando a soma dos valores do BRC não alcançar o valor mínimo de R\$ 600,00 reais.

Há de se reconhecer que, apesar dos limites existentes na política do Programa Bolsa Família - PBF, não se pode negar o significado e o sentido desse programa em termos de assistência social, em que o valor é de no mínimo R\$ 600,00 reais destinados às famílias beneficiárias, sendo relevante para quem vive na linha da pobreza no Brasil.

Segundo o site da Secretaria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em 2023, disponibilizou dados do Relatório de Informações Sociais (RI V4), para demonstrar que o PBF teve um aumento de 1,15% no número de famílias atendidas em agosto na comparação com julho. Nessa nova fase do programa, os pagamentos nos 5.570 municípios brasileiros têm valor médio do benefício de R\$ 686,04. Os benefícios chegaram no mês de agosto de 2023 a 21,14 milhões de famílias, pelo menos 241 mil a mais em relação à lista anterior. Além disso, 527 milhões de crianças, 53 milhões de adolescentes, 197 mil famílias indígenas e 216 mil famílias quilombolas estão sendo atendidos e protegidos pelo programa (Brasil, 2023).

Porém, de acordo com Silva (2010), o programa apresenta problema estrutural que limita a inclusão de segmentos pobres, o que inviabiliza um maior impacto na redução das desigualdades. Para as autoras, “o critério somente de renda para definição dos pobres e extremamente pobres a serem incluídos no PBF, não considerando o caráter multidimensional da pobreza, deixa de fora muitas famílias que vivenciam extremas dificuldades” (p. 104). Sobre essa discussão, dada às limitações desse estudo, indicamos a leitura da obra completa⁸.

De acordo com o art. 8º da Lei 14.601 de 19 de junho de 2023, os benefícios financeiros serão pagos mensalmente pelo agente pagador do Programa Bolsa Família, Caixa Econômica Federal, na forma estabelecida em regulamento. “O pagamento dos benefícios financeiros será feito: Ao responsável familiar, de acordo com os dados constantes da inscrição da família no CadÚnico; e preferencialmente, à mulher”.

Portanto, cabe destacar, que uma das regras significativas do programa é que, entre os provedores do sustento, a mulher seja a titular do cartão (meio da transferência de renda), de forma a ser a gestora principal da aplicabilidade dos recursos. Desta forma, observa-se que a titularidade do cartão para as mulheres traz no seu bojo reflexões expressivas para as questões de gênero, haja vista, que são elas as responsáveis não somente pelo recebimento do benefício, mas, também pela administração e responsabilidade de prestar as informações necessárias e responder pelo cumprimento das condicionalidades que o programa exige.

Por outro lado, a perspectiva de que o recebimento de renda mínima regular pode representar uma oportunidade crucial para muitas mulheres, permitindo-lhes gerir recursos financeiros e aprender sobre economia e planejamento financeiro. Segundo a Secretaria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em 2023, 82% das beneficiárias desse programa são mulheres, totalizando 17,34 milhões em agosto. Além disso, a pesquisa destaca que a predominância é de famílias monoparentais femininas com filhos, representando 48,73% do total, o que destaca a relevância dessa abordagem para a análise das dinâmicas familiares e sociais.

Diante disto, Bartholo; Passos; Fontoura (2019), pontuam sobre os reforços ou quebra de estereótipos de gênero:

De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na

⁸ Silva, Maria Ozanira Silva e. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina (Fontoura, 2019, p. 5).

Esse olhar dos autores reflete as mulheres na história e que por séculos foram invisibilizadas, tiveram seus direitos negados e são até nos dias atuais vítimas de todos os tipos de violências, mas, ao mesmo tempo lutam pelo seu lugar de fala. De acordo com Teles & Melo (2002), as mulheres não possuíam por muito tempo possibilidade de mudança de status, sendo sempre objeto de dominação seja pela família, pelo marido ou mesmo pelos filhos homens.

Em relação à gestão do Programa Bolsa Família, entende-se que todo o esforço dos trabalhos desenvolvidos dentro do PBF é realizado por uma rede socioassistencial em que os diversos profissionais, embora com as suas especificidades, atuam com um mesmo objetivo: promover o acesso e permanência dos usuários no programa, proporcionar educação, saúde e assistência social, na perspectiva de melhorar a condição econômica e social das famílias beneficiárias.

Desse modo, o PBF representa um avanço, pois, as ações intragovernamentais se aliam dando sentido ao processo de descentralização, considerando os entes da federação como efetivos parceiros na realização das ações. Enquanto uma diretriz de gestão do SUAS, a intersetorialidade busca a integração entre as políticas setoriais no interior do próprio governo, fomentando o combate à pobreza.

Portanto, a intersetorialidade tem assumido destaque na Política de Assistência Social, sendo um dos princípios organizativos do SUAS que implica articulação intersetorial entre as diversas políticas sociais e profissionais, na perspectiva do acesso e na qualidade do atendimento dos serviços à população na perspectiva de integralidade das políticas sociais.

Desse modo, no próximo capítulo será feita uma reflexão acerca da intersetorialidade na gestão do Programa Bolsa Família e dos desdobramentos no atendimento dos usuários dos serviços socioassistenciais.

CAPÍTULO II

A CENTRALIDADE DA INTERSETORIALIDADE NA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AS PARTICULARIDADES DA GESTÃO DO PROGRAMA EM MANICORÉ/AM

Este capítulo, tem como tema central a discussão da intersectorialidade como componente importante para a gestão do Programa Bolsa Família. Assim, no primeiro tópico foi realizada uma abordagem conceitual sobre intersectorialidade, buscando demonstrar os fios que tecem os processos necessários de acompanhamento intersectorial do cumprimento das condicionalidades na gestão do referido programa.

Na perspectiva de apresentar dados e informações sobre o município lócus deste estudo, no segundo tópico serão apresentados dados sociodemográficos e culturais do município de Manicoré/AM, visando destacar as expressões da questão social, bem como a questão cultural e ambiental neste contexto amazônico.

Em seguida, no terceiro tópico será apresentada a forma como está estruturada a gestão do SUAS no município de Manicoré/AM e as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família, demonstrando as peculiaridades do território amazônico em relação à prestação da assistência social à população do sul do Amazonas.

2. 1. A intersectorialidade e o acompanhamento das condicionalidades na gestão do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal política de combate à pobreza no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), indicam que o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre deste ano, com uma taxa de 14,9%, um aumento em relação ao trimestre anterior. Esta situação destaca a importância do PBF, indicando a importância de programas da assistência social como o Bolsa Família, para atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social em meio aos desafios econômicos significativos.

Diante do atual cenário de desigualdade e injustiça social provocado pela sociedade de classe capitalista, o Programa Bolsa Família foi criado como medida de “ação reparatória” de situações sociais de pobreza e, conseqüentemente, de ampliação de direitos sociais, considerando que possibilita o acesso de famílias pobres à saúde, educação, alimentação, assistência social e outras políticas sociais atreladas ao programa.

Para a realização dos trabalhos dentro do PBF, a gestão pública democrática compreende a necessidade de complementar os serviços ofertados pelo programa na perspectiva

de contribuir com a qualidade de vida dos usuários na sua totalidade. Para isso, desburocratizar os serviços, programas, projetos das políticas sociais e modelos de gestão, práticas profissionais e até concepção de organização social são fundamentais para mudanças no modo de gestar.

Entende-se que na rede socioassistencial cada programa tem suas especificidades. Contudo, existem outras necessidades e demandas que por vezes, um setor não consegue atendê-las, sendo necessário recorrer a outras políticas. É quando os diferentes setores se articulam para cumprir funções que se complementam e são orientadas pelo mesmo objetivo, que é combater as desigualdades sociais. A articulação do conjunto de serviços entre setores chama-se intersectorialidade⁹, que é uma estratégia essencial para promover participação mais completa dos beneficiários na política pública. E no caso da política foco deste estudo, é preciso ressaltar a centralidade da intersectorialidade na gestão do Programa Bolsa família - PBF.

A categoria intersectorialidade traz diferentes abordagens, definições e conceitos que promovem reflexões e críticas sobre as políticas públicas e, sobretudo, as de transferência de renda, como o PBF. Junqueira (2004) enfatiza que “cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais [...]”. Junqueira, 2004, p. 27).

Pereira (2014), afirma que a intersectorialidade tem sido considerada uma nova lógica de gestão, que transcende a um único setor da política social, uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados. O quadro a seguir apresenta informações importantes sobre exemplos de conceitos sobre intersectorialidade na visão de alguns autores:

Quadro 04: Exemplos da Base Conceitual Sobre Intersectorialidade.

Alguns Autores (as)	Exemplos de Conceitos de Intersectorialidade
Wanderley <i>et al.</i> (2010)	“A intersectorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público”.
Bellini <i>et al.</i> (2017)	“A intersectorialidade se destaca como um tema contemporâneo, caracterizado pela falta de consenso sobre seu conceito e pela evidente lacuna entre teoria e prática”.
Jaccoud (2016)	

⁹ O conceito de intersectorialidade ganha espaço crescente no debate acadêmico. A despeito da menção frequente, ainda existe pouco consenso acerca de sua definição. Esse termo aparece constantemente associado a um conjunto de inovações na gestão pública, porém a problematização sobre sua aplicação e estudos sobre sua implementação ainda são incipientes.

	“A intersetorialidade ganha especificidade quando relacionado ao seu fundamento político, que está intrinsecamente ligado à transformação dos serviços públicos”.
Junqueira (2004)	“A intersetorialidade representa uma concepção que deve transformar a abordagem no planejamento, execução e controle da prestação de serviços, visando garantir um acesso equitativo para todos, independentemente das desigualdades existentes”.

Fonte: Elaboração da autora, baseado na pesquisa bibliográfica/2023.

A partir da abordagem conceitual anterior, verifica-se que a intersetorialidade é uma estratégia de gestão pública de caráter democrático com destaque na contemporaneidade. Apesar das controvérsias no campo conceitual, há clareza da dimensão política da intersetorialidade como uma estratégia de gestão que busca transformar o modo de realização dos serviços e/ou programas no sentido de superar a fragmentação setorial. Essa transformação diz respeito ao modo como é feito planejamento, execução e controle da prestação de serviços e/ou programas, no sentido de garantir a equidade de acesso e a qualidade no atendimento da população.

Por isso, Inojosa (2001), reforça que a intersetorialidade no campo das políticas públicas é “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (Inojosa, 2001, p. 105).

A abordagem da intersetorialidade enquanto estratégia de gestão prevê uma articulação conjunta dos setores, sendo considerada como proposta para o enfrentamento de problemas ou situações sociais complexas e multicausais, com vistas a alcançar uma abordagem integral (Costa e Bronzo, 2012).

Junqueira (2004) ressalta que as ações intersetoriais não se esgotam no âmbito de uma organização ou de uma política social, mas de várias organizações públicas e privadas, assinalando para a necessidade de procurar outras estratégias para enfrentar as incertezas e a complexidade dos problemas sociais. Assim, o autor compreende que a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual aos desiguais.

Diante desse cenário, a intersetorialidade carece de adquirir mais legitimidade social e institucional tanto a nível federal, como estadual e municipal, devendo, para isso, dispor de mais investimento e valorização por parte da gestão pública das políticas sociais.

O olhar de Wanderley, Martinelli e Paz (2010) evidenciam que no caso brasileiro, a setorialização e fragmentação das políticas públicas são próprias da estruturação histórica do país.

A intersectorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorialização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público (Martinelli e Paz, 2010, p. 8).

A cristalização de um Estado instituído para ser regulador do grande capital coloca em xeque o enfrentamento da questão social, a exemplo da pobreza. Isso requer, o esforço das três esferas de governo nas negociações para o alcance de consenso baseado em diferentes conhecimentos, saberes e práticas. Neste sentido, Monnerat, Almeida e Souza (2014) afirmam que: “a operacionalização de práticas intersectoriais se depara com atravessamentos de poderes instituídos nas arenas setoriais já cristalizados na estrutura do Estado, qualquer que seja a esfera de governo” (Almeida e Souza, 2014, p. 12).

Diante das desigualdades sociais, existem discussões e debates sobre intersectorialidade que afirmam que ela deve ser entendida como mecanismo de intervenção para dar respostas às necessidades da população em situação de pobreza. Mas, para isso, Yazbek (2016), deixa claro que o trabalho intersectorial não pode ser de qualquer jeito, ao contrário,

Supõe vontade, decisão, que tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, portanto estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações (Yazbek, 2016, p. 98).

Por essa razão, a intersectorialidade enquanto estratégia de gestão deve ser entendida como um necessário compromisso dos gestores nas políticas sociais, pois, alinha-se à consecução da ação conjunta em que mobiliza, potencializa e transforma os diferentes saberes a objetivos comuns, conforme expõe Bellini *et. al.* (2017):

[...] a intersectorialidade é considerada um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, trazendo inclusive uma transformação de conceitos, ações e maneiras de pensar a prestação de serviços sociais e a relação que se dá entre esta prestação de serviços, o Estado e os cidadãos (p. 5).

Desse modo, fica entendido que a gestão e os trabalhos realizados nos setores convocam ações intersectoriais que devem ser estabelecidas no projeto de governo e de prioridades dos representantes políticos e dirigentes em todos os níveis e setores. Pois, “a intersectorialidade tem sido considerada como uma das estratégias de gestão que excede um único setor da política social e/ou um método político de articulação entre distintos setores sociais especializados” (Pereira (2014, p. 23), em que os gestores devem conhecer as realidades para que as intervenções alcancem aos beneficiários de forma integrada. De acordo com Junqueira (2005):

Uma nova realidade, criada a partir de um conhecimento também novo, deve ser partilhada no interior das organizações gestoras das políticas sociais. E isso vai depender principalmente da mudança das práticas organizacionais e das relações

sociais que se estabelecem entre os diversos atores organizacionais. Essas práticas deverão privilegiar a integração de saberes e experiências, em prejuízo da serialização e da autonomização. Os atores organizacionais e os grupos populacionais passam a ser considerados sujeitos capazes de perceber seus problemas de maneira integrada e de identificar soluções adequadas à sua realidade social (Junqueira, 2005, p. 43).

Portanto, é importante que haja uma visão de totalidade da realidade do país, para que as decisões políticas promovam não somente a coordenação entre os diferentes setores, profissionais e complementação de ações, mas, sobretudo, que abranja as complexas expressões da questão social e promova o bem-estar da população que as vivências.

A intersectorialidade é uma categoria de debates e reflexões nas diversas áreas do conhecimento. É possível dizer que no serviço social é consenso a relevância e a necessidade da intersectorialidade como estratégia de articulação dos setores para a efetivação e garantia dos direitos sociais.

O Programa Bolsa Família é um programa condicionado e abrangente, para os gestores é indispensável que essa renda seja acompanhada por um conjunto de serviços tais como: educação, saúde, assistência social, moradia, entre outros direitos fundamentais, sinalizando que as condicionalidades significam direitos e serviços integrados.

Reconhece-se que muitos são os desafios na gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e, portanto, é imperativo planejar, acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido entre os setores e, se, necessário, replanejar, tornando possível a sua eficácia, pois como diz Pereira (2014) “intersectorializar as políticas sociais não é tarefa simples, contudo, torna-se possível quando as instituições estão dispostas a se articularem em prol do interesse público compreendendo a necessidade desse processo” (Pereira, 2014, p. 37).

Nesta perspectiva, a Portaria nº 246 de 2005 diz que é de responsabilidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família (PBF) inclui o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias, seguindo as legislações do governo federal. A divisão de atribuições entre os entes federados no que diz respeito ao acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde foi estabelecida em 2004, respectivamente, por meio da Portaria Interministerial nº 3.789 de 17 de novembro e da Portaria Interministerial nº 2.509 de 18 de novembro (Brasil, 2010)¹⁰. Os objetivos das condicionalidades do PBF podem ser visualizados no quadro a seguir.

Quadro 05: Objetivos das Condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF

Objetivos das Condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF

¹⁰ Guia para o Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, Volume I, MDS, 2010.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Induzir as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso a políticas públicas de saúde, educação e assistência social, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida da população; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos que constituem condicionalidades, por meio do monitoramento de seu cumprimento. |

Fonte: Elaboração da autora, baseado na Lei 14.601 (Brasil, 2023).

A gestão das condicionalidades no modelo adotado pelo Programa Bolsa Família (PBF) consiste em uma operação independente, porém integrada, das políticas de educação, saúde e assistência social, tanto no nível federal quanto nos estaduais e municipais. A nível nacional, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é responsável por articular as ações intersetoriais de gestão das condicionalidades. Nas esferas estadual e municipal, a coordenação intersetorial é de responsabilidade dos(as) coordenadores(as) estaduais e gestores(as) municipais do PBF, muitos dos quais são membros das equipes das secretarias estaduais e municipais (MDS/SENARC, 2010).

A gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF) como um dos alicerces das políticas sociais no Brasil, conforme discutido em artigo publicado por Oliveira e Cunha (2023). O PBF, por meio de um desenho de gestão descentralizada e compartilhada com os entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), opera de maneira corresponsável e cooperativa, com o objetivo de garantir sua implementação adequada.

O desenho e a normatização do Programa Bolsa Família (PBF), os quais são centralizados no âmbito do governo federal, como apontado por Arretche (2012). É processo decisório altamente centralizado, destacando as características distintivas do PBF em comparação com outros programas e políticas governamentais. Percebe-se que essa centralização influencia a eficácia do programa, considerando suas implicações para a implementação e adaptação local, sobretudo na região norte do Brasil.

Conforme, Bichir (2015), para o PBF são diretrizes importantes de gestão a focalização e cobertura praticamente universal do público-alvo. Essas diretrizes foram atingidas especialmente devido à centralização decisória, desenvolvimento normativo e construção e aprimoramento de importantes instrumentos que garantem coordenação federativa, tais como o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e mesmo o Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família e Cadastro Único é um indicador crucial para avaliar o desempenho das administrações municipais e estaduais nas atividades relacionadas a esse programa. Este índice, mede os resultados obtidos

mensalmente e reflete a partir de ações integradas do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, sendo diretamente vinculado à gestão por resultados.

É um mecanismo que possibilita a alocação de recursos compartilhados entre as áreas de governo responsáveis pela educação, saúde e assistência social. Esses recursos financeiros são destinados aos municípios, podendo ser utilizados para diversas finalidades. Desta forma, esse repasse aos municípios impacta na qualidade dos serviços oferecidos às famílias beneficiárias, promovendo melhorias significativas na gestão do programa.

Isso inclui o apoio à aquisição de equipamentos e materiais de consumo, bem como o suporte à implementação de outras ações integradas relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). O índice destina-se a:

- I - Aferir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação da gestão estadual, distrital ou municipal, na execução dos procedimentos de: a) cadastramento e atualização cadastral; b) aprimoramento da qualidade cadastral; c) gestão do Programa Bolsa Família; d) acompanhamento de condicionalidades; e) articulação intersetorial; e f) implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias;
- II - Incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa Bolsa Família e do CadÚnico;
- III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federativos a título de apoio financeiro.

Já há consenso que problemas complexos, como a pobreza, demandam abordagem integral e políticas intersetoriais. É estabelecida assim uma relação entre a multidimensionalidade da pobreza e a necessidade de articulação intersetorial de ações governamentais, recolocando, desse modo, a discussão da pobreza para além da insuficiência de renda. Nesse sentido, uma política intersetorial teria como objetivo abordar integralmente o problema, levando em consideração suas múltiplas causas e implicações (Bronzo, 2007).

É no território que a intersetorialidade se materializa como condição essencial para a implementação de serviços públicos integrados, como resposta à multidimensionalidade da pobreza e à segregação socioespacial. Assim, territorialidade e intersetorialidade potencializam as intervenções públicas, ampliando possibilidades e efetividade das ações integradas e desenvolvidas através da construção de diagnósticos, programas, ações e com responsabilidades compartilhadas (Paz e Taboada, 2010).

Jaccoud (2016), enfatiza que, os benefícios não contributivos podem desempenhar papéis diferentes no que diz respeito à promoção da equidade no acesso a serviços e oportunidades, bem como no reconhecimento do direito à renda para diferentes grupos da população afetados pela precariedade do mercado de trabalho e pela falta de cobertura previdenciária. Assim, a abordagem da intersetorialidade enquanto estratégia de gestão que

prevê uma articulação conjunta dos setores é entendida como proposta para o enfrentamento de problemas ou situações sociais complexas e multicausais, com vistas a alcançar uma abordagem integral.

Costa e Bronzo (2012), propõem um interessante modelo de análise para compreender a implementação de políticas intersetoriais de combate à pobreza, envolvendo as seguintes dimensões principais: tipo e intensidade da intersectorialidade almejada; estratégia de implementação; legado de políticas prévias, trajetórias e relações entre instituições envolvidas; problemas para cooperação e ação coletiva. Do ponto de vista empírico, os autores propõem como ponto de partida a análise de quais são os elementos compartilhados/trocados entre diferentes setores – recursos, informações, formas de monitoramento, sistemas de informação, equipes.

É importante ressaltar que, na implementação das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), foram criados espaços que fortalecem a articulação intersetorial e federativa em diferentes esferas governamentais, esses espaços incluem: Fórum Intersetorial e Intergovernamental de Condicionalidades¹¹, Coordenação Intersetorial Estadual do Programa Bolsa Família¹² e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família¹³. Esses espaços representam mecanismos importantes para assegurar a efetividade e integração das ações relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família, envolvendo diferentes atores e níveis de governo, bem como a participação da sociedade na fiscalização das políticas públicas.

Assim, visam promover a integração e coordenação das ações para o acompanhamento das famílias beneficiárias. Bem como envolvem a atuação de conselhos e outras formas de controle social, visando garantir que as condicionalidades sejam aplicadas de maneira transparente e eficaz.

Desta forma, o acompanhamento das condicionalidades é desenvolvido no âmbito dos municípios e estados com agendas diferenciadas pautadas pelo Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Portanto, a gestão das condicionalidades¹⁴ visa responsabilizar o

¹¹ Instituído pela Portaria Interministerial MDS, MEC e MS n.º 02/2009.

¹² Instituída pela Portaria n.º 256, de 19 de março de 2010.

¹³ Instituída pela Portaria GM/MDS n.º 246, de 20 de maio de 2005.

¹⁴ O governo federal disporá sobre a gestão do PBF:

I - Os critérios para o cumprimento das condicionalidades;

II - As informações a serem coletadas e disponibilizadas;

III - as atribuições dos órgãos responsáveis pela gestão e pela execução das políticas destinadas à provisão dos serviços relacionados com as condicionalidades;

IV - Os efeitos do descumprimento das condicionalidades pelas famílias, vedada a adoção de procedimentos de caráter punitivo e de exposição vexatória;

estado pelo atendimento e identificar e resolver as dificuldades das famílias no acesso aos serviços. Essa abordagem progressiva visa promover a inclusão social e melhorar o acesso aos direitos básicos, superando a mera punição e incentivando a cooperação entre Estado e beneficiários.

O Sistema de Condicionalidades (SICON) do PBF, desempenha um papel fundamental ao permitir a identificação e listagem das crianças de famílias beneficiadas pelo PBF através da integração das bases de dados do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Saúde (MS). Isso possibilita o acompanhamento das condicionalidades em cada município brasileiro, bem como o acompanhamento das famílias em não cumprimento pelas equipes de assistência social. Esse sistema visa fomentar a intersetorialidade no contexto do PBF, permitindo uma gestão mais eficiente das condicionalidades e promovendo a colaboração entre diferentes setores do governo federal, estados e municípios.

Na área de educação, as ações de gestão das condicionalidades são desenvolvidas dentro das estruturas institucionais do Ministério da Educação (MEC), que coordena a condicionalidade a nível nacional. Nos estados, essa atribuição é de competência dos coordenadores(as) estaduais do Programa Bolsa Família (PBF) na educação, enquanto nos municípios, cabe aos coordenadores(as) municipais do PBF na educação, ambos indicados(as) pelos gestores(as) das secretarias de educação.

Na área de saúde, o Ministério da Saúde (MS) é responsável pela coordenação nacional da condicionalidade. Nos estados e municípios, a gestão do PBF na saúde é conduzida pelos responsáveis técnicos indicados pelas secretarias de saúde e de assistência social.

A abordagem intersetorial, conforme discutido por Bellini *et al.* (2017), desempenha um papel crucial na configuração das perspectivas sobre o papel do Estado no âmbito social. A visão desses(as) autores(as) destaca que, quando a abordagem intersetorial se concentra exclusivamente na questão da pobreza, há o risco de limitar a eficácia da proteção social. No entanto, se aplicada de maneira oposta, essa abordagem tem o potencial de fortalecer os direitos sociais em territórios e populações vulneráveis, promovendo equidade e atendendo às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O desafio crítico reside em direcionar os esforços intersetoriais de forma a fortalecer os direitos sociais e fomentar a equidade, em vez de restringir a proteção social. Essa reflexão

V - As alterações nos percentuais de frequência escolar estabelecidos no inciso; IV do caput deste artigo e; VI - Os procedimentos e os mecanismos para a verificação da situação da família e o seu atendimento, com estabelecimento de prazo razoável para que possa cumprir as exigências antes de ser desligada do Programa Bolsa Família (Brasil, 2023).

destaca a importância de uma abordagem intersetorial que vá além da mera mitigação da pobreza, visando a promoção de políticas sociais abrangentes e eficazes que abordem as complexidades e necessidades específicas das comunidades em situação de vulnerabilidade.

O PBF permite uma abordagem integral tanto das famílias em sua trajetória de vida, quanto das ações voltadas para o enfrentamento das suas situações de vulnerabilidades. Outro fator que pressupõe - se é que as crianças, ao se tornarem adultas, terão melhores condições de inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento do exercício de cidadania, e esse é o sentido almejado de ruptura do ciclo intergeracional da pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família.

Conforme e Ximenes e Agatte (2011), a sinergia gerada pela oferta simultânea do benefício monetário e dos serviços sociais de educação, saúde e assistência social potencializam a capacidade de desenvolvimento das famílias, contribuindo para sua melhor inserção na dinâmica da vida social, comunitária e produtiva.

No dizer de Jaccoud (2016), os benefícios não contributivos podem desempenhar papéis diferentes no que diz respeito à promoção da equidade no acesso a serviços e oportunidades, bem como no reconhecimento do direito à renda para diferentes grupos da população afetados pela precariedade do mercado de trabalho e pela falta de cobertura previdenciária. A autora ao fazer essa análise, das ações intersetoriais relacionadas ao Programa Bolsa Família (PBF), verifica que os resultados parecem ser influenciados pela relevância da ação direcionada a públicos em situações extremas de vulnerabilidade e pela articulação com políticas universais como de saúde e educação que oferecem serviços nos municípios e promovem a busca por maior qualidade de vida e integralidade.

No próximo tópico serão discutidas as singularidades da pobreza em Manicoré/AM, visando ressaltar a realidade do referido município no contexto regional amazônico. A partir da contextualização desta realidade socioeconômica e cultural será apresentada uma caracterização da gestão municipal do Programa Bolsa Família, no sentido de problematizar, posteriormente, a questão da intersetorialidade na gestão municipal deste referido programa.

2. 2. A realidade socioeconômica e cultural de Manicoré: a pobreza em questão em contexto amazônico

Segundo Silva (2019), o estudo etimológico do nome Manicoré foi realizado por Octaviano de Melo em sua obra "Topônimos Amazonenses" (1967), no qual expõe que a palavra tem raízes tupis, derivando de dois vocábulos: "MANI" e "CORÉ". O primeiro refere-se a uma entidade divina venerada pelos indígenas, uma bela indígena adorada pelos membros da raça Anicoré. Após sua morte, ela passou a ser invocada nas alegrias e aflições da

comunidade. O segundo termo, "CORÉ", significa filho ou filha. Juntos, esses termos formam "Manicoré", que traduzido significa "FILHO DA DEUSA". Essa interpretação etimológica fornece uma compreensão fascinante sobre a origem e o significado do nome do município de Manicoré no estado do Amazonas.

O Município era chamado de vila de Nossa Senhora das Dores, passando depois à categoria de Cidade chamada de Manicoré. O resgate histórico da formação social e cultural da população manicoreense é um desafio a ser alcançado, pois os documentos oficiais produzidos até os dias atuais ainda são escassos (Silva, 2019). Os estudos da referida autora refletem que as narrativas das populações tradicionais contêm riquezas de informações e por não estarem registradas em documentos oficiais podem se perder.

Desse modo, as histórias orais por fornecerem informações, conhecimentos, saberes e vivências valiosas, tanto sobre a origem e as populações, quanto sobre as mudanças e permanência no município de Manicoré contribuem significativamente para a visibilidade, o conhecimento, a compreensão do contexto histórico do município, proporcionando uma visão mais completa e autêntica da história local. Nesse viés, Thompson (1998) aponta que “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (Thompson, 1998, p. 337).

Desta forma, propõe-se a enfrentar o desafio de resgatar a história da formação do município de Manicoré, conforme destacado por Reis (2011). O autor aponta a escassez de documentos oficiais que registram o histórico desse município, o que torna a tarefa de reconstruir sua trajetória um desafio significativo, bem como abordagens interdisciplinares, a fim de superar as limitações documentais e oferecer uma contribuição significativa para o entendimento da formação histórica de Manicoré.

Assim como em outras regiões, a história de Manicoré é frequentemente transmitida de geração em geração por meio de relatos verbais, memórias familiares e narrativas populares. Essas histórias podem revelar detalhes importantes sobre como o município se desenvolveu ao longo do tempo, apontando seus principais eventos, figuras históricas, águas, terras e florestas e as mudanças e permanências que ocorreram na região.

Como constituinte da região amazônica, Manicoré vivencia a dureza da pobreza, fruto das contradições capital/trabalho, dos projetos idealizados sem considerar as demandas das populações que nela habitam. As populações das comunidades tradicionais na Amazônia (indígenas, quilombolas, caboclos, caiçaras, ciganos, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, cipozeiros) possuem modos de vida e de viver particulares, portanto, projetos

decolados das suas realidades não trazem resultados assertivos para melhoria da qualidade de vida dessa população.

O município de Manicoré está localizado na região sul do Estado do Amazonas, que é uma área extensa e faz fronteira com alguns municípios e com os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará, ocupando cerca de 392.210,00 km², o que representa aproximadamente 24,86% da área total do Estado do Amazonas (Silva, 2019). A figura 02 destaca a localização de Manicoré dentro do estado do Amazonas.

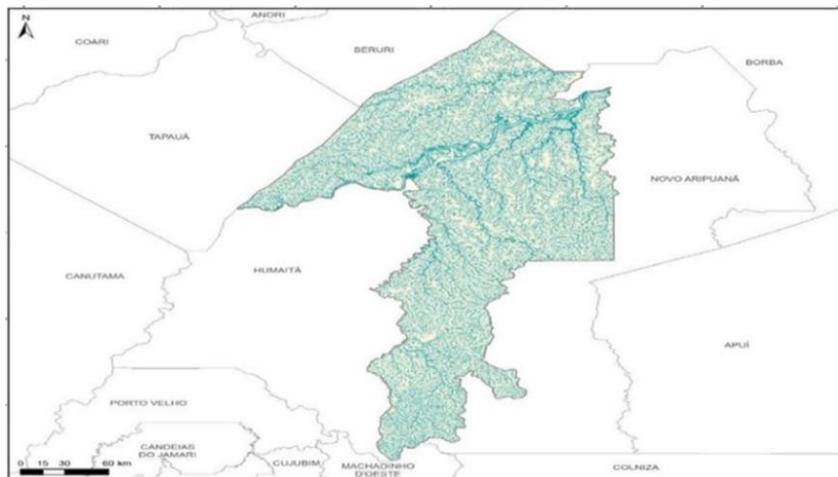
Figura 02: Mapa do Estado do Amazonas, com localização do território de Manicoré/AM



Fonte: IBGE (2010).

Cabe ressaltar, que além de fazer parte da mesorregião do sul amazonense, a cidade de Manicoré também está localizada na 5ª sub-região do rio Madeira, sendo um dos cinco municípios que formam a calha do rio Madeira, juntamente com Apuí, Borba, Humaitá e Novo Aripuanã conforme mostra o mapa a seguir com a localização geográfica e territorial de Manicoré/AM.

Figura 03: Mapa do Município de Manicoré com localização das cidades fronteiras



Fonte: Cidade-Brasil, 2016

A formação sócio-histórica de Manicoré foi motivada pela necessidade de fortalecer o comércio entre o Grão-Pará e os Estados do Mato Grosso e Goiás. A sua localização privilegiada atraía imigrantes de vários lugares do Brasil (principalmente nordestinos) e do exterior, como turcos, libaneses, portugueses, judeus. Durante o ciclo da borracha, o município manicoreense destacou-se como ponto central de exportação de produtos naturais para a Europa, experimentando um período de desenvolvimento impulsionado pelo influxo de imigrantes (Reis, 2011).

Do ponto de vista geográfico, Manicoré possui uma hidrografia diversificada, com rios de grande, médio e pequeno porte. O rio Madeira, que corta o município ao meio e deságua no Rio Amazonas, é um dos principais cursos d'água da região. Além dele, há outros rios como o Aripuanã, Acará, Atininga, Capanã Grande, Manicoré, Mataurá, Igapó Açu, Matupiri, Amapá, Jutai e Guariba, bem como diversos furos, cachoeiras, ilhas e igarapés que contribuem para a riqueza da hidrografia local. Esses recursos hídricos desempenham um papel fundamental na vida das comunidades, sobretudo da zona rural do município, sendo utilizados para transporte, pesca, agricultura e outras atividades econômicas e sociais (Silva, 2019).

Destaca-se que, Manicoré apresenta um clima equatorial, caracterizado por temperaturas quentes e úmidas, variando entre 25 e 35 graus Celsius. As chuvas são regulares e abundantes, principalmente nos meses de janeiro a julho. Além disso, o município destaca-se por sua rica biodiversidade, com uma vegetação densa e presença de grandes árvores. Essas condições climáticas e ambientais únicas influenciam diversos aspectos da vida cotidiana dos habitantes de Manicoré, bem como apresentam desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região.

Portanto, o município de Manicoré/AM possui particularidades, com um extenso território, com suas terras altas na sede do município, porém em algumas comunidades ribeirinhas possui uma grande extensão de áreas de várzea, ficando por alguns meses do ano submersas. Por isso, tanto na época da enchente quanto na vazante dos rios (estiagem), as mudanças estruturais são diversas, como a dinâmica nas habitações, no deslocamento, na geração de trabalho e renda da população, com a poluição dos rios, entre outros agravos socioambientais no modo de vida da população do município.

O território amazonense “é cortado por uma malha viária muito menor do que sua extensa malha fluvial, o que o diferencia de outros Estados. O transporte fluvial se caracteriza como o principal meio de locomoção no Estado” (Amazonas, 2021, p. 34). No contexto Amazônico de Manicoré, as terras firmes estão dispostas a partir da várzea, como uma sucessão

de baixos níveis que se elevam em direção aos escudos periféricos, com os quais podem se apresentar nivelados. As terras firmes constituem terrenos não inundados pelas cheias do rio Madeira (Idem).

De acordo com Souza e Bronzo, (2020, p. 54), “a atuação sobre o território é equivalente à atuação no plano coletivo, o que passa, por um lado, pelo compromisso do poder público com a estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território” e, por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e dos territórios.

A atuação eficaz no território de Manicoré requer não apenas a oferta adequada de serviços socioassistenciais, mas também a construção de vínculos reais entre as equipes de atendimento e as comunidades locais. Isso implica um compromisso do poder público em estruturar os serviços de acordo com as necessidades específicas do território. Essa abordagem integrada é essencial para uma intervenção social eficaz na região.

Desta forma, pensar a territorialidade para além do espaço geográfico físico é entendê-la também a partir das “relações de poder, assim como, relações econômicas e simbólicas” Queiroz (2014, p. 157). Assim, entende-se que a “questão territorial é importante nas políticas públicas, como forma de aproximação do cotidiano, dos desafios, dos riscos e potencialidades dos atores sociais” (Amazonas, 2021, p. 38).

Essa questão territorial é um grande desafio em Manicoré/AM. Assim, chega-se ao município de Manicoré por via fluvial (lanchas/expressos ou embarcação ferry boat)¹⁵ com período de viagem de aproximadamente 12h (lancha a jato), por barcos com cerca de mais ou menos 36h de viagem saindo da capital Manaus ou, por via aérea, com um percurso de aproximadamente 1h e 15min aproximadamente. E em um curto período do ano (verão), apenas nos meses de junho a outubro, sendo possível por tráfego terrestre, porém, nesse período a poeira cobre a rodovia, tornando a visibilidade bastante comprometida e no período das chuvas é ainda mais difícil o acesso a esse território, com enormes atoleiros, pois na maior parte da

¹⁵ É um tipo de embarcação com estrutura com vários armadores de rede para acomodar os passageiros durante o percurso da viagem nos rios da região Amazônica, onde pode-se observar o modo de vida dos povos da Amazônia e como elas precisam se adaptar a esse tipo de viagem para os lugares mais longínquos da nossa região, onde as pessoas passam vários dias viajando, mas podem contemplar as mais lindas paisagens do cenário amazônico, nos rios nos quais são seis meses de rios cheios e seis meses de rios secos, nas cheias pode-se contemplar a força das águas que levam as barrancas consigo.

rodovia Transamazônica não têm asfalto, bem como a BR 319¹⁶, que liga os estados do Amazonas à Rondônia e, conseqüentemente, ao resto do país (Silva, 2019).

Portanto, percebe-se que há uma grande complexidade estrutural de logística que possa ligar a população do estado do Amazonas ao resto do país. Destaca-se a existência de desafios significativos nesse contexto. Desta forma, observa-se a necessidade e soluções inovadoras e eficientes para superar tais dificuldades como de uma infraestrutura viária adequada para promover a integração socioeconômica, o desenvolvimento regional e a qualidade de vida da população desse território.

A população de Manicoré, segundo o (PMAS, 2021) o último censo do IBGE do ano de 2021, era de 57.405 pessoas, com o maior número populacional projetada pelo Relatório de Informações Sociais (RI V4), registra 43% das pessoas na zona urbana e 57% das pessoas na zona rural (Brasil, 2023). Desta forma, podemos considerar que é um desafio desenvolver a política de assistência social no território amazônico, principalmente pelas dificuldades da equipe técnica da SEMAS para acesso às populações que vivem na zona rural, devido às suas peculiaridades hidrográficas e demográficas. A seguir é possível visualizar uma imagem aérea do município de Manicoré/AM.

Figura 04: Vista aérea do município de Manicoré/AM

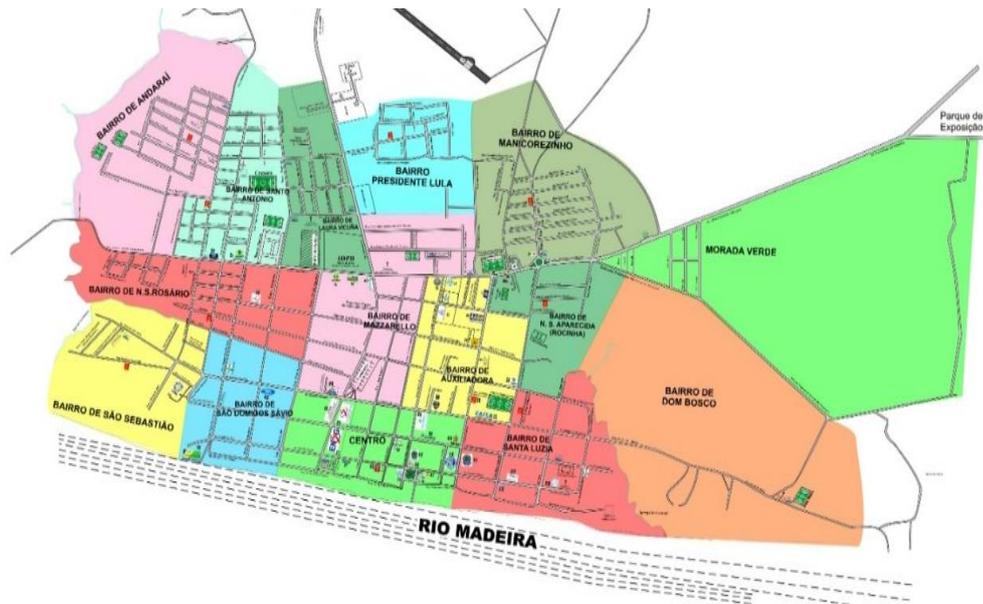


Fonte: IBGE (2010).

¹⁶ A rodovia BR-319 exerceu papel fundamental na integração territorial após 1973, ano que começou a oferecer trafegabilidade, marcada pela realização da primeira viagem de ônibus. Segundo Silva (2019), a estrada BR-319, foi construída através de imposição do governo federal e, segundo Rodrigues (2014, p. 83) ela foi “projetada a partir de interesses do próprio governo, visando viabilizar o surgimento de núcleos populacionais no decorrer da rodovia”. Reiterando essas colocações, segundo o EIA-RIMA (2009) da BR-319, “as medidas adotadas a partir do governo Castelo Branco, chamadas de *operações da Amazônia* (1965-1967), tinham como objetivo e ocupação, o desenvolvimento e a integração da Amazônia ao restante do país” (UFAM, 2009, Vol. 1 pag. 26).

O município de Manicoré possui 16 bairros na sede, incluindo: 11 de maio, Andaraí, Centro, Dom Bosco, Laura Vicuña, Manicorezinho, Morada Verde, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora do Rosário, Novo Horizonte, Presidente Lula, Santa Luzia, Santa Maria Domingas Mazzarello, São Domingo Sávio e São Sebastião. Além disso, o município conta com 152 comunidades rurais distintas e um distrito (Santo Antônio do Matupi com uma população aproximada de 16 mil habitantes (Silva, 2019). O mapa a seguir na irá fornecer uma visão detalhada da distribuição dos bairros na cidade.

Figura 05: Mapa dos bairros do município de Manicoré/AM



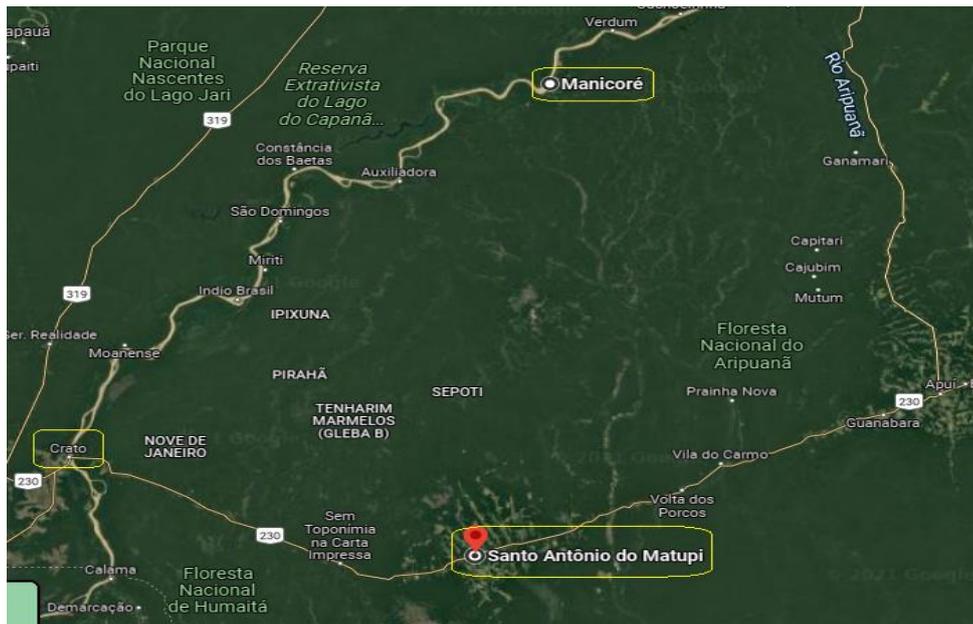
Fonte: IBGE, (2016).

É essencial destacar as características das vulnerabilidades e riscos sociais da população de Manicoré, onde o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,582, refletindo as desigualdades sociais presentes. O diagnóstico realizado pela SEMAS de Manicoré revelou que o bairro nomeado “11 de maio” enfrenta a maior vulnerabilidade social, com 45% das famílias vivendo abaixo da linha da pobreza, com uma renda familiar per capita de até 89,00 reais. Além disso, 30% têm uma renda entre 89,01 e 178,00 reais, e 25% ganham entre 178,1 e 2 salários-mínimos (Manicoré, PMAS, 2021). Estes dados evidenciam a urgência de intervenções sociais e políticas públicas no município para enfrentar esses desafios.

As distâncias do território dos municípios são consideráveis em relação à capital do Amazonas- Manaus, que se tornam desafiadoras para se trabalhar na Política de Assistência Social no contexto territorial de dimensão continental, principalmente no que se refere ao financiamento dessa política, que muitas vezes no cálculo, não considera o chamado ‘Fator Amazônico’ para a execução da política, sendo que a distância é bastante acentuada.

Dado a vastidão do Brasil, especialmente na região amazônica, a rede do Cadastro Único do SUAS desempenha um papel essencial como uma porta de entrada para que os programas alcancem os/as beneficiários/as, especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade social e que se encontram nas regiões mais remotas como o Distrito de Santo Antônio do Matupi na Transamazônica. Demonstraremos a seguir no mapa do território do município de Manicoré/AM e este distrito, destacando essa particularidade dos desafios da gestão do SUAS neste município do Amazonas.

Figura 06: Mapa do Distrito de Santo Antônio do Matupi em Manicoré/AM



Fonte: IBGE, (2016).

O Distrito de Santo Antônio do Matupi no km 180, localiza-se na Transamazônica (BR 230), estendendo-se às margens desta rodovia em meio à floresta amazônica. Vale ressaltar que Matupi pertence ao município de Manicoré, não a Humaitá, apesar da sua localização geográfica próxima. Esse distrito fica nas divisas entre os municípios de Manicoré, Humaitá e Apuí no estado do Amazonas. Está localizado a 268,56 km em linha reta da sede do município de Manicoré, de difícil acesso, onde no período da cheia do rio Madeira, para se chegar até a vila precisamos nos deslocar por via fluvial, viajando de barco até a cidade de Humaitá/AM, no qual atravessa-se de balsa no rio Madeira e a partir daí se segue 180 km por via terrestre, através da Transamazônica até chegarmos à Vila de Matupi.

Já no período do verão (junho a outubro) utiliza-se a viagem por via fluvial e terrestre, saindo da sede de Manicoré em embarcação (lancha/voadeira) por mais ou menos uma hora, por via terrestre mais 83km aproximadamente através da AM/364 (trecho do meio), logo em seguida pela BR/319, até chegar-se ao município de Humaitá-AM, atravessa-se de balsa pelo

rio Madeira e percorre mais 180 km. O que demonstra o grande desafio da distância desse distrito para o acesso da população aos serviços públicos socioassistenciais.

Por essa razão, a cobertura dos serviços sociais, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o Cadastro Único e outros serviços de proteção social básica e especial, é realizada de forma limitada e pontual ao longo do ano. Isso ocorre devido à falta de um CRAS mais próximo no distrito, pois o mais próximo fica localizado no município vizinho de Humaitá-AM.

Destaca que as dimensões populacionais do estado brasileiro, aliado às diversidades regionais em termos de clima, ambiente e história cultural, apresentam desafios significativos para o formato de gestão federativa que não leva em consideração essas particularidades (Sposati, 2015, p. 51).

Loureiro (2009), enfatiza que a história mostra que:

O Estado, as elites e mesmo uma parte expressiva da sociedade brasileira jamais aceitaram conviver com culturas diferentes e grupos minoritários dentro do território nacional, respeitando-os em sua autonomia e dignidade próprias. Não há como desconsiderar a dificuldade da efetivação das políticas públicas na região, por vários fatores que levam em consideração a questão geográfica, históricas, políticas, territoriais, culturais, entre outras no território Amazônico (Loureiro, 2019, p. 122).

A economia do município de Manicoré, segundo Silva (2019), destaca-se por ser diversificada, englobando atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras. Na agricultura, a produção de banana, melancia e farinha é proeminente. A pecuária inclui a criação de bovinos, suínos e equinos, enquanto a pesca é uma atividade relevante, com uma frota de barcos pesqueiros e pescadores artesanais que abastecem a cidade e exportam peixes de couro para todo o Brasil. Além disso, o município destaca-se no extrativismo vegetal, com a coleta de frutos da floresta como açaí, óleo de andiroba e copaíba.

De acordo com, Silva (2019), a produção de melancia se destaca na agricultura de Manicoré, levando ao estabelecimento da Festa da Melancia como uma iniciativa para incentivar e expandir essa produção. A festa não apenas promove a melancia como um produto local, mas também atrai visitantes das cidades vizinhas e da capital do Amazonas. Manicoré, situada às margens do rio Madeira, ocupa uma posição estratégica entre os estados do Amazonas e Rondônia, o que contribui para a relevância econômica e cultural dessa festa.

Portanto, no município de Manicoré a economia é impulsionada principalmente pela produção agrícola, com ênfase no cultivo da melancia, banana e na produção de farinha. Segundo o IDAM, o município também se destaca na pesca e na pecuária, que responde pelo terceiro maior rebanho do Estado com o Distrito de Santo Antônio do Matupi. Além disso, o

comércio local e os empregos oferecidos pela Prefeitura/Estado também são fontes importantes de renda para a população. Essa diversificação econômica é crucial para a sustentabilidade da região e o bem-estar da população local (Silva, 2019).

Segundo o IBGE, o município de Manicoré possui um PIB *per capita* de R\$ 10.981,24, classificando-o como o 30º município mais rico do Amazonas, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,582, indicando condições humanas relativamente baixas. A incidência da pobreza é considerável, ocupando a 44ª posição, com 50,73% da população afetada (IBGE, 2022).

Os indicadores de trabalho em Manicoré, ao serem comparados com outros municípios do estado do Amazonas, demonstram uma posição relativamente alta, ocupando a 30ª posição entre 62 municípios. No entanto, ao ampliar a comparação para nível nacional, o município encontra-se na posição 2.553 de 5.570 cidades, indicando uma disparidade significativa. Além disso, apenas 7,9% da população possui acesso a esgoto sanitário adequado, e aproximadamente 17,5% das vias públicas estão arborizadas, enquanto apenas 3% das vias públicas estão urbanizadas. Nesse sentido, estes dados ressaltam os desafios enfrentados pelo município em termos de infraestrutura e qualidade de vida (IBGE, 2022).

É indubitável que o município de Manicoré enfrenta desafios significativos em relação ao seu mercado de trabalho. De acordo com o (IBGE, 2022), o salário médio mensal na região era de 1,9 salários-mínimos, evidenciando uma realidade econômica complexa. A taxa de ocupação em relação à população total era de apenas 3,6%, o que indica uma oferta limitada de empregos. Quando comparado com outros municípios do estado do Amazonas, Manicoré ocupava a 14ª posição em termos de salário e a 55ª posição em termos de taxa de ocupação, entre 62 municípios. Esses números refletem os desafios econômicos que Manicoré enfrenta e destacam a importância de explorar estratégias para melhorar a situação do mercado de trabalho local e possíveis soluções para a melhoria das condições econômicas e de emprego nesta região.

No contexto atual, é evidente a considerável parcela da população de Manicoré fora do mercado de trabalho, como indicado pelos dados do IBGE (2022). Estes dados apontam para um aumento nos índices de desemprego, principalmente nos setores de comércio, indústria e alimentação, sugerindo uma tendência crescente de dispensas. Esta situação destaca uma preocupação relevante em relação ao desemprego e à instabilidade econômica, sinalizando desafios significativos para a economia local e para os indivíduos que dependem desses setores para subsistência.

Contudo, apesar dos discursos ideológicos sobre geração de emprego e renda, a realidade da informalidade prevalece em Manicoré. Muitos trabalhadores desempregados sobrevivem de atividades temporárias. No entanto, essas ocupações oferecem pouca segurança e perspectivas de vida melhores para esses trabalhadores (IBGE, 2022).

Nesse contexto, grande parcela desempregada da população, que se encontra na informalidade, está sem acesso aos direitos trabalhistas. Esses trabalhadores sobrevivem por meio de atividades temporárias, muitas vezes relacionadas a eventos festivos e ao Programa Bolsa Família. Estes são os trabalhadores que realizam trabalhos informais, como a venda de produtos diversos, principalmente como: venda de balas, bebidas, tacacá, artesanato, churrasco, entre outros, contribuindo para a circulação de renda no município.

O Programa Bolsa Família (PBF) desempenha um papel relevante em Manicoré, oferecendo apoio financeiro para famílias que não têm emprego formal ou trabalham de forma autônoma. Em um cenário onde a maioria dos empregos está ligado aos setores público estadual e municipal, e a única fábrica está localizada fora da sede do município, no Distrito de Santo Antônio do Matupi, o qual emprega a população do município vizinho Humaitá, bem como os residentes locais. Assim, o Bolsa Família se torna essencial para as famílias que se encontram fora do mercado de trabalho (IBGE, 2022).

Portanto, o PBF tem um papel fundamental ao injetar recursos na economia local durante o período de pagamento do benefício, com impactos socioeconômicos relevantes para o comércio e a população local. Entretanto, os dados do Cadastro Único revelam que considerável parcela dessas famílias cadastradas viva abaixo da linha da pobreza, indicando desafios significativos em termos de renda *per capita* para os habitantes de Manicoré.

Em relação aos aspectos socioculturais do município, cabe destacar que Manicoré é conhecido por sua rica cultura, que se manifesta por meio de diversos eventos festivos, como a Festa da Melancia, os Forrós de Rua, o Festival das Quadrilhas, a Festa do Açaí, a Festa da Farinha e a Festa do Cacao, da banana, do açaí. Essas celebrações transformam as ruas da cidade em animadas danceterias, com cores vibrantes, e são realizadas tanto na área urbana quanto na zona rural, atraindo um público considerável (IBGE, 2022).

A participação popular expressiva demonstra o sucesso e a importância desses eventos para o município de Manicoré e seus visitantes. Além de enriquecerem a cultura local, esses eventos promovem um cenário festivo no município, reunindo tanto a população local quanto visitantes, contribuindo com o impacto cultural e socioeconômico.

A Festa da Melancia em Manicoré é um evento de grande importância para a cidade e região, realizado no Parque de Exposição Domingos Galdino de Melo, em conjunto com a Expomani (Exposição Agropecuária de Manicoré). Este evento não apenas oferece entretenimento à comunidade local, mas também desempenha um papel fundamental como uma oportunidade de investimento, gerando empregos e incrementando a renda da população da região (Silva, 2019).

De acordo com Silva (2019), a Festa da Melancia engloba uma série de atividades, como a exposição e venda de animais, a feira da agricultura familiar, rodeio, o concurso da rainha da melancia, competições esportivas, shows musicais regionais e atrações de renome nacional. Essa diversidade de atrações atrai um grande público, não apenas dos municípios vizinhos, mas também de cidades distantes, como Manaus/AM e Porto Velho/RO. Além de celebrar a cultura local, a Festa da Melancia também tem um impacto significativo no turismo e na economia da região.

Os Forrós de rua acontecem desde os anos de 1969, sendo uma tradicional festa local que teve seu início em frente a uma residência e esta ideia foi abraçada pelo povo e pelos administradores municipais, que contribuíram para o crescimento deste grande evento que acontece em todos os bairros e em áreas centrais da cidade. A abertura dos forrós acontece geralmente sempre no 1º sábado de junho e encerra no 2º sábado de julho, abrindo espaço para as bandas locais, apresentação de quadrilhas dos bairros da cidade, promovendo diversão e oportunidade de emprego e renda temporária para os artistas (músicos) locais, os vendedores ambulantes, uberização¹⁷ e outros trabalhadores que executam o evento.

Com a intenção de valorizar a produção local e incentivar a economia do município de Manicoré, podemos mencionar a realização dessas festas durante as quais há exposições de artesanatos, incluindo shows culturais com bandas locais, regionais e nacionais, sendo atrativos turísticos, proporcionando entretenimento à população e aos visitantes, bem como a venda de produtos derivados da melancia entre outros. Portanto, percebe-se como esses eventos culturais e festivos ajudam a promover o turismo na região, contribuindo para a economia local e para a preservação das tradições culturais em Manicoré, porém, é preciso também sinalizar os desafios

¹⁷ Segundo Marcio Pochmann (2017), o conceito de uberização do trabalho pode ser definido como um novo modelo de trabalho, que, na teoria, se coloca como mais flexível, no qual o profissional presta serviços conforme a demanda. Ele próprio faz o seu horário e pode trabalhar até 12 horas por dia, sem nenhuma regalia. O modo UBER de organizar e remunerar a força de trabalho distancia-se crescentemente da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas (p. 277).

enfrentados pelos produtores locais, bem como o impacto desses eventos na economia e nas expressões da questão social na realidade local (Silva, 2019).

Apesar das contribuições na esfera econômica, contraditoriamente, essas atividades culturais têm impactos no aumento da exploração do trabalho infantil e/ou exploração sexual de adolescentes, poluição dos rios e outros agravos socioambientais no modo de vida da população do município (infelizmente não será possível aprofundar essas questões pelos limites da investigação realizada neste estudo).

Nesse cenário, o contexto amazônico exerce uma influência significativa na gestão de políticas sociais na região norte, especialmente em meio à vastidão da floresta amazônica, com seus grandes rios, lagos e igapós. Dentre os desafios, destaca-se a questão do deslocamento entre a sede do município para as diversas comunidades para atender a essa população, frequentemente invisível e negligenciada. Assim, é imprescindível destacar a complexidade e a importância de abordagens sensíveis para enfrentar as barreiras geográficas e sociais inerentes a essa região.

No próximo tópico serão abordadas as particularidades da gestão municipal do SUAS em Manicoré/AM, destacando especificamente informações do desenvolvimento do Programa Bolsa Família no lócus do estudo.

2. 3. As particularidades da gestão municipal do SUAS e do Programa Bolsa Família (PBF) em Manicoré/AM

É preciso recordar que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao ser implementado, de acordo com o art. 2º, Parágrafo Único, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), instituiu um modelo de gestão descentralizado e participativo, com vistas à integração entre as políticas setoriais para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) aponta também como eixo estruturante de gestão a categoria de territorialização, que significa o reconhecimento da presença no território de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, visando a localização da rede de serviços socioassistenciais, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos.

De acordo com a PNAS (2004), isso significa que é fundamental reconhecer a influência de diversos fatores sociais e econômicos que podem levar indivíduos e famílias às situações de

vulnerabilidade e risco pessoal e social. Essa abordagem territorial busca localizar a rede de serviços socioassistenciais nos territórios que apresentam maior incidência desses problemas, visando a uma intervenção mais efetiva e direcionada para melhorar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A gestão do Programa Bolsa Família (PBF) é descentralizada, constituindo-se como um dos fundamentos das políticas sociais brasileiras. O PBF por meio de seu desenho de gestão descentralizada e compartilhada com os entes federados (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal), atua de forma corresponsável e cooperativa visando sua adequada implementação.

No âmbito da gestão pública de Manicoré estão presentes as secretarias municipais das políticas sociais, em que se destaca a Política de Assistência Social no município, com o atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos, com o objetivo de enfrentamento da pobreza, vulnerabilidade, risco pessoal e social. Nesta secretaria foram homologadas as legislações municipais que norteiam a Política de Assistência Social municipal, que se organizam através de um sistema não contributivo, descentralizado e participativo, norteados de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, visando assegurar os direitos sociais para o desenvolvimento da população manicoereense (Amazonas, 2021).

O papel essencial desempenhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) no município de Manicoré/AM é o de coordenar e implementar políticas sociais, mas também desempenha um papel integrador e intersetorial. A sua missão inclui organizar uma rede de atendimento público e privado de assistência social, executar programas, projetos, benefícios e serviços, bem como de captar recursos financeiros. Além disso, a SEMAS apoia a participação popular e o controle social, enfatizando a importância da colaboração e do envolvimento da comunidade na elaboração e implementação de políticas sociais eficazes (PMAS, 2021).

O estudo aprofundado sobre as atividades e estratégias da SEMAS nos proporcionou informações valiosas sobre como as políticas sociais são planejadas e executadas em nível municipal, bem como nos permitiu identificar áreas que necessitam de fortalecimento para melhor atender às necessidades da população.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Manicoré (PMAS, 2021), a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) no município foi a partir de 2005. A iniciativa foi realizada pela Secretaria de Promoção Social (SEMPs), em resposta a uma solicitação da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). O município começou a

cadastrar famílias de baixa renda no Cadastro Único (CadÚnico) para fornecer assistência social, resgatando programas anteriores como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás.

O município de Manicoré enfrenta um desafio histórico relacionado à gestão da política de Assistência Social. A constante atribuição de outras políticas públicas à secretaria de assistência social, mesmo que essas políticas não tenham representação institucional no poder executivo, tem impactado negativamente na gestão e implementação da política de assistência social. Isso resulta em uma precarização da gestão e afeta a legitimidade da política no contexto da administração pública municipal (PMAS, 2021).

Segundo o Censo do IBGE (2010), o município de Manicoré é classificado como pequeno porte II de nível pleno no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isso significa que o município tem a gestão total das ações de assistência social, tanto na esfera básica quanto na especial. O Conselho Municipal de Assistência Social de Manicoré (CMAS) desempenha um papel crucial como órgão colegiado e deliberativo, responsável por fiscalizar o desenvolvimento da política de assistência social na cidade. Enquanto gestão plena, Manicoré possui as seguintes características de gestão que foram detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 06: Características da Gestão Plena no SUAS

DEMANDAS AOS MUNICÍPIOS PARA HABILITAÇÃO EM GESTÃO PLENA	
Requisitos	Responsabilidades
a) ter conselho, fundo e plano.	a) criar vínculo SUAS com as entidades inscritas no CMAS.
b) dispor de recursos financeiros próprios no Fundo de Assistência Social.	b) ampliar o atendimento atual dos CREAS.
c) estruturar CRAS de acordo com o porte do município, (pequeno porte II e 1 CRAS, cada um para até 2.500 famílias referenciadas).	c) alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS.
d) disponibilizar Secretaria Executiva no CMAS, com profissional de nível superior.	d) inserir famílias vulneráveis no Cadastro Único (Portaria nº 810, 2022, alterada pela Portaria MDS nº 860, 2023).
e) ter unidade de recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos Benefícios Eventuais, com no mínimo, um (01) profissional de Serviço Social.	e) participar da gestão do BPC, integrando-o à política de assistência social do município e garantido o acesso às informações sobre os seus beneficiários.
f) apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do BPC.	f) realizar programas e/ou projetos de inclusão produtiva.
g) dispor de diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco, a partir de estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas de notória especialização (conforme a Lei nº 8.666, de 21/06/1993).	h) preencher o Plano de Ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o Relatório de Gestão como forma de prestação de contas.
i) dar prioridade de acesso aos beneficiários do PBF.	j) prestar os serviços de proteção social especial.

k) declarar capacidade instalada de alta complexidade.	k) estabelecer pacto de resultados com a rede prestadora de serviços, com base em indicadores estabelecidos.
l) efetivar plenamente o funcionamento dos Conselhos (CMAS, CMDCA e CT).	
m) ter gestor do fundo nomeado e lotado no órgão gestor.	
n) ter política de recursos humanos, com a implantação de carreira para os servidores públicos que atuem na área da assistência social.	

Fonte: Elaboração da autora, 2023. Dados retirados da NOB-SUAS/2012 (Brasil, 2012).

Segundo o histórico do Programa Bolsa Família (PBF), cabe destacar que houve uma colaboração e o esforço conjunto de várias partes interessadas, incluindo o coordenador municipal, os secretários de saúde, educação e assistência social, além dos agentes comunitários de saúde (ACS), para implementar e implantar o Cadastro Único (CadÚnico) em Manicoré. Esse processo envolveu entrevistas em domicílios, tanto na área urbana quanto na zona rural do município, exigindo um trabalho árduo para inserir as famílias no programa, pois a logística é apenas um dos vários desafios encontrados durante esse processo de cadastramento no PBF no município de Manicoré (PMAS, 2021).

A Política de Assistência Social, especificamente por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais desempenha um papel crucial no contexto de municípios como Manicoré. A resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, estabeleceu diretrizes para serviços sociais essenciais, considerando variáveis como público-alvo, situações atendidas e seguranças socioassistenciais proporcionadas (Brasil, 2009).

No entanto, o desafio enfrentado por municípios de pequeno porte, como está categorizado o município Manicoré, classificado como porte 2, ao lidar com as demandas da assistência social. Apesar de atender a uma população significativamente maior do que sua capacidade habilitada, como as fontes oficiais se baseiam ainda no censo de 2010, o município continua com a obrigatoriedade de apenas um CRAS, com a capacidade para atendimento de 2.500 famílias. Contudo, o público atendido é bem maior que sua capacidade, visto o número da população estimada no município (PMAS, 2021).

Desta forma, o município se depara com variadas expressões da questão social e situações de vulnerabilidade. No entanto, a necessidade persiste de encontrar maneiras eficazes de fortalecer e otimizar os serviços sociais, visando aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos neste território local.

Segundo o (PMAS, 2021), os principais equipamentos envolvidos nesse contexto são o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e a Central do Cadastro Único (CadÚnico). Essas estruturas desempenham papéis fundamentais na implementação da Política de Assistência

Social no município. Nesse sentido, segundo o (PMAS, 2021, p. 77), a Assistência Social em Manicoré:

É estruturada em diferentes níveis de proteção social, incluindo serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Esses serviços são oferecidos por meio de entidades como CRAS, CREAS e a Central do Cadastro Único. Além disso, a cidade conta com a participação ativa de Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e mecanismos de controle social para garantir a eficácia e a equidade na distribuição dos recursos e serviços, mostrando um esforço conjunto para enfrentar os desafios sociais da região.

Nessa direção, é preciso ressaltar que conforme a regulamentação do SUAS, é sabido que a gestão e execução do Programa Bolsa Família precisa ser realizada de forma descentralizada, envolvendo a colaboração entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Isso deve ser feito considerando princípios como intersetorialidade, participação da comunidade e controle social. A participação de estados, Distrito Federal e municípios no programa ocorre por meio de adesão voluntária, o que significa que essas entidades podem optar por participar do programa e, assim, colaborar na sua implementação e execução, atuando de forma corresponsável e cooperativa, visando sua adequada implementação (PMAS, 2021).

Oliveira, Souza e Cavalcante (2023), examinam as três dimensões fundamentais do PBF para a superação da fome e da pobreza. A primeira dimensão destaca-se pela promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias. A segunda dimensão enfatiza o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, alcançado mediante o cumprimento de condicionalidades. Essas condicionalidades visam o desenvolvimento das famílias, possibilitando que os beneficiários do programa superem a situação de pobreza.

O PBF no município de Manicoré integra a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, que possui um papel importante na oferta dos serviços e programas em conjunto com outras secretarias que promovem a seguridade social no município, buscando estratégias para melhor atender a população. A SEMAS tem a finalidade de coordenar e implementar as políticas sociais no município de forma integrada e intersetorial, juntamente com a rede socioassistencial pública e privada existente no município, na execução dos programas, projetos, serviços e benefícios. Cumpre destacar, que o setor do Cadastro Único para programas sociais funciona nas dependências do CRAS Pe. Ricardo Lorezoni, inaugurado no ano de 2005.

Dada a natureza extensiva dessa política, que abrange uma vasta gama de serviços, programas, a presença e a contribuição dos assistentes sociais se tornam fundamentais. Especificamente, o papel dos/as assistentes sociais para o atendimento das famílias do PBF,

com seus atendimentos e acompanhamento às famílias em não cumprimento das condicionalidades no CRAS ou no CREAS. No que diz respeito à equipe técnica do SUAS no município de Manicoré/AM, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 07: Composição da Equipe Técnica do SUAS em Manicoré/AM.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO SUAS EM MANICORÉ/AM				
Unidades e/ou Equipamentos	Quant. de Unidades	Serviços e/ou Programas	Trabalhadores/as Técnicos/as	Quant. de Trabalhadores/as
SEMAS	1	PROGRAMAS MUNICIPAIS	Assistente Social	1 (um)
		CRIANÇA FELIZ	Psicólogo	1 (um)
		ACESUAS	Pedagogo	1 (um)
		ASSESSORIA	Cientista Político	1 (um)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	1	PBF/PAIF	Assistentes Sociais	3 (três)
		SCFV		
		SPSD		
		EQUIPE VOL.	Assistente Social	1 (um)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1	PAEFI	Assistente Social	1 (um)
			Psicóloga	1 (um)
			Advogada	1 (um)
TOTAL				12 (doze)

Fonte: Elaboração da autora, com base no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2021).

Considerando o exposto no quadro 07, nota-se que no município de Manicoré a Política de Assistência Social possui 3 (três) equipamentos, sendo 1 (um) CRAS, 1 (um) CREAS e a sede da secretaria SEMAS, com apenas 12 (doze) trabalhadores/as que compõem a equipe técnica do SUAS no município de Manicoré, sendo 6 (seis) técnicas assistentes sociais, seguido de 3 (três) psicólogo/as, 1 (um) pedagogo, 1 (um) advogado e 1 (um) cientista político. O que denota a insuficiência de recursos humanos para atender as demandas socioassistenciais no município.

Ressaltamos que a pesquisa foi realizada com as 6 (seis) assistentes sociais da assistência social e 1 (uma) da rede intersetorial (na área da saúde), pois na área da educação o município não dispunha desse/a profissional no período da pesquisa de campo, como veremos mais à frente.

Segundo o Relatório de Informações Sociais (RI V4), a população de Manicoré tem na área urbana 43% dessa população e com intensidade maior na área rural do município com 57%. Desse total, encontram-se em situação de extrema pobreza 12.895 pessoas, entre pessoas

de 0 a 9 anos que equivale a 4.079 e entre 18 e 24 anos são 1.683 e com 60 anos ou mais registra-se um total de 326 pessoas (Brasil, 2023).

Na base de dados do Cadastro Único, segundo o Relatório de Informações Sociais - RI V4 do MDS (2023), é possível obter indicadores das demandas das famílias de baixa renda do município de Manicoré de acordo com o quadro abaixo são:

Quadro 08: Famílias Inscritas no Cadastro Único em Situação de Pobreza, Baixa Renda e com Renda Per Capta acima de ½ salário-mínimo em Manicoré/AMC

Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico	Famílias em Situação de Pobreza	Famílias em Situação de Baixa Renda	Família com Renda Per Capta mensal Acima de ½ Salário-Mínimo
12.685	8.319	1.762	2.604

Fonte: Elaboração da autora, baseado no Relatório de Informações Sociais RI V4 do MDS (novembro/2023).

A partir dos dados apresentados no quadro 08, evidencia-se uma significativa presença de famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Manicoré. Até o mês de novembro de 2023, constata-se um total de 12.685 famílias cadastradas, sendo 8.319 delas em situação de pobreza, 1.762 em situação de baixa renda e 2.604 com renda per capita mensal superior a meio salário-mínimo. Esses números ressaltam a magnitude dos desafios relacionados à vulnerabilidade socioeconômica na região, demandando uma análise aprofundada para a implementação de políticas públicas eficazes para abordar essa realidade complexa.

Já o quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, de acordo com o MDS/RI V4, pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 09: Famílias Beneficiárias do PBF, Benefício Médio e Valor total repassado às famílias beneficiárias do PBF em Manicoré/AM.

Famílias Beneficiadas pelo PBF	Benefício Médio	Valor Total Repassado às Famílias Beneficiárias do PBF
8.395	R\$ 756,67	R\$ 6.346.923

Fonte: Elaboração da autora, baseado no MDS/SENARC (dezembro/2023).

Com base no quadro apresentado, destaca-se que no município de Manicoré/AM, 8.395 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), representando mais da metade das famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). De acordo com o Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência

Social, Família e Combate à Fome, SENARC, o benefício médio mensal é de R\$ 756,67, resultando em um investimento repassado em dezembro de 2023 um total de R\$ 6.346.923,00 para as famílias beneficiárias (Brasil, 2023).

É importante ressaltar que esse valor médio não considera as famílias em situação de suspensão na folha de pagamento do PBF. A cobertura do programa no município atinge uma cobertura¹⁸ de 198%, sinalizando uma amplitude significativa na abrangência do benefício. Já as pessoas em situação de pobreza vamos visualizar no quadro a seguir:

Quadro 10: Pessoas em Situação de Pobreza, Pessoas em Situação de Baixa Renda e Pessoas com Renda Per Capta Mensal Acima de ½ sal. min. em Manicoré/AM.

Pessoas em Situação de Pobreza	Pessoas em Situação de Baixa Renda	Pessoas com Renda Per Capta mensal acima de ½ sal. min.
27.092	5.657	4.119

Fonte: Elaboração da autora, baseado no Demonstrativo Físico/Financeiro MDS/SENARC (dezembro/2023).

A partir do quadro acima apresentado, observa-se que, até dezembro de 2023, o município de Manicoré/AM possuía 27.092 pessoas em situação de pobreza, 5.657 em situação de baixa renda e 4.119 com renda per capita mensal superior a meio salário-mínimo, todas registradas na base de dados do Cadastro Único (CadÚnico).

No contexto educacional, parte integrante da intersectorialidade do Programa Bolsa Família (PBF), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manicoré revela uma infraestrutura composta por 151 escolas municipais, sendo 139 na zona rural e 12 na sede do município. A esfera estadual contribui com 8 escolas de ensino regular, 1 Centro de Educação Integral (CETI), 1 polo de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), e 1 Polo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

No intuito de avaliar o cenário educacional, o Ministério da Educação (MEC) fornece indicadores de acompanhamento das condicionalidades em Manicoré, os quais serão discutidos detalhadamente no próximo quadro. A interação entre o PBF e a educação local, analisa como essas estruturas impactam no desenvolvimento educacional e social do município. Vejamos na tabela a seguir os indicadores de acompanhamento das condicionalidades em Manicoré na educação repassadas pelo MEC ao MDS.

¹⁸ A cobertura é calculada com base na quantidade de famílias cadastradas com renda de até ½ salário-mínimo no Cadastro Único para programas sociais, em relação a quantidade estimada de famílias com perfil no CadÚnico (Censo IBGE, 2010).

Tabela 01: Acompanhamento das Condicionalidades na Educação em Manicoré repassadas pelo MEC ao MDS.

Acompanhamento das Condicionalidades na Educação				
Faixa etária	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17)
Público para Acompanhamento	1.728	7.587	1.482	10.797
Pessoas Acompanhadas	1.554	4.919	876	7.349
Taxa de Acompanhamento	89,93%	64,83%	59,11%	68,07%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	1.553	4.866	804	7.203
Taxa de Acompanhamento	98,65%	98,92%	91,78%	98,01%

Fonte: Elaboração própria com base no RI V4 do MDS/SENARC (julho/2023)

Ao considerar o conjunto de dados apresentados na tabela 01, no município de Manicoré, 10.797 crianças e adolescentes foram identificados com o perfil para acompanhamento na condicionalidade de educação até julho de 2023. Desse total 7.349 foram efetivamente acompanhados, alcançando uma cobertura de 68,07%. Comparativamente, o resultado nacional de acompanhamento na educação é de 93,07%, indicando que o município apresenta um baixo desempenho em relação à média nacional. Vê-se que esses dados sugerem uma ação intersetorial para a eficácia nas práticas de monitoramento da frequência escolar local, de acordo com os dados do RI/V4 (Brasil, 2023).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a taxa de escolaridade no município para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos atinge 90,3%. No contexto educacional, os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, em 2019, alcançaram um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,0, enquanto os anos finais obtiveram um IDEB¹⁹ de 4,4 no mesmo ano.

Segundo o Censo demográfico do IBGE (2010), Manicoré teve o maior índice de pessoas em situação de pobreza por faixa etária. Além da vulnerabilidade financeira é importante ressaltar a vulnerabilidade e risco social vivenciada por crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e idosos sofrendo negligência e abandono. Alto índice de drogadição, alcoolismo, gravidez na adolescência e evasão escolar, tendo como uma das causas

¹⁹ O IDEB é calculado considerando o aprendizado dos alunos em português e matemática (prova Brasil) e o fluxo escolar (taxa de aprovação). O cálculo envolve a soma desses elementos, dividida por dois e multiplicada pela taxa de aprovação, resultando na nota do IDEB. O indicador de aprendizado varia de 0 a 10, sendo 10 praticamente inatingível, indicando que todos os alunos alcançaram o rendimento esperado.

a extração de ouro no garimpo na região do Rio Madeira, que também reflete na questão social e ambiental de toda essa região.

O município de Manicoré, em seu contexto de saúde, dispõe de 06 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 01 (uma) UBS Fluvial, 01 (um) Centro de Fisioterapia, e o Hospital Municipal Dr. Hamilton Maia Cidade, conforme dados fornecidos pelo Ministério da Saúde (MS) por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). Essas estruturas desempenham papel crucial na oferta de serviços de saúde à população local.

O acompanhamento das condicionalidades na saúde serve como alicerce para a articulação intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF) entre as áreas de saúde, educação e assistência social. Essa abordagem integrada visa identificar demandas sociais no território e superar situações de vulnerabilidade e riscos sociais enfrentadas pelas famílias beneficiárias do programa no município.

Os dados de acompanhamento das condicionalidades na saúde em Manicoré, fornecidos pelo Sistema de Informação em Saúde na Atenção Básica (E-SUS) ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). No qual a análise desses dados permite compreender a eficácia das práticas de saúde associadas ao PBF, possibilitando informações para melhorias na política de saúde e na promoção do bem-estar das famílias beneficiárias do PBF.

As informações de acompanhamento das condicionalidades na saúde servem de base para a articulação intersetorial do Programa Bolsa Família entre as políticas de saúde, educação e assistência social, no sentido de atuarem de forma integrada para identificação das demandas sociais no território e a superação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais enfrentadas pelas famílias beneficiárias do programa.

No que se refere ao acompanhamento das condicionalidades do PBF na Saúde em Manicoré repassadas pelo E-Gestor e E-SUS ao MDS, de acordo com os dados do Relatório de Informações Sociais - RI/V4 (MDS, 2023), vejamos a tabela a seguir:

Tabela 02: Acompanhamento das Condicionalidades na Saúde em Manicoré repassadas pelo E-SUS ao MDS

Acompanhamento das Condicionalidades na Saúde			
Faixa etária	Crianças menores de 7 anos	Mulheres	Total de pessoas (crianças e mulheres)
Público para Acompanhamento	5.263	11.880	17.143
Pessoas Acompanhadas	3.939	10.876	14.815
Taxa de Cumprimento	74,84%	91,55%	86,42%

Pessoas que cumpriram a condicionalidade	3.939	-	-
Taxa de Cumprimento	100,00%	-	-
GESTANTES			Total de mulheres
Pessoas Acompanhadas	-	-	437
Pessoas que Cumpriram a Condicionalidade	-	-	437
Taxa de Cumprimento	-	-	100,00%

Fonte: Elaboração da autora, com base no RI V4, MDS, SENARC (julho/2023).

Conforme os números apresentados na tabela 02 no ano em questão, o município atingiu um notável marco ao acompanhar 14.815 pessoas entre eles/as crianças menores de 7 (sete) anos e mulheres do Programa Bolsa Família (PBF), representando uma cobertura de acompanhamento de 86,42%. Em comparação com o resultado nacional de acompanhamento na saúde, que era de 79,71%, observa-se um aumento de aproximadamente 5%. Esses dados refletem um desempenho muito positivo do município, superando a média nacional de acompanhamento do programa, de acordo com o Relatório Meu Município do MDS/SENARC. (Brasil, 2023).

O processo de repercussão no Programa Bolsa Família, que envolve advertências, bloqueios, suspensões, cancelamento e exclusão lógica do benefício em casos específicos, sinaliza situações de não cumprimento das condicionalidades pelas famílias. Esses efeitos devem ser interpretados como indicadores de agravamento de vulnerabilidades que as famílias possam estar enfrentando, evidenciando obstáculos ao acesso à saúde e educação.

O poder público deve intervir e auxiliar essas famílias a superar tais vulnerabilidades, permitindo o retorno ao acesso regular a esses serviços e ao cumprimento das condicionalidades. O atendimento e acompanhamento prioritários pela Assistência Social, especialmente para as famílias em fase de suspensão, tornam-se essenciais para promover a reintegração dessas famílias nos programas sociais e mitigar as barreiras que as impedem de cumprir as condicionalidades estabelecidas pelo programa.

Os desafios são grandes para o desenvolvimento das políticas públicas na região, levando em consideração as questões históricas, culturais, políticas, geográficas e territoriais. Essas dificuldades na efetivação das políticas no território da Amazônia Brasileira são visível por sua grande extensão geográfica e difícil acesso.

Uma ferramenta fundamental para compreender a pobreza em suas diversas dimensões, é através do Cadastro Único. Ele contribui para o reconhecimento e a inclusão de grupos sociais.

Assim, a identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE's) no Cadastro Único reflete a sensibilidade crescente do Governo Federal às demandas e vozes dos atores sociais.

Este movimento foi impulsionado pela criação de órgãos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, a Secretaria de Direitos Humanos em 2003 e o INCRA em 1970. Além disso, o Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), definindo claramente quem são os povos e comunidades tradicionais dentro dessa política.

A definição de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) conforme estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, (Brasil, 2022), são grupos distintos principalmente por seus costumes, tradições e modos de vida comunitários únicos, transmitidos de geração em geração, diferenciando-os de outros grupos sociais. Essas entidades são identificadas por características socioculturais, econômicas ou conjunturais específicas, o que requer abordagens de cadastramento diferenciados (Brasil, 2022, p. 8).

A sinalização dessas definições na formulação de políticas sociais é de suma importância e destaca-se a necessidade de estratégias de cadastramento adaptadas para compreender e atender às particularidades desses grupos importante para contextualizar a mudança do governo em relação às populações tradicionais e outros grupos em vulnerabilidade social.

Vejamos as indicações sobre a realidade de Manicoré em relação aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) a seguir:

Quadro 11: Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE inscritos/as no CadÚnico e Programa Bolsa Família – PBF em Manicoré/AM.

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas no CadÚnico	Famílias CadÚnico e Beneficiárias do PBF
Indígenas	662	662
Ciganos	0	0
Quilombolas	6	3
Ribeirinhos	92	59
Extrativistas	19	15
Pescadores artesanais	580	438
Agricultores familiares	3.952	3.115
Assentados da Reforma Agrária	263	87

Acampados	0	0
Pessoas em situação de rua	0	0
Atingidos por empreendimento de infraestrutura	0	0
Coletores de material reciclável	8	5
Beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário	0	0
Famílias de presos do sistema carcerário	1	1
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	2	2
Total	5.178	3.693

Fonte: Elaboração autora, com base no Relatório de Informações Sociais – RIV4 (Brasil, 2023).

A análise do quadro 11 revela a presença de diversos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GTPE's) em Manicoré, totalizando 5.178 famílias de acordo com o Cadastro Único. Dentro desse contingente, 3.693 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), enquanto 1.485 não recebem esse benefício do PBF. A análise aponta que a maioria das famílias inscritas no Cadastro Único é composta por agricultores (3.952), seguidos por 662 famílias indígenas, 580 famílias de pescadores artesanais, 263 famílias assentadas da reforma agrária, 92 famílias de ribeirinhos, 19 famílias de extrativistas, 8 famílias de coletores/as de material reciclável, 6 de quilombolas, 2 famílias pertencentes à comunidade de terreiro e 1 família de um preso do sistema carcerário. Essa análise ressalta a diversidade e a importância de estratégias diferenciadas de atendimento social para esses grupos específicos.

O Cadastro Único evoluiu ao longo dos anos ao aprofundar o diálogo com os movimentos sociais e expandir a estratégia de cadastramento diferenciado. Esta abordagem reconhece o cadastramento diferenciado como um conjunto de estratégias adaptadas para famílias com características específicas em relação ao seu modo de vida, cultura, crenças e costumes, bem como em contextos de condições críticas de vulnerabilidade social, de acordo com o Relatório de Informações Sociais (Brasil, 2023).

A abordagem realizada anteriormente nos permitiu fazer a caracterização do acesso das famílias ao Programa Bolsa Família em Manicoré/AM, destacando os indicadores de gestão das condicionalidades do programa no município. A intenção foi sinalizar aspectos da intersetorialidade na gestão no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), destacando os desafios da gestão diante do território e suas particularidades geográficas e ambientais.

A autora Violeta Loureiro (2009), destaca que a efetivação das políticas públicas na região amazônica enfrenta desafios consideráveis devido a diversos fatores que não são favoráveis, como questões geográficas, históricas, políticas, econômicas, sociais, territoriais e culturais. Estas complexidades são particularmente evidentes no contexto de Manicoré/AM, impactando a implementação eficaz das políticas sociais na região.

Nesse sentido, é indubitável que é preciso de mais pesquisas para entender como as políticas públicas são formuladas e implementadas sem pensar nas particularidades da região amazônica e como essas políticas afetam as comunidades locais. Pois é importante considerar os fatores geográficos, históricos, políticos, territoriais e culturais que influenciam a efetivação das políticas públicas na Amazônia. Além disso, é preciso examinar como essas políticas podem ser ajustadas para melhor atender às necessidades da população local e promover o respeito à sua autonomia e dignidade.

CAPÍTULO III

A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E COORDENADORES LOCAIS SOBRE A GESTÃO DO PROGRAMA: a intersectorialidade em questão

Neste terceiro e último capítulo da dissertação serão apresentados os principais resultados da pesquisa de campo, que se concentram na visão dos profissionais de serviço social e coordenadores intersectoriais locais sobre a gestão do Programa Bolsa Família, destacando os desafios da intersectorialidade no contexto específico do território de Manicoré.

Assim, serão analisadas as percepções, desafios, estratégias e oportunidades identificadas pelos profissionais que trabalham diretamente com o programa, proporcionando uma compreensão aprofundada das dinâmicas da intersectorialidade na implementação do PBF no município. Portanto, serão exploradas as experiências dos/as participantes da pesquisa, destacando as práticas bem-sucedidas e as dificuldades enfrentadas na gestão do programa e na promoção da articulação entre diferentes setores e políticas sociais.

3.1 – Caracterização do perfil dos profissionais de Serviço Social e dos coordenadores intersectoriais do Programa Bolsa Família entrevistados em Manicoré/AM

Antes de iniciar a exposição, cumpre recordar que os lócus do estudo é o município de Manicoré/AM. A pesquisa contou com uma amostra de 10 (dez) sujeitos, sendo 7 (sete) Assistentes Sociais vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, seja do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, além da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA. E 3 (três) profissionais atuantes na Coordenação Intersetorial do Cadastro Único na Assistência Social, Saúde e Educação do município. Para fins de contextualização, porém, ainda resguardando o direito à confidencialidade não serão exibidos/as no quadro por nomes, mas sim, por programas e/ou serviços:

Quadro 12: Lócus e Sujeitos da Pesquisa.

LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA				
Unidades Lócus da Pesquisa	Quant. de Unidades	Serviços e/ou Programas	Sujeitos da Pesquisa	Quant. de entrevistados
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	1	PBF/PAIF	Assistentes Sociais	4 (quatro)
		SCFV		
		SPSD		
		EQUIPE VOL.		

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1	PAEFI	Assistente Social	1 (um)
Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	1	Programas Municipais	Assistente Social	1 (um)
Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)	1	SEMSA	Assistente Social	1 (um)
Central do Cadastro Único (CADÚNICO)	1	Coordenador do CadÚnico/PBF na Assistência Social	SEMAS	1 (um)
Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	1	Coordenador do CadÚnico/PBF na Educação	SEMED	1 (um)
Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)	1	Coordenador do CadÚnico/PBF na Saúde	SEMSA	1 (um)
TOTAL				10 (dez)

Fonte: Elaboração da autora, com base na pesquisa de campo/2023.

Foi realizada uma análise aprofundada do perfil profissional de 7 (sete) assistentes sociais e 3 (três) coordenadoras intersetoriais do Programa Bolsa Família, que atuam nos espaços sócio-ocupacionais públicos no município de Manicoré, sobretudo as profissionais da assistência social. O estudo, baseado em dados coletados durante a pesquisa de campo realizada em Manicoré (*locus da pesquisa*), oferece uma compreensão detalhada das qualificações, experiências e áreas de especialização de 10 (dez) profissionais nessas áreas intersetoriais específicas.

Já em relação às fontes documentais, é pertinente esclarecer que todos os registros utilizados na pesquisa foram disponibilizados pela SEMAS e não pelo CRAS e CREAS, assim como pelas secretarias intersetoriais da SEMSA e SEMED do município.

Esta pesquisa contribui significativamente para o conhecimento sobre o cenário profissional dos/as assistentes sociais, fornecendo informações relevantes que podem contribuir em práticas mais eficazes desses profissionais no trabalho intersetorial nas políticas públicas no município de Manicoré.

Os dados coletados revelam informações sobre o trabalho dos/as assistentes sociais e dos/as coordenadores/as intersetoriais, proporcionando uma visão aprofundada de suas práticas e desafios no contexto da intersectorialidade do Programa Bolsa Família. As descobertas deste estudo são essenciais para aprimorar a eficácia das intervenções sociais e podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas na assistência social em Manicoré/AM.

Na pesquisa em questão, optamos por utilizar codinomes de plantas da Amazônia para proteger a identidade das profissionais de Serviço Social e demais coordenadores intersetoriais

entrevistados. Esta prática é essencial para preservar o sigilo e a ética no processo de pesquisa e serve para preservar a identidade dos/as participantes. Ao adotarmos codinomes, garantimos o anonimato e a confidencialidade das informações coletadas, respeitando a privacidade dos/as sujeitos/as envolvidos/as na pesquisa.

O trabalho dos/as assistentes sociais, conforme delineado no projeto ético-político da profissão, concentra-se no fortalecimento da organização e resistência da classe trabalhadora. Esse papel essencial visa a criação de proposições de enfrentamento das expressões da questão social, visando defender direitos e interesses da classe trabalhadora, e promover novos padrões de convivência social democrática. Historicamente, o perfil do/a assistente social é caracterizado por sua capacidade de elaborar, implementar e executar políticas sociais, estabelecendo vínculos diretos com a população que utiliza seus serviços.

Cabe destacar o marco legal que rege o trabalho profissional do assistente social, destacando o Projeto Ético-Político da Profissão, construído de forma colaborativa pela categoria. Esse projeto tem como base o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, estabelecido na Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993, bem como a Lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8662/93, de 7 de junho de 1993) e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Esses elementos legais e éticos são fundamentais, fornecendo um conjunto de princípios e diretrizes que garantem a qualidade e a integridade do trabalho profissional.

Conforme observado por Martins (2022), o trabalho do assistente social é uma expressão da própria história, onde os agentes sociais o produzem e reproduzem, constantemente se moldando e transformando no contexto social. Esta compreensão destaca a natureza dinâmica e adaptável do trabalho do assistente social, que está intrinsecamente ligado à evolução das relações sociais e às experiências dos indivíduos na sociedade contemporânea. Segundo o autor, o trabalho do assistente social é mais do que uma prática profissional, é um produto histórico enraizado no cotidiano das pessoas.

Desta forma, as conquistas do serviço social brasileiro, ao longo de mais de 80 anos de existência, resultam de uma luta política persistente, marcada pela tensão de classes e pelo compromisso com a classe trabalhadora. Essas vitórias foram alcançadas por meio de legislações que refletem o esforço conjunto de entidades representativas da profissão, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Estas entidades unem esforços para fortalecer o projeto profissional do serviço social, defender a qualidade na formação e materializar princípios éticos.

Neste contexto, enfatiza-se que o assistente social é um profissional comprometido com o questionamento, o diálogo e a luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos dos usuários. A profissão experimentou várias conquistas ao longo do tempo, que refletem o conhecimento e a ação política dos assistentes sociais. Eles possuem uma perspicácia notável para analisar a dinâmica da sociedade, graças aos recursos teórico-metodológicos que os orientam na compreensão dos complexos processos sociais, com todos os seus determinantes e expressões concretas (Iamamoto, 2001). No entanto, muitas vezes, os assistentes sociais se sentem impotentes devido à natureza contratual de seus empregos, o que pode limitar sua capacidade de efetuar mudanças significativas.

Desta forma, é preciso dizer que essa pesquisa não se limitou apenas a descrever as demandas de trabalho postas aos assistentes sociais na política municipal de assistência social de Manicoré/AM, bem como as demandas postas aos coordenadores/as intersetoriais, mas também se estende para caracterizar os próprios espaços onde eles atuam. Assim, analisamos as dinâmicas desses espaços sócio-ocupacionais públicos, contextualizando seu papel no município de Manicoré.

Por essa razão, iniciaremos analisando o perfil sociocultural e econômico dos/as profissionais de serviço social que foram entrevistados/as nesta pesquisa, conforme informações expostas na tabela a seguir:

Tabela 03: Perfil dos/as Assistentes Sociais Entrevistados/as

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Idade	Abaixo de 30 anos	5	70	100%
	Acima de 30 anos	2	30	
Gênero	Mulher	6	98	100%
	Mulher Cis	1	6	
Raça/cor	Parda	7	100	100%
Religião	Católica	5	71,4	100%
	Evangélica	1	14,3	
	Outra	1	14,3	
Estado Civil	Solteira	4	57,1	100%
	Casada	2	28,6	
	União Estável	2	14,3	
Possuem ou não filhos	Sim	3	42,9	100%
	Não	4	57,1	
Quantidade de filhos	Um filho	1	14,3	100%
	Dois filhos	1	14,3	
	Três filhos	1	14,3	
	Não possuem	4	57,1	
	Amazonas/Manicoré	6	85,7	100%

Estado/Cidade onde residem e trabalham	Amazonas/Manaus	1	14,3
---	-----------------	---	------

Fonte: Pesquisa de campo (maio/2023).

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes assistentes sociais.

A partir dos dados levantados, na tabela 03 evidencia-se que 100% das profissionais assistentes sociais entrevistadas consideram-se do gênero feminino, acompanhando a histórica e a tendência da predominância da profissão de mulheres nos espaços sócio-ocupacionais.

O estudo revela que as assistentes sociais entrevistadas são jovens, com 70% com idade inferior a 30 anos, o que pode sinalizar para o vigor das abordagens e práticas de gestão dentro do contexto social de Manicoré. Além de jovens, a maioria está em sua primeira experiência profissional, demonstrando um quadro de desenvolvimento da profissão e em processo de amadurecimento na região sul do Amazonas. Em relação as três coordenadoras intersetoriais, 100% são do gênero feminino e possuem a faixa etária entre 30 e 40 anos de idade, sendo que todas estão em sua primeira experiência profissional na gestão intersetorial.

Esta predominância do gênero²⁰ feminino no campo do serviço social tem influência profunda na natureza do trabalho do/a assistente social. A autora Cisne (2012) argumenta que essa predominância é um fator fundamental para entender vários aspectos do serviço social, incluindo o mercado de trabalho, as condições laborais, o desenvolvimento das competências profissionais, as responsabilidades atribuídas e a percepção social da profissão.

Ao explorar as características sociodemográficas das assistentes sociais entrevistadas, observou-se que todas se autodeclararam como pardas, sem a identificação de participantes de outras raças/etnias. Em relação ao estado civil, a maioria das profissionais são solteiras (57,1%), enquanto 28,6% são casadas e 14,3% estão em união estável. Notavelmente, a maioria das assistentes sociais afirmaram não possuir filhos 57,1%, enquanto 42,9% relataram ter filhos. Entre as profissionais com filhos, 14,3% têm 3 (três) filhos, 14,3% 2 (dois) filhos, e 14,3% apenas 1 (um) filho.

Essas informações fornecem um panorama detalhado do perfil sociodemográfico das assistentes sociais entrevistadas, permitindo análises mais aprofundadas sobre suas realidades pessoais e possíveis impactos no exercício de suas funções profissionais. Ao explorar as implicações dessas características na prática profissional das assistentes sociais, percebeu-se como as suas experiências pessoais podem influenciam abordagens e intervenções no campo da assistência social.

²⁰ Baseada na obra de Cisne (2012), a pesquisa explora como a construção ideológica da figura da mulher, ancorada nas normas católicas, é instrumentalizada pelo Estado para fins políticos e de gestão social. O estudo analisa como essa representação de gênero é utilizada como uma ferramenta de controle e legitimação do poder estatal.

Em sua maioria, as assistentes sociais entrevistadas são da religião católica, com 71,4%, sendo evangélicas 14,3% e que possui outra religião 14,3%. As coordenadoras intersetoriais todas são da religião católica. A análise das filiações religiosas pode indicar a diversidade de valores e crenças presentes no campo do serviço social em Manicoré. Por isso, há a necessidade de se compreender como essas diferenças de crenças religiosas podem e/ou não interferir na prestação de serviços sociais, haja visto que a gestão pública deve assegurar uma gestão laica.

A condição do estado civil das assistentes sociais revela um número considerável de profissionais assistentes sociais solteiras, com 57,1%, seguida de 28,6% casadas e 14,3% são união estável. Percebeu-se, como esses fatores impactam as escolhas pessoais e a vida profissional, bem como as questões de estabilidade financeira dessas assistentes sociais. E o estado civil das coordenadoras intersetoriais também em sua maioria sendo 2 (duas) solteiras e apenas 1 (uma) é união estável. Sendo que a condição civil foi atribuída nos relatos das entrevistadas por diversos fatores, como instabilidade no emprego, insegurança profissional e baixos salários.

Verificamos que 100% da origem das profissionais é do Amazonas, majoritariamente naturais do município de Manicoré e apenas 1 (uma) é de Manaus. Desta forma, destacamos que todas as participantes são da região norte, evidenciando pertencerem ao contexto sociocultural do território amazônico. Além disso, todas as participantes residem e trabalham no município de Manicoré. E, no caso das coordenadoras intersetoriais, todas são filhas de Município, moram e trabalham em Manicoré/AM.

Vejamos a seguir as informações sobre a formação profissional das assistentes sociais e sobre a modalidade acadêmica dessa formação, o que nos permitirá melhor compreensão do perfil profissional.

Tabela 04: Formação Profissional dos/as Assistentes Sociais Entrevistados/as

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Ano de Conclusão do curso de Serviço Social	Ano de 2017	1	14,3	100
	Ano de 2018	3	42,9	
	Ano de 2019	1	14,3	
	Ano de 2022	2	28,5	
Natureza da instituição de formação	Privada presencial	5	71,4	100
	Privada à distância	2	28,6	
	Menos 1 ano	1	14,2	

Tempo de Formação	1 Ano	2	28,6	100
	2 Anos	4	57,2	
Realizou ou está realizando pós-graduação	Sim	4	57,2	100
	Não	3	42,8	
Nível de especialização realizado	Especialização lato sensu	4	57,2	0
	Mestrado ou Doutorado	0	0	

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

De acordo com a tabela 04, identificamos que 71,4% dos profissionais assistentes sociais possuem formação em Serviço Social na modalidade presencial, sendo 5 (cinco) dessas profissionais e 28,6% formaram-se na modalidade à distância, sendo 2 (duas). Porém, observou-se que todas estudaram em faculdades privadas. A dinâmica do trabalho profissional dos assistentes sociais envolve o processo de desenvolvimento profissional, em que destacamos a importância da educação continuada para essas profissionais, bem como de orientação e apoio adequado para o crescimento e sucesso desses profissionais no campo da assistência social, bem como um bom atendimento à população que tanto precisa.

Em relação às profissionais coordenadoras intersetoriais, a maioria também estudou em faculdades privadas, ou seja, 2 (duas) delas e apenas 1 (uma) formou-se em faculdade pública. Ainda a respeito do tempo de formação das assistentes sociais, a maioria das assistentes sociais entrevistadas são novas no fazer profissional, pois 57,2% delas têm 2 (dois) anos de trabalho.

Já 28,6% têm apenas 1 (um) ano e, por último, 14,2% tinham menos de um ano de experiência, e, uma delas tinha apenas 6 meses no local de trabalho. Assim, os dados sinalizam as oportunidades e os desafios enfrentados por essas profissionais, que se configuram como novatas na profissão. Algumas delas já possuíam uma experiência anterior, mas em áreas diferentes da assistência social, saúde e educação, sendo em Organizações da Sociedade Civil (OSC). O estudo revelou que nenhuma das profissionais possuía pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado). Quando questionadas sobre cursos de formação/aperfeiçoamento em termos de especialização, a maioria respondeu negativamente.

Tabela 05: Área de Pós-Graduação realizada pelos/as Assistentes Sociais Entrevistados/as

Principais áreas citadas pelas Assistentes Sociais	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Políticas Públicas	1	14,3	100%
Gestão, Trabalho Social e Políticas Públicas	1	14,3	

Não possuem ou não responderam	5	71,4
---------------------------------------	---	------

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

A maioria das participantes 71,4% sinalizaram não ter realizado especialização, sendo 5 (cinco) assistentes sociais e apenas 28,6% responderam que realizaram uma pós-graduação. Destacamos que a área da pós-graduação realizada por essas profissionais em termos de especializações foram: Políticas Públicas; Gestão, Trabalho Social e Políticas Públicas. Algumas profissionais sinalizaram que buscaram realizar pós-graduação para sanar fragilidades da formação profissional, e para aumentar o salário.

Conforme destaca Martins (2022), “o Serviço Social é uma profissão interventiva que se destaca por sua formação específica, reunindo diferentes áreas de conhecimento que constituem a base essencial para a formação e atuação do assistente social” (p. 149). O estudo examinou os desafios enfrentados pelos profissionais formados nessas diferentes modalidades, visando fomentar o debate de como isso pode influenciar a qualidade da formação profissional e a capacidade dos assistentes sociais em atender às demandas complexas da sociedade.

Todas as coordenadoras intersetoriais possuem formação de nível superior. As profissionais coordenadoras intersetoriais das políticas de educação, saúde e assistência social são formadas em áreas distintas, sendo que a coordenadora intersetorial no PBF pela educação é formada em ciências biológicas no ano de 2017.

Já a coordenadora intersetorial da saúde formou-se em nutrição no ano de 2020. E a coordenadora intersetorial da assistência social formou-se em educação no ano de 2008 pela Universidade Estadual do Amazonas - UEA. Nenhuma das coordenadoras intersetoriais entrevistadas possuíam pós-graduação *stricto sensu*. Mas, possuem especialização em suas áreas específicas setoriais, o que se configura um avanço significativo. Verifica-se os desafios entre a acessibilidade à educação e a qualidade da formação, bem como sobre as implicações disso para a profissão de serviço social no *lócus* do estudo.

As entrevistadas destacaram o desafio no fazer profissional, especialmente para as assistentes sociais e coordenadoras intersetoriais com menos de 6 meses de atuação. Fatores como falta de experiência e conhecimento técnico sobre o SUAS por parte das assistentes sociais e das coordenadoras da educação e saúde foram apontados como possíveis razões para esse cenário. Esta observação ressalta a importância da capacitação contínua e do desenvolvimento profissional para fortalecer as equipes envolvidas na gestão do Programa Bolsa Família, visando aprimorar a eficácia das intervenções no município de Manicoré.

3. 2. As condições, demandas e atribuições do trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social em Manicoré/AM: as especificidades da atuação no Programa Bolsa Família.

Em relação às condições de trabalho, cumpre destacar que a rotatividade das assistentes sociais e coordenadoras intersetoriais foi identificada como um desafio significativo, prejudicando a continuidade e o estabelecimento de vínculos entre os/as servidores/as da equipe técnica e os/as usuários/as dos serviços socioassistenciais, ou seja, o vínculo dos usuários com as equipes do CRAS e CREAS.

Esta questão poderia ser mitigada se os profissionais tivessem estabilidade no cargo e se as condições de trabalho e salário fossem mais favoráveis, garantindo assim a permanência dos/as trabalhadores/as na política. Portanto percebe-se a importância de políticas que promovam a estabilidade²¹ e condições adequadas para os/as profissionais envolvidos/as na gestão do SUAS, visando uma implementação mais consistente e efetiva no município.

Os dados que foram obtidos durante as entrevistas não apenas refletem a história, mas também o cotidiano vivenciado pelos sujeitos no seu dia a dia. Assim, foi questionado às profissionais assistentes sociais sobre as condições de trabalho em Manicoré. Destacamos que os dados que foram coletados através da pesquisa de campo relacionados ao trabalho dos/as assistentes sociais é intrinsecamente conectado ao campo social e às interações humanas, sendo influenciado por aspectos específicos da realidade da classe trabalhadora. Isso fica demonstrado na análise dos vínculos empregatícios, conforme a tabela a seguir:

Tabela 06: Vínculos Empregatícios e Modelo Contratual de Trabalho dos/as Assistentes Sociais Entrevistados/as

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Cargo que está trabalhando	Cargo Comissionado	7	100	100
	2 anos	4	57,1	
Tempo de serviço no local atual de trabalho	1 ano	1	28,6	100
	6 meses	1	14,3	
Vínculos empregatícios possui atualmente	Contrato de Trabalho Temporário	7	100	100
Forma de Admissão	Indicação	7	100	100
Faixa Salarial Mensal	De 1 a 2 salários	4	57,1	100

²¹ Recordar-se que a equipe técnica em questão, em sua maioria, é constituída por comissionados.

De 3 a 4 salários

3

42,9

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

Em relação ao modelo contratual de trabalho das assistentes sociais, percebe-se que todas possuem contrato temporário por tempo determinado, ou seja, 100% dessas profissionais estão exercendo atividade laboral em cargos comissionados. Esse aspecto destaca a impotência dos/as profissionais frente ao contrato de trabalho e impede esses/as profissionais de exercerem de forma competente e ética suas atividades laborais.

No que se refere ao tempo de serviço no local atual de trabalho, 57,1% atuam a 2 (dois) anos, 28,6% a 1 (um) ano e 14,3% trabalham apenas a 6 meses (menos de um ano) no espaço sócio-ocupacional. E as coordenadoras intersetoriais todas trabalham há 3 (três) anos no local. Em relação ao vínculo empregatício que possuem atualmente, todas são contratos de trabalho temporário e a forma de admissão foi por indicação.

Em relação a remuneração recebida pelas assistentes sociais entrevistadas, o estudo revela que a maioria 57,1% equivalente a 4 (quatro) profissionais que recebem de 1 (um) a 2 (dois) salários-mínimos, seguido de 42,9% que equivalente a 3 (três) profissionais recebem entre 2 (dois) a 3 (três) salários-mínimos. Já as coordenadoras intersetoriais recebem em média entre 2 (dois) a 3 (três) salários-mínimos, de acordo com a pesquisa de campo, bem como com o (PMAS, 2021). Isso denota uma situação precária de baixos salários desses profissionais.

Nesse contexto, evidencia-se a desvalorização salarial das profissionais assistentes sociais que atuam na assistência social nesta região, mais especificamente em Manicoré. Ressalta-se segundo o estudo que, o município nunca realizou concurso público para profissionais de Serviço Social, o último concurso foi na área da educação e apenas para os cargos de professores/as para rede municipal de educação.

É notório que a flexibilização e precarização do trabalho dos/as trabalhadores/as do SUAS, pois a ausência de estabilidade no serviço público compromete a autonomia dos/as servidores/as e a imparcialidade no atendimento, bem como a descontinuidade nos serviços e programas ofertados nas unidades (equipamentos), tornando-os suscetíveis a comportamentos inadequados, especialmente ao assédio moral, entre outros.

Além disso, a rotatividade nos cargos comissionados prejudica a dinâmica de trabalho no tanto na proteção básica como na especial, nos CRAS e CREAS, bem como na rede intersetorial, afetando a continuidade dos serviços ofertados na rede socioassistencial.

A seguir é possível visualizar alguns indicadores que sinalizam para as dificuldades nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais entrevistadas:

Tabela 07: Condições de Trabalho dos/as Assistentes Sociais

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Jornada diária de trabalho	Até 8 horas diárias	7	100	100
Ultrapassa horas de Trabalho	Sim, sempre	5	26,8	100
	Sim, às vezes	2	71,4	
Horas Semanais Ultrapassadas	De 1 ou 2 horas a mais	1	14,3	100
	De 3 a 4 horas a mais	1	14,3	
	Na zona rural é indeterminado	1	14,3	
	Não opinaram	4	57,1	
Espaço a sala individual compatível para assegurar o sigilo profissional	Algumas coisas faltam	1	14,3	100
	Mobiliário completo	1	14,3	
	Veículo próprio	1	14,3	
	Não opinaram	4	57,1	

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

Acerca da jornada de trabalho das assistentes sociais entrevistadas, todas (100%) trabalham 8h por dia e 40 horas semanais, descumprindo as exigências da Lei 12.317/2010 do conjunto CFESS/CRESS, que estabeleceu a jornada de trabalho para os/as assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial.

Verificou-se também que algumas profissionais ainda ultrapassam mais essa jornada diária de trabalho, 14,3% ultrapassam de 1 (uma) ou 2 (duas) horas a mais, 14,3% ultrapassam em torno de 3 (três) a 4 (quatro) horas e, 14,3% responderam que depende muito, pois quando vão para a zona rural o tempo é indeterminado. Essa situação deve ser entendida como a falta de investimento público para a contratação de mais profissionais, visando a garantia da qualidade nos atendimentos e/ou acompanhamento na atenção e proteção social básica e intersetorial no município de Manicoré/AM.

Desta forma, verifica-se que os direitos dessas profissionais acabam não sendo atendidos. Neste sentido, os resultados deste estudo corroboram com o pensamento de Sales *et al.* (2017), que abordam a questão dos direitos que muitas vezes não são atendidos devido à falta de continuidade entre diferentes governos, à má utilização dos recursos provenientes dos impostos e à ocorrência de fenômenos de corrupção. Verificamos como esses fatores afetam a

eficácia das políticas públicas, sendo necessário a proposição de possíveis soluções para melhorar a implementação e garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

Essa instabilidade não apenas afeta o funcionamento interno das instituições, mas também interfere na confiança e a consistência do atendimento aos beneficiários e à população em geral, principalmente, quando leva-se em consideração que a política de assistência social é marcada pela rotatividade. Ainda sobre as condições de trabalho das assistentes sociais entrevistadas, identificamos que 100% acham o espaço da sala individual compatível para assegurar o sigilo profissional.

A partir deste momento serão apresentados dados coletados acerca das principais demandas ao trabalho das assistentes sociais, conforme o detalhado na tabela a seguir:

Tabela 08: Principais Demandas ao Trabalho dos/as Assistentes Sociais em Manicoré/AM.

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%) *
Estudos Socioeconômicos	Às vezes	2	42,9	100
	Sempre	5	57,1	
Gestão de Serviços	Às vezes	3	42,8	100
	Sempre	3	42,8	
	Nunca	1	14,4	
Encaminhamentos	Sempre	7	100	100
Acompanhamentos Sociais diversos	Sempre	7	100	100
Visitas Domiciliares	Sempre	7	100	100
Assessorias e/ou consultorias e supervisão técnica	Às vezes	3	42,9	100
	Sempre	1	14,2	
	Nunca	2	42,9	
Formulação de planos e/ou projetos de trabalho social	Às vezes	1	21,4	100
	Sempre	5	57,2	
	Nunca	1	21,4	
Formulação de Projeto de Pesquisa	Nunca	7	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

De acordo com o demonstrado na tabela 08, as profissionais em sua maioria destacaram que as principais demandas relacionadas ao trabalho que sempre realizam nos atendimentos são: visitas domiciliares 100%, acompanhamentos sociais diversos 100%, encaminhamentos

100%, seguidos por formulação de planos e/ou projetos de trabalho social com 57,2%, estudos socioeconômicos com 57,1%, e assessorias e/ou consultorias e supervisão técnica com 14,2%.

Destacaremos alguns pontos acerca da frequência das demandas ao trabalho dos/as assistentes sociais na assistência social e da rede intersetorial.

Tabela 09: Frequência das Demandas que atualmente os/as Assistentes Sociais Realizam em Manicoré/AM.

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total (%)
Cadastramento de usuários em programas	Às vezes	2	28,5	100
	Sempre	4	57,2	
	Nunca	1	14,3	
Planejamento de suas ações	Às vezes	1	14,3	100
	Sempre	6	85,7	
Reunião com os usuários	Às vezes	6	85,7	100
	Sempre	1	14,3	
Orientação social individual	Sempre	7	100	100
Supervisão de estágio	Às vezes	4	57,1	100
	Nunca	3	42,9	
	Às vezes	2	28,6	
Formulação e Implementação de Políticas, Programas e Projetos Sociais	Sempre	3	42,8	100
	Nunca	2	28,6	
	Às vezes	4	57,1	
Avaliações de Políticas, Programas e Projetos Sociais	Sempre	1	14,3	100
	Nunca	2	28,6	
	Às vezes	4	57,1	
Monitoramento de ações e/ou projetos	Às vezes	5	71,4	100
	Nunca	2	28,6	
Reuniões internas	Às vezes	2	28,6	100
	Sempre	5	71,4	

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

Como podemos observar na tabela anterior, essas demandas nem sempre se apresentam no cotidiano das assistentes sociais, principalmente no que diz respeito à realização dessas ações. Por isso é importante analisar a frequência das demandas que atualmente as assistentes sociais realizam, com destaque para: Orientação social ou individual 100%, seguido por planejamento das suas ações 85,7%, reuniões internas 71,4%, formulação e implementação de políticas, cadastramento de usuários em programas 57,2%, formulação e implementação de projetos sociais 42,8%, avaliações de políticas, programas e projetos sociais 14,3%, reunião com os usuários 14,3%.

Este estudo concentra-se no trabalho dos/as assistentes sociais no PBF e na intersectorialidade das políticas públicas do PBF, no qual temos a figura dos/as assistentes sociais e os/as coordenadores/as setoriais das políticas de saúde, educação e assistência social, bem como do/a assistente social que é uma/a profissional fundamental no contexto da política de assistência social.

No que diz respeito ao desenvolvimento de outras demandas inerentes ao trabalho das assistentes sociais com as famílias do Cadastro Único e PBF no espaço sócio-ocupacional foram destacadas as seguintes atribuições para as profissionais entrevistadas:

Tabela 10: Trabalho dos/as Assistentes Sociais com as Famílias do Programa Bolsa Família e CadÚnico.

Indicador	Discriminação	Assistentes Sociais	%	Total
Reuniões intersectoriais	Às vezes	2	28,6	100
	Sempre	5	71,4	
Atividades burocrático-administrativas	Às vezes	5	71,4	100
	Sempre	1	14,3	
	Nunca	1	14,3	
Cadastramento de usuários do Bolsa Família no Cadastro Único	Às vezes	1	14,3	100
	Sempre	2	28,6	
	Nunca	4	57,1	
Busca ativa de usuários do Bolsa Família	Às vezes	1	14,3	100
	Sempre	1	14,3	
	Nunca	5	71,4	
Orientação e Acompanhamento de famílias beneficiárias do Bolsa Família	Às vezes	3	42,9	100
	Sempre	1	14,3	
	Nunca	3	42,9	
Acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família	Às vezes	1	14,3	100
	Sempre	3	42,9	
	Nunca	3	42,9	
Práticas educativas com as famílias beneficiárias	Às vezes	4	51,7	100
	Sempre	1	14,3	
	Nunca	2	28,6	
	Às vezes	2	28,6	

Acompanhamento intersetorial no descumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família	Sempre	2	28,6	100
	Nunca	3	42,8	
Visitas domiciliares específicas para as famílias beneficiárias do Bolsa Família visando acompanhamento	Às vezes	5	71,4	100
	Nunca	2	28,6	
Outras	Às vezes	3	42,9	100
	Sempre	1	14,3	
	Nunca	3	42,9	
Em caso de responder outras, especifique	Acompanhamento em outros serviços	1	14,3	100
	Abordagem social	1	14,3	
	Não realiza Acompanhamento	1	14,3	
	Não opinaram	4	28,6	

Fonte: Pesquisa de campo, maio/2023.

* O percentual de 100% da amostra equivale a 7 participantes.

Com base nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais, destaca-se na tabela 10 as principais demandas impostas ao trabalho profissional com as famílias do Cadastro Único e Programa Bolsa Família (PBF). No qual destacam-se como as mais prevalentes: reuniões intersetoriais com (71,4%), acompanhamento das famílias em não cumprimento das condicionalidades do PBF (42,9%), cadastramento dos usuários do Bolsa Família no Cadastro Único (28,6%), juntamente com o acompanhamento intersetorial do descumprimento das condicionalidades do PBF (28,6%). Além disso, a busca ativa de usuários do Bolsa Família, atividades burocrático-administrativas, práticas educativas com as famílias beneficiárias do PBF, orientação e acompanhamento de famílias beneficiárias do Bolsa Família, e outras atividades apresentaram percentuais de 14,3%.

Em relação às assistentes sociais que afirmaram realizar outras atividades, 28,6% não opinaram, 14,3% mencionaram realizar acompanhamento em outros serviços, 14,3% realizam abordagem social, e 14,3% não realizam acompanhamento. Esses dados proporcionam uma visão abrangente das atividades desempenhadas pelas assistentes sociais, permitindo uma compreensão mais profunda das demandas específicas de suas funções no contexto do Cadastro Único e PBF. Essas atividades se relacionam com os objetivos dos programas, serviços e benefícios, além de identificar os desafios enfrentados pelas profissionais que precisam utilizar-se de estratégias para otimizar o atendimento às famílias beneficiárias.

No que se refere à organização no setor do Cadastro Único e PBF, as entrevistadas mencionaram que estão com um prédio próprio e que possuem uma estrutura física muito boa para realizarem suas atividades laborais para os beneficiários do programa, entretanto, segundo a coordenadora intersetorial Hibisco:

Então estamos com dias que saímos em nosso próprio veículo, não temos como trabalharmos, pois não temos veículo, como a nossa Kombi era aquela desde 2013, não teve mais jeito, ela quebrou e não funcionou mais, ficamos sem transporte o Cadastro Único e o Bolsa Família. (Coordenadora intersetorial Hibiscus. Pesquisa de Campo, 2023).

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2021), no CRAS de Manicoré é realizada:

A operacionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, e dos acompanhamentos necessários aos usuários do Programa Bolsa Família – PBF, seja por descumprimento de condicionalidades e ou outros programas e benefícios, como os Benefícios Eventuais e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (PMAS, 2021).

A relevância da atualização periódica do Cadastro Único (CadÚnico), um requisito estabelecido para os usuários a cada dois anos. Tradicionalmente, esse procedimento era realizado de maneira presencial nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no setor do Cadastro Único. No entanto, nos últimos anos, a efetividade desse processo tem enfrentado desafios significativos, especialmente em decorrência das políticas implementadas durante o governo Bolsonaro. Estas medidas impactaram negativamente a atualização do CadÚnico, resultando em uma base de dados defasada e menos segura. As implicações desses desafios na eficiência do Cadastro Único, avaliar o impacto das mudanças políticas recentes nesse processo e propor estratégias para aprimorar a atualização do CadÚnico, garantindo uma base de dados mais precisa e segura para a implementação efetiva de políticas sociais.

Desta forma, é preciso ressaltar o trabalho dos/as assistentes sociais nesse cenário, que tem um papel essencial na implementação e na gestão da assistência social, bem como na promoção da intersetorialidade para abordar as complexas demandas sociais enfrentadas por esses/as trabalhadores/as e pelos/as usuário/as.

Os dados da pesquisa de campo sobre os programas e benefícios ofertados pelo CRAS e CREAS, apontaram que o PBF tem seus atendimentos no CRAS, no qual as assistentes sociais atendem nos dois turnos nos serviços do PAIF, SCFV e os programas de transferência de renda PBF e BPC, bem como o programa municipal, no qual atendem em sua grande maioria beneficiários por busca espontânea. No que se refere ao trabalho dos/as assistentes sociais nos programas e benefícios ofertados pelo CRAS e CREAS, sinalizamos quais foram efetivamente

as principais atribuições a partir da visão das assistentes sociais entrevistadas no município. No quadro a seguir é possível verificar tais atribuições:

Quadro 13: Principais Atribuições das/os Assistentes Sociais na Assistência Social e Rede Intersetorial de Manicoré/AM.

Categorias abordadas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa das Assistentes Sociais de Manicoré
<p>Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família/PBF (4) *</p>	<p>“[...] Atendo mais o público que estão em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família – BPF, Benefício de Prestação Continuada – BPC e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social”. (Assistente Social Crajirú)</p>
	<p>“[...] As Assistentes Sociais estavam com muita dificuldade em relação as condicionalidades que estavam vindo bastante para o nosso município, muitas famílias com as crianças em situação da evasão escolar”. (Assistente Social Jucá)</p>
	<p>“[...] Tenho a minha atribuição que é pouquíssima no Cadastro Único, atendo além dos cadastros novos eu realizo acompanhamento das condicionalidades”. (Assistente Social Copaíba)</p>
	<p>“[...] é mais orientação mesmo assim, então todos esses atendimentos como eu falei anterior passam por nós questão de frequência mesmo esses com mais frequência principalmente condicionalidade [...]”. (Assistente social Aroeira).</p>
<p>Atendimento a demandas de atendimento e/ou encaminhamento (4) *</p>	<p>“Atendo demanda espontânea e demanda através de encaminhamento, que chegam da justiça para realização visita domiciliar, relatório e parecer social, BPC na escola e atendimentos para cadastros novos no CadÚnico”. (Assistente Social Copaíba).</p>
	<p>“Trabalho na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, sou da Coordenação do Programa de Tratamento Fora do Domicílio – TFD, atendimento/encaminhamento e orientação social aos usuários sobre o programa e processo no Sistema Nacional de Regulação – SISREG”. (Assistente Social Jucá)</p>
	<p>“Eu trabalho com encaminhamentos para a coordenadora do Cadastro Único e também elas geralmente querem excluir alguém do cadastro, geralmente seus cônjuges (companheiros), bem como também eu faço encaminhamentos para exclusão ou inserção de alguma filha grávidas”. (Assistente Social Catuaba).</p>
	<p>“Trabalho e oriento também sobre os direitos no SUS, articulação com outras unidades de atendimento e/ou encaminhamento no Estado, coordenação e assessoria às assistentes sociais das unidades da atenção, área ribeirinha do hospital, atendimento para medicação de alto custo e cadeira de rodas, visita domiciliar”. (Assistente Social Jucá)</p>
	<p>“Trabalho no CRAS e atendo o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência - SPSBD, também chamado de Terceiro Serviço do CRAS.</p>
	<p>“Trabalho no CRAS Volante, nós atendemos demandas diversas e trabalhamos no BPC na escola também, pois nós fazemos o mapeamento</p>

Atendimento a demandas com famílias CRAS/CREAS (3) *	juntamente com a técnica desse programa, pois os cadastros dessas pessoas precisam estar no CadÚnico”. (Assistente Social Aroeira) “Trabalho no CREAS, no qual chega muita demanda espontânea, demanda que buscam para se informar sobre negligência com idoso. Eu atendo muita demanda de idosos, negligências. Agora estamos recebendo muitas demandas do Poder Judiciário para acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica”. (Assistente Social Camomila).
--	---

Fonte: Elaboração da autora, com base na pesquisa de campo, 2023.

*Quantitativo de narrativas direcionadas para estas categorias.

As informações apresentadas no quadro 13, indicam que todas as assistentes sociais reconhecem a importância da assistência social, evidenciam sua compreensão sobre o trabalho na Política de Assistência Social, que devem ser realizados junto à rede socioassistencial existente no município. Esse entendimento coletivo destaca a conscientização das assistentes sociais em relação às ações necessárias para fortalecer a assistência social no âmbito local.

Conforme discutido por Oliveira *et al.* (2023), o Assistente Social desempenha um papel essencial na sociedade, especialmente em um contexto marcado por divisões de classe. Sua contribuição é vital para melhorar a qualidade de vida dos usuários, garantindo o acesso aos direitos historicamente conquistados. As autoras destacam que o Assistente Social desempenha um papel fundamental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários ao garantir o acesso aos direitos na sociedade dividida por classes sociais.

O trabalho dos/as profissionais no atendimento no território é um princípio fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), caracterizado por uma abordagem descentralizada. Esse princípio visa à atuação preventiva, à proximidade dos serviços às famílias, à otimização das ofertas e ao estabelecimento de referências dos serviços ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No contexto local, destacamos a importância da promoção de ações sociais efetivas e sustentáveis no município.

Neste sentido, as dificuldades e desafios enfrentados por assistentes sociais em Manicoré foram analisados detalhadamente. As profissionais listaram, por ordem de importância, as principais demandas encontradas em seu trabalho diário, permitindo uma compreensão mais profunda das complexidades e contradições enfrentadas por elas, destacando as questões prioritárias identificadas pelas assistentes sociais entrevistadas, sobre o contexto social e as necessidades da população em Manicoré.

Quadro 14: Principais Demandas aos Assistentes Sociais na Assistência Social e Rede Intersetorial em Manicoré/AM

Categorias abordadas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas das assistentes sociais de Manicoré
Ações de cadastramento do CadÚnico (4) *	<p>“[...] As principais demandas que eu recebo são os novos cadastros, todos os novos cadastros eles passam pelo assistente social até porque precisa entender a realidade da família, explicar sobre um pouco do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, qual é o perfil né através da renda per capita tudinho, a gente dá essa primeira orientação né, dependendo a gente encaminha para o Cadastro Único”. (Assistente Social Aroeira).</p>
	<p>“[...] Assim, o que mais eles encaminham para atendimento de cadastro, é mesmo a questão de condicionalidades do Programa Bolsa Família e como a própria família como a gente já tem um diálogo com a família, é concreto com a recepção essas demandas, as vezes nem chega a ir pro setor do Cadastro Único e nem do Bolsa Família já vem direto com a técnica de referência”. (Assistente Social, Crajirú).</p>
	<p>“[...]]. As nossas principais demandas no CRAS, o que nós estamos enfrentando são a questão de inclusão e exclusão dos dependentes no Cadastro, a gente está enfrentando muito a questão das nossas referenciadas de tirarem os cônjuges para tentar burlar as condicionalidades do Programa Bolsa Família [...]”. (Assistente Social Barbatimão).</p>
	<p>“[...] As principais demandas são para cadastros novos para acesso ao Programa Bolsa Família, essas são as principais demandas diariamente, eu não recebo tantas demandas, mas essas são as que mais chegam”. (Assistente Social Copaíba).</p>
Atendimento/acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família/PBF (4) *	<p>“[...] Atendo as condicionalidades do Programa Bolsa Família, elas passam por nós, tanto da saúde quanto da educação e também da assistência social também porque as vezes é uma orientação que pode ser por vacinação ou por peso, então toda essa orientação a gente dá até porque a gente já teve uma reunião com todos os gestores tanto da saúde quanto da educação”. (Assistente Social Aroeira).</p>
	<p>“[...] Atendo mais o público que estão em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. (Assistente Social, Crajirú).</p>
	<p>“As nossas principais demandas, o que nós estamos enfrentando são a questão de inclusão e exclusão dos dependentes, a gente está enfrentando muito a questão das nossas referenciadas de tirar os cônjuges para tentar burlar as condicionalidades do Programa Bolsa Família, muitas vezes a gente trabalha com orientação de forma correta explicando os motivos do programa e quais são os critérios”. (Assistente Social Barbatimão).</p>
Orientações sobre o PBC (3) *	<p>“[...] Atendo demanda espontânea e demanda através de encaminhamento, demanda que chega da justiça para fazer visita domiciliar, relatório e parecer social, BPC na escola (Assistente Social Copaíba).</p>
	<p>“[...]]. Atendemos muitas vezes também sobre orientações básicas relacionadas ao BPC, tanto BPC idoso quanto BPC para pessoas com algum tipo de deficiência”. (Assistente Social Camomila).</p>
	<p>“Atendo o Benefício de Prestação Continuada – BPC e pessoas em situação de vulnerabilidade social (Assistente Social, Crajirú).</p>

Acompanhamento no PAIF (1) *	“Atendo pessoas em situação de vulnerabilidade social, nas quais incluímos para acompanhamento no PBF PAIF, porque é tudo bem dividido entre as técnicas”. (Assistente Social, Crajirú).
Realização e participação de reuniões (1) *	“[...] Enquanto técnica e responsável pelos programas municipais do município de Manicoré, realizo muitas reuniões para que as famílias possam participar (Assistente Social Catuaba).
Programas municipais (1) *	“Atendo o público dos programas nacionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Estaduais como o Programa Dignidade Menstrual e os programas municipais, que são realizados no antigo CRAS”. (Assistente Social Catuaba).
Programa de Aquisição de Alimentos	“Atendo o público dos programas nacionais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA” (Assistente Social Barbatimão).

Fonte: Elaboração da autora, com base na pesquisa de campo, 2023.

*Quantitativo de narrativas direcionadas para estas categorias.

As informações que compõem o quadro anterior, nos remetem às categorias apresentadas sobre as principais demandas das assistentes sociais na Assistência Social. Para evitar as repetições no mesmo tópico, este quadro concentra-se em tópicos diferentes e que ainda não foram discutidos anteriormente. Isso proporciona uma visão aprofundada sobre as áreas de trabalho que precisam de mais atenção e destaca-se as lacunas a serem abordadas no cotidiano do trabalho profissional das assistentes sociais em Manicoré.

A pesquisa revela que as profissionais, em sua maioria, identificam as principais demandas em seu trabalho como relacionadas ao acompanhamento das condicionalidades, seguido por ações de cadastramento, orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), acompanhamento no Programa PAIF, além da participação em reuniões e programas municipais. No entanto, destaca-se a carência crônica de recursos humanos na Política de Assistência Social, afetando tanto o CRAS quanto o CREAS. Apesar do reconhecimento do aumento de pessoal no departamento de gestão do SUAS como um progresso, a insuficiência de recursos humanos permanece como um desafio significativo para a assistência social.

Apesar dos esforços das trabalhadoras em atividades relacionadas ao PBF, o acompanhamento das condicionalidades do programa ainda é um desafio devido à falta de pessoal (técnicos/as) para a realização de trabalho com as famílias beneficiárias do PBF. No que tange ao atendimento e acompanhamento pelas assistentes sociais às famílias em não cumprimento das condicionalidades no PBF no município podemos destacar:

Se a pessoa chega com a demanda e verificamos qual é o filho de fato que deixou de frequentar o ambiente escolar, em algum determinado momento, então realizamos o acompanhamento no sistema SICON, essa tem sido efetivamente a nossa principal atribuição mesmo frente a essa demanda do bolsa família. (Assistente Social Crajirú, Pesquisa de Campo, 2023).

Todos esses atendimentos passam por nós que são de frequência mesmo esses com mais frequência principalmente condicionalidade, então quando esse público chega no CRAS eles são prioridade para estar no PAIF, justamente para acompanhamento das condicionalidades dessas famílias, mas nós procuramos logo realizar o acompanhamento no sistema SICON para evitar o bloqueio [...]. (Assistente Social Aroeira. Pesquisa de Campo, 2023).

Conforme foi observado na pesquisa de campo nas narrativas das entrevistadas, verificamos que do quantitativo das 7 (sete) assistentes sociais entrevistadas, apenas 2 (duas) delas, Aroeira e Crajirú, realizam de fato trabalho de acompanhamento das famílias em não cumprimento de condicionalidades no Sistema de Condicionalidades - SICON e realizam atendimentos e encaminhamentos para o PAIF, SCFV, pois o cumprimento das condicionalidades faz parte da execução e das três dimensões do PBF, juntamente com transferência direta de renda às famílias, para o alívio imediato da pobreza e a ampliação do acesso aos serviços públicos básicos de saúde e educação.

Essas profissionais não só conduzem esse acompanhamento, mas também realizam atendimentos e encaminhamentos para o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como para a rede socioassistencial existente no município. A observância das condicionalidades é crucial para a execução das três dimensões do Programa Bolsa Família (PBF), que incluem a transferência direta de renda às famílias para alívio imediato da pobreza e o aumento do acesso aos serviços públicos básicos.

Oliveira, Souza e Cavalcante (2023), ressaltam que o Programa Bolsa Família, tem o objetivo de gerar impactos positivos na realidade das famílias beneficiárias no âmbito das políticas públicas, visando a promover resultados significativos na realidade das famílias beneficiárias no contexto das políticas públicas, com a redução das desigualdades.

Neste sentido, o Programa Bolsa Família, onde a segurança de renda é condicionada à matrícula e frequência escolar dos filhos. Isso transforma a família em um instrumento para o acesso ao direito a educação e saúde, sem fornecer apoio adequado para viabilizar essa acessibilidade. As implicações dessa dinâmica são, no sentido de como as famílias são utilizadas como intermediárias para garantir direitos sociais, e questiona as consequências disso para as famílias vulneráveis, bem como para a eficácia das políticas públicas em geral.

Portanto, é importante ressaltar que as condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família, são destinadas a assegurar o acesso aos direitos sociais básicos, com o objetivo de maximizar o impacto na realidade das famílias beneficiárias por meio dessa política.

Entretanto, Orozimbo e Afonso (2020), enfatizam a responsabilidade atribuída às famílias no contexto das políticas públicas, especialmente na saúde e educação, onde muitas vezes são encarregadas de garantir o acesso aos serviços essenciais. No campo da saúde, isso se manifesta quando as famílias são responsáveis por levar idosos e pessoas com deficiência para tratamentos, assegurando assim seu direito à saúde. Na educação, as famílias são cobradas por garantir que crianças e adolescentes frequentem a escola, mesmo que não haja transporte público escolar disponível. Esse aspecto destaca a necessidade de analisar as implicações dessas práticas para entender as dinâmicas sociais e as demandas colocadas sobre as famílias, questionando como tais responsabilidades impactam sua vida diária e seus direitos.

De acordo com o MDS (2023), a rede de serviços do SUAS tem a capacidade de atender e acompanhar as famílias beneficiárias em situação de não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, visando à superação gradual de suas vulnerabilidades, conforme estabelecido em regulamento e lei²².

Couto, *et al.* (2017), destacam que as principais dificuldades na assistência social são especificamente a insuficiência de recursos humanos e materiais. Isso é resultado de uma tradição não política na área, caracterizada por estruturas institucionais improvisadas e investimentos limitados na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas. Os resultados de nosso estudo em Manicoré/AM também corroboram com a assertiva das referidas autoras.

Martins (2022), ressalta que “as relações laborais, as condições de desenvolvimento e de gestão das políticas sociais e o trabalho dos assistentes sociais, por majoritariamente venderem sua força de trabalho ao Estado, têm sido sujeitos à mudanças que expressam uma modernização sem o moderno” (p. 89 e 90). Segundo o autor, as relações de trabalho, as condições de desenvolvimento e gestão das políticas sociais e o trabalho dos assistentes sociais têm passado por mudanças significativas. Isso ocorre com toda classe desses profissionais devido à venda de sua força de trabalho ao Estado, resultando em um processo de modernização que, muitas vezes, carece de elementos verdadeiramente modernos em sua essência.

Sobre o trabalho dos/as assistentes sociais no acompanhamento às famílias nas condicionalidades do PBF, ao serem questionadas sobre de que forma é desenvolvido o trabalho

²² Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.165, de 1º de janeiro de 2023.

dos assistentes sociais no acompanhamento das condicionalidades do PBF em Manicoré, as entrevistadas ressaltaram:

Se for descumprimento na educação, a gente verifica se esse filho está frequentando a escola, então nós temos esse controle de conversar quando eles retornam ao CRAS, pois nem sempre a gente tem como fazer uma viagem porque a logística do nosso município ela é muito cara, viajamos para parte de baixo do rio e passamos 12 dias na parte de baixo, depois mais 10 dias na parte de cima, não temos como estar todos os meses na zona rural, pois o público da cidade é totalmente diferente, pois eles podem ir no CRAS, porém os da zona rural não”. (Assistente Social Aroeira. Pesquisa de Campo, 2023).

“Essas famílias em descumprimento são um público prioritário para realizarmos acompanhamento no serviço PAIF, onde eu também componho a equipe desse serviço de proteção juntamente com a psicóloga, no qual realizamos, atendimento *in loco*, verificamos o que de fato aconteceu ou no próprio atendimento socioassistencial com a pessoa no CRAS nós conseguimos identificar qual foi o filho que deixou de frequentar a escola, então a família dá a sua justificativa sobre o descumprimento, traz algum comprovante as vezes de saúde, muitas vezes quando é criança, jovem que precisa realizar tratamento fora do domicílio”. (Assistente Social Crajirú. Pesquisa de Campo, 2023).

Segundo as narrativas das 2 (duas) assistentes sociais, Aroeira e Crajirú, que compartilharam informações sobre o acompanhamento de famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), observou-se que essas profissionais efetivamente conduzem esse acompanhamento. No entanto, as outras 5 (cinco) assistentes sociais entrevistadas revelaram não realizar tal acompanhamento. Entre essas, duas delas que trabalham (lidam) com esse público mencionaram realizar apenas de forma parcial essa atividade. Essa disparidade nas práticas profissionais destaca a heterogeneidade na implementação do PBF e ressalta a necessidade de uma abordagem mais consistente na execução do atendimento e acompanhamento das condicionalidades.

Uma das coordenadoras intersetoriais contextualizou essa questão da seguinte forma:

Pela saúde nós estamos com um resultado positivo e muitas vezes nós não somos correspondidas, precisamos de condições para a coordenação intersetorial de tudo, pois o desafio maior da coordenação intersetorial da saúde é essa autonomia que somos cobrados pelo resto da equipe, pelos agentes comunitários de saúde eles cobram de nós melhorias de condições para realizarmos o acompanhamento e nós não temos tanta autonomia, em questão de materiais principalmente. Então, temos um pouco dessa dificuldade na coordenação e entre outros, pois não temos essa autonomia para fazer as solicitações, nós dependemos da secretária, temos dificuldades principalmente na demora do tempo de entrega de materiais. Acontece, não estou dizendo que não acontece, mas é muito difícil por conta dessa demora, não entra muito no cronograma que é montado no tempo. (Coordenadora intersetorial Sabugueiro, Pesquisa de Campo, 2023).

O acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento, que deve ser realizado através do serviço do PAIF e SCFV, deve ser entendido como uma estratégia fundamental para compreender as razões por trás do não cumprimento das condicionalidades. A abordagem *in loco* permite uma análise mais aprofundada das situações, possibilitando identificar as nuances

específicas que levaram ao descumprimento. A integração com outros serviços socioassistenciais, como atendimentos no CRAS, proporciona uma visão abrangente das circunstâncias que podem impactar o cumprimento das condicionalidades, abrindo espaço para a oferta de suporte e soluções mais adequadas às necessidades das famílias.

Desta forma, segundo o estudo, estas assistentes sociais explicaram em suas narrativas serem muito sobrecarregadas das mais variadas demandas, entretanto, na sede do município elas ainda conseguem realizar as visitas domiciliares, porém, na zona rural enfrentam desafios devido às distâncias no território entre as comunidades e pelo fato de que as estradas são na verdade os rios, lagos, igarapés, tornando-se o acesso ainda mais complicado, bem como um trabalho precarizado nesse contexto amazônico.

Conforme revelado pela pesquisa de campo, as equipes intersetoriais de saúde e educação consistem-se em equipes com apenas um ou dois servidores encarregadas de alimentar e realizar o monitoramento nos sistemas, agravando ainda mais a situação. É importante enfatizar que a pesquisa evidencia a escassez de profissionais encarregados de alimentar os sistemas presença do MEC e o e-gestor do MS, bem como de realizar o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) especialmente nas áreas intersetoriais de saúde e educação.

No entanto, Martins (2022), afirma que os assistentes sociais não possuem uma ferramenta em prol do seu trabalho local, desta forma, “as atribuições geradas, pela via de sistemas de cadastro e acompanhamento, limitam-se, atualmente, ao acompanhamento isolado do usuário ou da família a que ele pertence” (p. 170). Segundo o autor, o trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social enfrenta desafios significativos, com atribuições que se limitam ao acompanhamento isolado de usuários ou famílias por meio de sistemas de cadastro como o SIGPBF²³ e SICON²⁴. Essas restrições existentes nessas atribuições foram também visualizadas neste estudo de Manicoré/AM, evidenciando as implicações dessa limitação no fornecimento de serviços e na promoção do bem-estar da população usuário do PBF.

Em face do reduzido número de trabalhadores/as, principalmente nas equipes técnicas, e das dificuldades estruturais, surge uma disparidade contínua entre a oferta e a demanda de serviços. A oferta é cada vez mais limitada devido aos cortes orçamentários, enquanto a demanda continua a aumentar. Esta situação já era preocupante, mas tornou-se ainda mais grave

²³ Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF.

²⁴ Sistema de Condicionalidade – SICON.

com o aumento do número de pessoas que precisam ser acompanhadas para cumprir as condicionalidades, exacerbando o desequilíbrio, especialmente nas coordenações intersetoriais.

No que diz respeito na visão das profissionais assistentes sociais sobre qual das condicionalidades do PBF são as mais prevalentes em descumprimento pelas famílias e porque, obteve-se as seguintes respostas:

Nós trabalhamos mais com a condicionalidade da educação, pois é a condicionalidade que mais prevalece no cotidiano do nosso trabalho, sendo que quase todos os dias nós estamos realizando visitas domiciliares, a outra é a condicionalidade da saúde. (Assistente Social Catuaba. Pesquisa de Campo, 2023).

É a questão educacional, que aumentou muito após esse período pandêmico, as crianças e adolescentes desistindo, nós temos muita demanda de jovens que abandonaram a escola porque estão fazendo uso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas e não quer mais retornar à escola por esse motivo. As crianças também estão desanimadas, existem situações que a criança e ou adolescente já sofreu importunação sexual e, não quer mais ir para a escola, são situações difíceis para acompanhar (Assistente Social Crajirú. Pesquisa de Campo, 2023).

A pesquisa de campo revelou que o descumprimento das condicionalidades do PBF na área de educação²⁵ é a que mais prevalece. Segundo as coordenadoras intersetoriais, a maior demanda está relacionada à questão da evasão escolar²⁶, especialmente durante a época da seca dos rios no município. Este fenômeno impacta significativamente a participação das famílias beneficiárias, destacando a necessidade de estratégias específicas por parte do governo para lidar com esse desafio (fenômeno) no contexto local.

De acordo com o MDS, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) atua como uma ferramenta fundamental na promoção da intersetorialidade, facilitando a colaboração entre diferentes setores para atender às necessidades das comunidades beneficiárias do PBF:

Representa uma estratégia essencial para a distribuição de recursos compartilhados entre as áreas da educação, saúde e assistência social. Estes recursos são destinados aos municípios, respeitando a autonomia local, e podem ser utilizados para várias finalidades. Isso engloba desde a compra de equipamentos e materiais de consumo até o apoio na implementação de ações integradas relacionadas às condicionalidades do Programa Bolsa Família (MDS, 2022).

É importante que esse Índice de Gestão Descentralizada (IGD) seja bem utilizado em âmbito municipal. Infelizmente pelos limites desse estudo, não podemos contextualizar essa situação em Manicoré/AM, mas é preciso questionar também essa situação em âmbito local.

²⁵ Na educação é realizada a atualização da série dos alunos quanto ao sistema presença do MEC, no qual o sistema é cabível a ser realizado quando fica disponibilizado o acesso no período para a coleta das informações, pois os períodos que é realizado a coleta dos dados dos alunos não localizados, que são os mais trabalhados, pois existem algumas escolas com conselho, através da internet, é realizado as formações com os gestores das escolas para que possam realizar a coleta dos alunos nas escolas, pois é muito trabalho para a coordenação intersetorial realizar no sentido de que são muitos alunos para poucos trabalhadores, como o trabalho com os alunos não localizados.

²⁶ Os alunos deixam de frequentar a escola e encontram-se não localizados.

No contexto das políticas públicas, Sales *et al.* (2017), argumenta que “a cidadania educacional só pode ser considerada uma realidade se a sociedade atribuir essa importância na forma de garantia dos direitos à participação nas políticas de educação em cada esfera” (p. 27). As autoras afirmam que a cidadania educacional só se concretiza quando a sociedade reconhece e atribui a importância à garantia dos direitos à participação na política de educação em todas as esferas de governo.

Conforme observado na pesquisa, apenas duas das assistentes sociais entrevistadas sinalizaram qual a condicionalidade do PBF as famílias enfrentam mais dificuldades para cumprir, sendo a área da educação a mais frequente de descumprimento de condicionalidade. Esse achado levanta a possibilidade de que a rotatividade frequente das técnicas de referência no município possa contribuir para a falta de entendimento sobre essa questão relacionada às condicionalidades do PBF.

As condicionalidades permeiam todo o trabalho com as famílias, levantando questões sobre as razões por trás dessas exigências. Estas questões precisam ser cuidadosamente analisadas junto aos próprios usuários, especialmente com as famílias que muitas vezes enfrentam desafios para garantir que seus filhos frequentem a escola.

Estes desafios incluem a falta de apoio por parte do poder público, como a ausência de transporte escolar e escolas nas proximidades, sobretudo em comunidades remotas. Além disso, a sazonalidade da região amazônica também apresenta desafios e obstáculos, como as políticas muitas vezes não são adaptadas de maneira eficaz às necessidades regionais.

Martins (2022), enfatiza que a identidade profissional e o trabalho social são reafirmados mesmo diante das dificuldades enfrentadas, incluindo a pressão por desempenho e a escassez de profissionais e recursos técnicos. O autor destaca que o trabalho do assistente social transcende as fronteiras institucionais, revelando a capacidade da profissão de adaptar-se e responder aos desafios emergentes. O autor ressalta a identidade profissional e o papel do assistente social em meio às desafiadoras exigências do mercado de trabalho e à escassez de profissionais e técnicos. Demonstrando resiliência, o assistente social transcende as barreiras institucionais para cumprir suas responsabilidades, destacando-se como um agente fundamental na promoção do bem-estar social e na superação das dificuldades enfrentadas.

Este estudo investigou as pressões enfrentadas pelas técnicas responsáveis pelo atendimento e/ou acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) devido à acumulação de demandas. Elas são constantemente cobradas e dependem da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para os trâmites logísticos e financeiros necessários.

Assim, são muitos os desafios operacionais enfrentados pelas técnicas no atendimento e/ou acompanhamento do público do PBF, sublinhando a necessidade de apoio efetivo por parte do estado para otimizar o trabalho dessas profissionais no programa e garantir sua eficácia para as famílias beneficiárias. As entrevistas revelaram detalhes sobre essa dinâmica, ressaltando a importância do papel das assistentes sociais na SEMAS como órgão gestor.

O estudo revela ainda a influência de fatores institucionais no trabalho das assistentes sociais pesquisadas, enfocando especialmente a coordenação intersetorial como sendo necessária para assegurar o atendimento e/ou acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O próximo tópico explorará a visão das profissionais de serviço social e das coordenadoras intersetoriais sobre as dificuldades, desafios e potencialidades associadas à intersectorialidade na gestão do programa no município de Manicoré, oferecendo informações importante dessas profissionais para fomentar a melhoria da eficácia do programa e do apoio às famílias vulneráveis no município.

3. 3. A visão dos profissionais de serviço social sobre as dificuldades, desafios e potencialidades da intersectorialidade na gestão do programa no município

Nesta seção discutiremos com maior profundidade a realidade do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF sob o ponto de vista das profissionais assistentes sociais e coordenadoras intersetoriais, destacando as principais dificuldades, desafios e potencialidades da intersectorialidade na gestão do programa no município de Manicoré/AM.

Nesse sentido, é fundamental situar o contexto da relação entre o trabalho do assistente social na gestão do Programa Bolsa Família e a coordenação intersectorial do programa. Esse passo foi essencial para compreender o entendimento prévio das profissionais, sobre o tema e proporcionou uma base sólida para a investigação posterior sobre o trabalho do assistente social no PBF e a interação entre a coordenação intersectorial do programa.

Para isso, foi realizado um levantamento sobre grau de conhecimento das assistentes sociais entrevistadas a respeito do que é intersectorialidade. Durante a pesquisa, nenhuma profissional alegou conhecer totalmente o significado de intersectorialidade, e admitiram não ter conhecimento preciso sobre o conceito e justificaram a alternativa por se limitarem a saber da existência da coordenação intersectorial.

Das 7 (sete) assistentes sociais entrevistadas, apenas 2 (duas) responderam essa questão e 5 (cinco) disseram não saber do que se trata o conceito de intersectorialidade. Apenas duas delas mencionaram categorias geralmente associadas à intersectorialidade como: "trabalho em

rede", e "trabalhar também em rede". Essas respostas iniciais destacam o entendimento sobre o termo intersectorialidade e estabeleceram uma base para uma exploração mais aprofundada das percepções das profissionais sobre o trabalho intersectorial no Programa Bolsa Família.

Por outro lado, uma profissional chamou atenção e respondeu que não sabia o que era intersectorialidade e outra afirmou:

[...] eu acredito que existe a gestão intersectorial, eu acho que existe (Assistente social Camomila, Pesquisa de Campo, 2023).

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo, essa percepção aparece com mais frequência. Ainda sobre questões de concepção, a narrativa da assistente social Copaíba chama atenção:

Eu ainda não consegui assimilar a intersectorialidade (Assistente Social Copaíba, Pesquisa de Campo, 2023).

As profissionais mencionadas parecem presumir que a intersectorialidade possui conhecimentos e habilidades que lhes são desconhecidas, entretanto, nessa direção indica-se a necessidade de estabelecer uma relação mais próxima com essa área de conhecimento para adquirir instruções que possam colaborar com seu trabalho e com as atividades do Programa Bolsa Família (PBF) em Manicoré/AM. Essa percepção foi também observada nas falas das coordenadoras intersectoriais durante a entrevista, sempre que o tema das atividades e competências da intersectorialidade era abordado.

Nesse contexto, torna-se importante falar da necessidade de que a gestão do Programa Bolsa Família realize capacitações para as equipes intersectoriais nas áreas de saúde, educação e assistência social, para que o setor do PBF no município possa efetivamente promover ações intersectoriais em colaboração com as coordenadoras, esclarecendo suas competências e estabelecendo uma relação contínua, em vez de pontual, com as proteções sociais básica e especial. Essa abordagem pode fortalecer a integração e colaboração entre os diferentes setores envolvidos, melhorando assim a eficácia das políticas públicas no município, sobretudo a de assistência social.

É preciso ressaltar, que também foi questionado às assistentes sociais entrevistadas sobre o grau de conhecimento delas a respeito da existência da gestão intersectorial do PBF no município de Manicoré. Vejamos as narrativas a seguir:

Não, em construção é o que a gente pode dizer (Assistente Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).

Eu penso que precisa ser mais fortalecido (Assistente Social Crajirú, Pesquisa de Campo, 2023).

Sobre intersetorialidade eu estou meio confusa, ainda não consegui assimilar (Assistente Social Copaíba. Pesquisa de Campo, 2023).

A gestão intersetorial, eu acho que existe (Assistente Social Camomila, Pesquisa de Campo, 2023).

A gente tem que estar alinhado tanto com os outros setores porque a intersetorialidade interfere tanto na saúde quanto na educação. (Assistente Social Barbatimão, Pesquisa de Campo, 2023).

Nenhuma das profissionais alegou ter um conhecimento completo sobre o trabalho desenvolvido pela gestão intersetorial. Das entrevistadas, 80% ou seja 5 (cinco) profissionais afirmaram ter um conhecimento parcial, e 2 (duas) não responderam à questão. Esses resultados indicam uma lacuna no entendimento das atividades e competências profissionais da gestão intersetorial, sugerindo a necessidade de conhecimento da legislação, bem como maior clareza e comunicação sobre o papel dos/as assistentes sociais no desenvolvimento do trabalho profissional intersetorial.

A falta de conhecimento dos/as profissionais da gestão em relação às atividades intersetoriais no contexto do Programa Bolsa Família pode comprometer a efetividade das ações. Destaca-se, portanto, a importância de implementar estratégias de planejamento e articulação intersetorial para aprimorar a compreensão e colaboração entre os profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social envolvidos no programa. A promoção do entendimento claro das responsabilidades e do trabalho desenvolvido pela gestão intersetorial é fundamental para garantir uma abordagem eficaz e integrada no apoio às famílias beneficiárias do programa.

Neste estudo realizado em Manicoré foi observado que os/as profissionais e coordenadores/as locais tinham conhecimento limitado sobre o Termo de Adesão²⁷ assinado pelo município para a implantação da coordenação intersetorial. Embora soubessem da existência do acordo, as profissionais não tinham compreensão detalhada sobre o tipo de trabalho desenvolvido pela gestão intersetorial. Esta falta de entendimento aprofundado sobre as atividades e responsabilidades da coordenação intersetorial PBF revela uma lacuna no conhecimento dos/as profissionais em relação à implementação efetiva das políticas públicas no município.

No contexto do Programa Bolsa Família (PBF), é fundamental registrar no Sistema de Condicionalidades (SICON) o atendimento e/ou acompanhamento das famílias beneficiárias

²⁷ Refere-se ao Termo de Adesão que os municípios aderiram ao Programa Bolsa Família - PBF.

por técnicos/as da assistência social. Isso permite orientar sobre a possibilidade de interrupção temporária dos efeitos decorrentes do não cumprimento das condicionalidades do programa. O SICON desempenha um papel fundamental ao detalhar as etapas e os instrumentos disponíveis para uma gestão eficiente desses processos, facilitando a intervenção no atendimento e/ou acompanhamento pela assistência social com as famílias beneficiárias do PBF.

No âmbito do Programa Bolsa Família na assistência social, embora não exista uma condicionalidade específica a ser cumprida pela família, é responsabilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) intervir com as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades. O objetivo é identificar as razões que estão impedindo o acesso regular das crianças e adolescentes à escola, bem como das crianças e gestantes aos cuidados básicos de saúde. As ações são voltadas para superar as situações identificadas e assegurar a proteção social dessas famílias. Essa abordagem reflete a importância da intervenção direta dos/as assistentes sociais para enfrentar os desafios relacionados ao cumprimento das condicionalidades no contexto do Programa Bolsa Família.

O trabalho dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social enfrenta desafios significativos, nas limitações das atribuições do sistema de condicionalidades no atendimento e/ou acompanhamento por não cumprimento de condicionalidades, que atualmente se restringem ao acompanhamento isolado de usuários e/ou famílias. Podemos observar as implicações dessas limitações na oferta de serviços e na promoção social, ressaltando a necessidade de melhorias nesse cenário para o trabalho efetivo no município.

O autor Martins (2022) destaca, “o desafio de refletir com o usuário nas orientações e determinações das políticas e dos programas sociais, compreendendo o ato profissional, expressa mesmo que de modo simples, o ir além dos manuais” (p. 171). Segundo o autor, enfrentar o desafio de envolver os usuários na reflexão sobre as orientações e determinações das políticas e programas sociais, implica ir além das diretrizes estabelecidas nos manuais, envolvendo uma compreensão mais profunda do trabalho profissional. A busca transcende as simples abordagens manuais, propondo uma análise mais complexa e interativa das necessidades e expectativas dos usuários em relação aos programas sociais como o PBF.

Martins (2022), assevera que as condicionalidades presentes nas políticas sociais oferecem oportunidades para um trabalho mais abrangente, indo além da mera abordagem de controle em relação aos beneficiários que não as cumprem. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais sofisticada no trato das condicionalidades e no apoio às famílias para atender às exigências dos programas sociais.

Em vista disso, a seguir será apresentado quadro contendo o panorama das principais dificuldades e/ou desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais para realizar o acompanhamento intersetorial das famílias no âmbito do Programa Bolsa Família – PBF:

Quadro 15: Dificuldades e/ou desafios enfrentados pelos/as Assistentes Sociais no acompanhamento intersetorial das famílias no âmbito do Programa Bolsa Família em Manicoré/AM.

Categorias abordadas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas das Assistentes Sociais de Manicoré
Acompanhamento Intersetorial (2) *	<p>“Eu não consigo realizar o acompanhamento intersetorial de todas as famílias, até porque eu tenho outras demandas além das condicionalidades do PBF.” (Assistente Social Crajirú. Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“Não tem como nós realizarmos o acompanhamento da intersetorialidade pelo valor que a nós recebemos do CRAS volante, então nós trabalhamos através de ação, então a minha maior dificuldade é com a logística”. (Assistente Social Aroeira. Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Acompanhamento no PAIF (2) *	<p>“Para que futuramente essa família não venha ter prejuízo ou tenha seu benefício bloqueado e até cancelado, é feito o acompanhamento através do serviço PAIF”. (Assistente Social Crajirú. Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“Então é muito complicado pra chegar até o Matupi né e aí o que que a gente faz, quando eu acompanho essas pessoas no PAIF?”. (Assistente Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Visitas domiciliares (2) *	<p>“O desafio maior são as visitas domiciliares porque o atendimento, a acolhida na instituição ele acontece, porém, o acompanhamento vamos dizer assim, através de visitas domiciliares é o mais falho por conta de outras demandas que eu tenho para atender no CRAS”. (Assistente Social Crajirú. Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“As denúncias e precisamos realizar as visitas domiciliares, nas visitas acabamos descobrindo o que é verdade o que nós já imaginávamos.” (Assistente Social Catuaba. Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Logística no município (1) *	<p>“A minha maior dificuldade na verdade é a questão da logística do nosso município, posso afirmar, pois para nós acompanhamos essas famílias no CRAS volante, no qual eu trabalho o recurso é pouco pela logística do nosso município” (Assistente Social Aroeira. Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“A gente tem muita dificuldade porque a logística do nosso município é o território é muito grande, então são muitas comunidades, vicinais, a gente ainda tem o Matupi também que é o distrito daqui, então é muito complicado”.</p>
Omissão de informação (1) *	<p>“O desafio é de ir atrás mesmo é de ir atrás da omissão de informação também, eles omitem muita informação para o cadastro, então geralmente chegam a dificuldade é essa omissão de informações deles mesmo”. (Assistente Social Catuaba. Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Plano de execução da intersetorialidade (1) *	<p>“Para mim é o alinhamento dos eixos, o alinhamento de conversa sobre o plano de execução, coordenação e atividades.” (Assistente Social Jucá. Pesquisa de Campo, 2023).</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa de campo, 2023.

*Quantitativo de narrativas direcionadas para estas categorias.

A partir dos dados tabulados no quadro 15, infere-se que a pesquisa de campo identificou as dificuldades no acompanhamento das condicionalidades no PBF. Investigamos não apenas as questões individuais das famílias, mas também fatores coletivos e contextos externos que influenciam o não cumprimento das condicionalidades. Assim, buscamos compreender as condições materiais reais que impedem as famílias de cumprir esses requisitos, promovendo uma reflexão crítica acerca do trabalho intersetorial para reforçar o acesso as políticas de educação e saúde que são direitos universais.

Neste estudo, parte-se do ponto de vista apresentado por Martins (2022), que destaca a necessidade de superar as limitações relacionadas ao gerenciamento das condicionalidades no Programa Bolsa Família. O autor expõe que o trabalho propõe uma análise aprofundada dessas restrições e explora estratégias para enfrentar esses desafios, proporcionando a melhoria no acompanhamento das condicionalidades do programa.

Martins (2022), argumenta que “mesmo como ponto de partida, é necessário superar as amarras do gerenciamento de condicionalidades” (p. 171). O autor propõe a organização de grupos de usuários como uma estratégia para uma abordagem mais próxima das reais necessidades e demandas das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esta abordagem visa superar o trabalho individualizado, promovendo a união de interesses e fortalecendo a coletividade.

O objetivo é romper com as marcas sociais da pobreza e subalternidade que afetam os estratos mais vulneráveis da classe trabalhadora, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias do PBF. Diante dos desafios presentes no cenário de redução de investimentos na área social e do aumento do conservadorismo na proteção social, o trabalho socioassistencial torna-se ainda mais complexo. As assistentes sociais entrevistadas em Manicoré/AM, ao serem questionadas sobre as principais limitações e dificuldades no acompanhamento intersetorial, destacaram as particularidades do território amazônico.

As categorias identificadas refletem as complexidades específicas enfrentadas nesse contexto, para enfrentar esses desafios e melhorar a efetividade das intervenções interssetoriais na região. Assim, obteve-se as seguintes categorias, segundo sua ordem de importância:

Quadro 16: Principais Dificuldades Vivenciadas no Acompanhamento Intersetorial no Território Amazônico de Manicoré/AM.

	Transcrição de trechos das narrativas das assistentes sociais de Manicoré
--	--

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	
Difícil acesso ao CRAS devido a localização (3) *	<p>“Assim, o desafio maior é a logística, de irmos atrás das famílias, pois são muitas demandas e a omissão também que eles omitem muita informação para o Cadastro Único, geralmente quando chegam as denúncias, precisa-se realizar as visitas, e nessas visitas acabamos conhecendo a realidade e visualizando a verdade que já imaginávamos”. (Assistente Social Catuaba, Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“Pela logística do nosso município não tem como a gente acompanhar pelo valor que a gente recebe, então nós trabalhamos através plano de ação, então a minha maior dificuldade é a logística, mas por isso que nós tentamos adaptar através do número do NIS que nós sabemos a data que o usuário vai estar em Manicoré, pois só conseguimos acompanhar na sede do município, não temos como viajar todos os meses para a zona rural”. (Assistente Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).</p> <p>“Acredito que sim, que temos dificuldades por conta do nosso território, com as particularidades da nossa região”. (Assistente Social Camomila. Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Muitas demandas e falta de profissionais (1) *	<p>“Eu acho que o desafio maior são as visitas domiciliares porque o atendimento, a acolhida, o atendimento na instituição ele acontece, porém, o acompanhamento vamos dizer assim através de visitas domiciliares é o que mais falho por conta de outras demandas que eu tenho para fazer no CRAS”. (Assistente Social Crajirú, Pesquisa de Campo, 2023).</p>
Insuficiência de recurso (1) *	<p>“O recurso do CRAS volante que é pouco, para logística do nosso município não tem como a gente acompanhar pelo valor que a gente recebe, então nós trabalhamos através de ação”. (Assistente Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa de campo, 2023.

*Quantitativo de narrativas direcionadas para estas categorias.

O quadro 16 revela desafios substanciais enfrentados pelas assistentes sociais no acompanhamento intersetorial. Entre as dificuldades destacadas por meio da pesquisa, 3 (três) profissionais apontaram o difícil acesso devido à logística do território como a principal barreira. Além disso, 1 (uma) profissional ressaltou uma demanda reprimida para atender com poucos recursos humanos disponíveis, enquanto 1 (uma) mencionou a insuficiência de fundos (recursos financeiros) para o acesso às comunidades ribeirinhas como uma das principais dificuldades no cotidiano do trabalho profissional. Esses dados fornecem uma visão abrangente dos obstáculos enfrentados pelas assistentes sociais no contexto intersetorial e amazônico.

Ao observar os dados do quadro é possível verificar que uma das principais dificuldades são as questões logística, de recursos humanos e financeiros que impactam diretamente a eficácia de suas intervenções. A logística na região norte implica em diversos desafios para a oferta dos serviços, projetos e programas para desenvolver um trabalho socioassistencial, quando em um distrito de Manicoré (Matupi) precisa-se recorrer a outro município, para atendimento em um setor do CadÚnico, CRAS, Caixa lotérica ou até mesmo uma UBS, entre outros.

Percebe-se que além de todas as dificuldades elencadas nas entrevistas pelas profissionais assistentes sociais, as políticas ainda são pensadas sem considerar o nosso território amazônico, com as particularidades da região norte, bem como sem diferenciar as peculiaridades de cada região do país, sobretudo as mesorregiões ao qual pertencem os GTPE's, como os indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, entre outros.

Além das complexidades da logística destacada nas entrevistas com as profissionais assistentes sociais, observa-se que as políticas sociais ainda são concebidas sem considerar as particularidades do território amazônico e as características peculiares (únicas) da região norte, de maneira que a falta de diferenciação das políticas nos territórios específicos afeta as comunidades locais, especialmente grupos específicos como indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, entre outros. Propor estratégias para políticas mais adaptadas à realidade da região norte é essencial, levando em conta suas particularidades culturais e geográficas, pode ser um enfoque valioso para melhorar a eficácia das ações socioassistenciais na região.

Portanto, percebe-se que além das dificuldades elencadas nas entrevistas pelas profissionais, de acordo com Silva (2022), tivemos no Brasil uma conjuntura na qual a política de assistência social sofreu ataques, iniciados com o golpe de 2016, sendo agravada pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), que chegaram ao poder em meio a um cenário de instabilidade política. Essa situação se intensificou com a crise política, socioeconômica e sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, resultando em ameaças ao sistema de proteção social do país, que ainda estava em processo de consolidação. Esses governos adotaram políticas ultraliberais, principalmente por meio de reformas fiscais, o que acentuou o quadro de incertezas e desafios para o sistema de proteção social brasileiro.

Segundo Silva (2022), durante esse período analisado, o Brasil passou por contrarreformas impactantes, como as reformas trabalhistas e previdenciárias, que resultaram na diminuição de direitos sociais conquistados historicamente. Não obstante, durante a pandemia de COVID-19, esses desafios foram exacerbados, intensificando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.

Além disso, a postura negligente do governo Bolsonaro diante da crise abrangendo esferas econômicas, sociais, sanitárias e políticas, exacerbou a desestruturação do mercado de trabalho e aumentou substancialmente as desigualdades. Essa situação colocou o Brasil novamente no Mapa da Fome, evidenciada pela triste imagem exibida pelo Fantástico no dia 25 de julho de 2021, em que mostrou pessoas na fila para conseguir doação de ossos com

retalhos de carne. Essa foi uma situação flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome, em um cenário alarmante que destaca a urgência de intervenções eficazes nas políticas públicas.

Pereira (2020), destaca a perda “além dos conselhos, e outros órgãos atacados, que possuem atribuições essenciais para a execução de políticas públicas históricas” (p. 133). Segundo a autora a extinção, redução ou exclusão de representantes da sociedade em instâncias democráticas gerou grande insegurança para os beneficiários de políticas sociais. Esse cenário representou um desafio significativo para a participação efetiva da sociedade civil e para a promoção de políticas públicas inclusivas.

O impacto dessa conjuntura de regressão de direitos sociais no Brasil pode ter consequências significativas na garantia e no desenvolvimento de políticas sociais no país. Neste sentido, foi indagado as assistentes sociais entrevistadas, quais seriam as estratégias e potencialidades que deveriam ser utilizadas para superar as dificuldades e melhorar a intersetorialidade no acompanhamento das condicionalidades do PBF:

Se tivéssemos uma lancha seria muito mais fácil, pois nós conseguiríamos apenas arcar com o combustível e não precisaríamos ter que alugar uma lancha ou um barco para levar todos os serviços ofertados pelo CRAS, essa é a nossa maior dificuldade, nós estamos sonhando e já colocamos no papel para conseguirmos uma lancha para podermos estar até mais próximos aos usuários da zona rural, já foi feito um plano de ação tanto da parte de baixo quanto da parte de cima do rio Madeira, bem como das vicinais também nós vamos realizar o mapeamento de todas as comunidades. (Assistente Social Aroeira. Pesquisa de Campo, 2023).

A assistente social Aroeira, ressalta a necessidade de uma lancha para facilitar o acesso às comunidades rurais. A falta de transporte próprio dificulta a oferta dos serviços pelo CRAS, exigindo o aluguel de barcos. O plano de ação inclui o mapeamento das comunidades ao longo do rio Madeira, mostrando a iniciativa para melhorar o acesso aos usuários da zona rural e a importância de recursos adequados para a implementação eficaz das políticas sociais.

Neste contexto, fica evidente a peculiaridade da região norte, especialmente no estado do Amazonas, onde o fator amazônico exerce uma influência significativa no trabalho do/a assistente social, especialmente nas áreas mais remotas. Apesar dos desafios enfrentados, é importante persistir nessas reflexões, bem como nas lutas e no trabalho contínuo. Compreender as nuances específicas dessa região é fundamental para a prática efetiva do serviço social, capacitando os/as profissionais a lidar com as complexidades e demandas únicas apresentadas pelo contexto amazônico.

É importante salientar ainda sobre as dificuldades da realidade amazônica, de acordo com a assistente social Aroeira, podemos identificar em sua narrativa:

Nós não temos uma lancha na assistência social, temos apenas a lancha do CRAS volante, entretanto ela não funciona, pois essa lancha não comporta os nossos rios,

não foi pensada para a nossa região e não podem levar todos os setores, pois teria que ser uma lancha grande, então para que possamos chegar na zona rural torna-se muito caro, então não conseguimos estar nas comunidades, pois os recursos disponíveis são poucos e estão cada vez mais escassos para as políticas públicas. (Assistente Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).

Segundo a assistente social Aroeira, a falta de acesso às áreas remotas tem sido uma barreira significativa para a prestação dos serviços efetivamente, sendo um desafio logístico para alcançar as comunidades rurais, revelando a necessidade urgente de uma lancha própria para o CRAS. A falta de acesso direto torna-se uma das dificuldades e problemática enfrentada pela equipe técnica, demonstrando a necessidade de haver um transporte próprio que possibilite atender a essas demandas específicas nas comunidades mais distantes. Existe a necessidade de uma lancha de apoio para o CRAS, pois isso é vital devido à impossibilidade de alcançar cada comunidade individualmente. Portanto, a aquisição de uma lancha permitiria uma abordagem mais frequente, direta e eficiente para o exercício do trabalho, eliminando a necessidade de aluguel de barcos e facilitando o acesso aos usuários nas regiões mais remotas do território amazônico. De acordo com o relato da coordenadora Hibiscus:

No nosso município a maior parte é de ribeirão, nós precisamos ir pelo rio, então demanda dificuldades, no período da cheia é a chuva e o barrando na seca (estiagem), temos localidades que é de difícil acesso mesmo, também um território no Santo Antônio do Matupi, que é totalmente diferente, pois nós precisamos atravessar um município para chegar aquele local e aquela população também precisa, então eu acredito que a questão do território mesmo, eu acredito que a logística do território. Temos comunidades distantes para chegarmos, vamos sempre de barco, tanto para nós quanto para o povo vir de lá às vezes para fazer uma atualização, para verificar alguma coisa no benefício” (Coordenadora Intersetorial Hibiscus. Pesquisa de Campo, 2023).

A coordenadora intersetorial Hibiscus destaca os desafios enfrentados no município, principalmente devido à geografia ribeirinha. O acesso às comunidades é complicado durante as cheias e secas, exigindo viagens de barco demoradas. A logística territorial apresenta obstáculos tanto para os profissionais quanto para a população, dificultando a atualização e verificação dos benefícios do Programa Bolsa Família. Esses fatores ressaltam a complexidade das operações do programa em áreas remotas como Manicoré.

O CRAS volante opera a partir de uma comunidade polo e, dependendo das demandas, desloca-se para outras comunidades que possam ter usuários com necessidades especiais, como cadeirantes, idosos ou aqueles que não podem viajar até o polo central, com a falta de acesso direto torna-se essencial a presença de uma lancha que possibilite atender a essas demandas específicas nas comunidades mais distantes (Assistentes Social Aroeira, Pesquisa de Campo, 2023).

A investigação detalhada por meio de entrevistas com as assistentes sociais e coordenadoras intersetoriais, revelou as principais dificuldades (problemáticas) enfrentadas no contexto da implementação do Programa Bolsa Família (PBF) na região Amazônica. É um dos

principais desafios destacados e expressam os aspectos da complexidade da realidade amazônica, caracterizada por particularidades geográficas e falta de fundo público para lidar com as demandas do programa. Estas revelações forneceram informações importantes sobre os obstáculos enfrentados pelos/as profissionais envolvidos/as na ponta, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das questões ligadas à execução do PBF na Amazônia.

Por fim, queremos concluir este capítulo à luz da obra de Loureiro (2009), que propôs-se discutir a implementação do SUAS na Amazônia. A autora ressalta que a simples formalização de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na estrutura de poder do estado não é o suficiente para causar um impacto significativo sobre a questão social, tanto na Amazônia quanto no Brasil. Essa reflexão leva-nos a pensar sobre a necessidade de se repensar a abordagem para lidar com a realidade local dos municípios do estado do Amazonas, indo além das estruturas formais, enfatizando a importância de uma abordagem mais profunda e efetiva para lidar com os desafios sociais, especialmente em contextos territoriais complexos como a região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste processo investigativo foi realizada uma reflexão sobre a pobreza como decorrente da estrutura de desigualdade engendrada pelo sistema capitalista, entendendo-a como uma das expressões da questão social neste sistema, traçando conexões históricas sobre o processo de enfrentamento da pobreza a partir da construção da Política de Assistência Social no âmbito da proteção social brasileira estabelecida a partir da constituição de 1988. Além disso, foram destacadas as formas de assistência aos pobres, identificando os padrões que moldaram a percepção coletiva da pobreza e o cuidado aos mais vulneráveis na sociedade capitalista.

A pesquisa também abordou ideias e conceitos relacionados às categorias questão social, pobreza, trabalho, proteção social e intersetorialidade. Destacou-se o papel do estado na formulação e implementação das políticas sociais como resposta às necessidades e direitos de indivíduos e famílias que vivem na linha da pobreza, enfrentando situações de risco e vulnerabilidade social. O trabalho do(a) assistente social e a intersetorialidade no Programa Bolsa Família (PBF) foi particularmente destacado como elemento central no combate à pobreza no Brasil, e as nuances a ele associadas foram aprofundadas na pesquisa em contexto amazônico, mais especificamente em Manicoré no Amazonas.

Demonstrou-se, como a intersetorialidade no Programa Bolsa Família (PBF) é uma categoria central na gestão do referido programa. É notório que o PBF não apenas combate à pobreza, mas também aumenta a visibilidade e a desigualdade de uma grande parcela da população vulnerável e de suas necessidades. No entanto, não basta a transferência de renda, pois os recursos financeiros não são suficientes, mas são necessários para preparar caminhos para políticas mais inclusivas e para enfrentar a persistente naturalização da pobreza e dos mecanismos tradicionais de reprodução das desigualdades sociais.

Por essa razão, o estudo buscou demonstrar que a proteção social no Brasil partiu da setorialização das demandas sociais, desconsiderando o cidadão na sua totalidade, proporcionando uma oferta de serviços públicos fragmentados.

Assim, evidenciamos que as expressões da questão social são complexas e que para enfrentá-la se faz necessário a junção de serviços e profissionais de diferentes áreas, pontuando que as mudanças e superação do pensamento linear e determinista tem que dar lugar para a admissão da complexidade dos problemas sociais na cena contemporânea.

É necessário compreender as diversidades de expressões da questão social apresentadas aos profissionais de Serviço Social e aos setores de políticas sociais, em que se faz necessária

uma articulação intersetorial em torno dos objetivos comuns das políticas públicas intersetoriais e interdisciplinares. Este estudo corrobora com o entendimento de que a complexidade dos problemas sociais exige vários olhares, diferentes modos de abordá-los, exigindo a articulação de saberes e práticas para a construção integrada de soluções que garantam à população uma vida com qualidade.

Portanto, entendemos que esse estudo proporcionou uma compreensão mais profunda sobre o trabalho dos assistentes sociais na assistência social em contexto amazônico, com foco no programa Bolsa Família, permitindo informações valiosas para as políticas públicas e futuras pesquisas na área do serviço social.

Assim, as assistentes sociais e as coordenadores intersetoriais do PBF em Manicoré/AM são agentes públicos que devem estar atentos e ter clareza sobre como o Programa Bolsa Família é implementado e operacionalizado, para garantir que a colaboração intersetorial seja utilizada não apenas como um mecanismo para controlar as famílias beneficiárias, mas como um direito do cidadãos e dever do estado de promover a efetividade das ações governamentais, assegurando a participação da sociedade na construção de políticas públicas mais transparentes e responsáveis.

Contudo, o estudo evidenciou uma complexidade de desafios e contradições no âmbito da gestão do Programa Bolsa Família, pois constatou que a intersetorialidade é frequentemente utilizada como uma ferramenta de controle e não de gestão da política. Alguns autores argumentam que isso impõe padrões às famílias em situação de pobreza, em vez de ser uma estratégia verdadeiramente integrada para prevenir riscos e vulnerabilidades sociais.

Em uma análise crítica desses processos, destaca-se as tensões entre as intenções declaradas das políticas públicas e sua implementação e práticas reais. Ao revelar essas contradições, contribuimos para uma compreensão mais profunda da implementação intersetorial, promovendo informações valiosas para os atores envolvidos, como os assistentes sociais, coordenadores intersetoriais, gestores, profissionais e pesquisadores interessados na melhoria da efetividade das políticas sociais no Brasil.

Nesse sentido, investigou-se a efetivação da intersetorialidade no âmbito da assistência social, mais especificamente relacionada ao Programa Bolsa Família (PBF), em Manicoré, Amazonas. Embora formalmente implementada, a intersetorialidade que deveria figurar uma abordagem integrada e colaborativa entre diferentes políticas públicas, muitas vezes não se traduz em práticas efetivas nos estados e municípios, conforme preconizado pela legislação e regulamentação do PBF no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além disso, o estudo constatou que, em muitos casos, a intersetorialidade é mais voltada em atender as condicionalidades das famílias beneficiárias do PBF e na manutenção do financiamento da administração pública. No entanto, é dever do poder público criar condições necessárias para melhorar efetivamente a implementação do programa e melhorar as condições de vida dos(as) beneficiários(as) do programa. Embora o financiamento seja essencial para a execução da Política de Assistência Social, a intersetorialidade, como função e objetivo do PBF, deveria ser mais do que uma série de ações isoladas. No entanto, frequentemente, é limitada às atividades setoriais, sem qualquer impacto real nas condições de vida das famílias atendidas pelo programa.

Faz-se oportuno destacar, que o objetivo desta crítica não é menosprezar a importância do financiamento do PBF em Manicoré/AM, pois sabemos que este é necessário para a implementação e execução da política de assistência social. Porém, o orçamento está cada vez mais escasso e a intersetorialidade enquanto função ou objetivo de uma política pública como o PBF fica ameaçada, pois não consegue atingir o seu real objetivo de romper com práticas imediatistas, fragmentadas e pontuais, visando obter mudanças reais na vida da população usuária desta política, mas, contraditoriamente, foram reduzidas à ações isoladas.

É importante destacar também que, assim como em muitos outros municípios brasileiros que buscaram formalizar a implementação da coordenação intersetorial (demonstrando com o cumprimento da assinatura do Termo de Adesão em 2021), Manicoré também pactuou e instituiu formalmente a coordenação intersetorial. No entanto, esse reconhecimento não se traduz na disposição de condições estruturais, como recursos humanos e materiais suficientes para garantir a prática efetiva da coordenação intersetorial na função. Nesse sentido, evidenciamos na pesquisa que a intersetorialidade se encontra formalmente implementada de fato, mas não efetivamente materializada, não atingindo o desenvolvimento das atividades da gestão no município.

Reconhecemos que a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto da intersetorialidade possui enormes desafios na política social. Contrariamente à visão estritamente normativa, ela possui diferentes padrões com as diversas formas de assimilação e interpretação das políticas pelos municípios. Contudo, destacamos a importância do trabalho das/os assistentes sociais no município, pois esse trabalho não deve se limitar à observação das condicionalidades, mas tentar construir estratégias de implementação local. Assim, buscamos realizar uma reflexão sobre a necessidade de as políticas sociais serem reinterpretadas e

adaptadas à realidade específica do município, visando uma abordagem mais sensível ao contexto amazônico da região norte e de suas realidades específicas.

Contudo, é imprescindível que o trabalho dos assistentes sociais e da coordenação intersetorial atuem segundo um processo sistemático e criterioso, orientado por uma proposta de ação que oportunize que o PBF alcance o seu maior objetivo, que é a redução das desigualdades sociais por meio da intersetorialidade.

Além disso, especialmente no campo da assistência social, como vários estudos têm demonstrado, mesmo que as funções intersetoriais sejam implementadas em áreas representativas, os estados e municípios ainda não implementam funções intersetoriais efetivas de acordo com os parâmetros recomendados nas legislações, regulamentos, portarias e normativas do PBF no SUAS.

O cenário em Manicoré revela uma série de desafios e problemas estruturais e de pessoal que afetam diretamente a eficácia das políticas públicas. Entre os problemas destacados estão a falta de financiamento estatal (fundos públicos) para trabalhos e cargos técnicos na assistência social, educação e saúde, bem como para a gestão intersetorial. A situação é agravada pela presença limitada de profissionais qualificados, com apenas uma técnica de nível superior que atende no setor do Cadastro Único e PBF. Além disso, a ausência de um plano de ação intersetorial e a falta de materiais adequados comprometem os esforços das atividades da coordenação intersetorial. Estes desafios destacam a falta de prioridade estatal com a assistência social municipal, dada a extensão territorial do município, impactando negativamente a qualidade dos serviços prestados à população local.

Os/as assistentes sociais precisam ter conhecimento profundo das complexidades da questão social e da realidade socioterritorial, sobretudo, no contexto Amazônico, o que é essencial. Somente assim, poderá ser possível garantir que sua atuação esteja alinhada às reais necessidades da população atendida, bem como com os princípios legais e éticos que orientam o trabalho profissional. Isso é particularmente essencial no contexto das ações intersetoriais, como no Programa Bolsa Família, onde uma compreensão profunda dos desafios e nuances locais é fundamental para ofertar serviços eficazes e relevantes à população.

Apesar dos desafios enfrentados, os assistentes sociais têm um papel fundamental no avanço do trabalho na gestão intersetorial. Possuindo um profundo conhecimento do território, do trabalho realizado e dos desafios e dificuldades enfrentadas pelo município, eles (as) orientam as equipes, alimentam sistemas de gestão e facilitam a articulação entre diferentes órgãos e instituições, incluindo SEMAS, CRAS, CREAS, SEMSA, SEMED e a

rede socioassistencial existente no município. Com informações privilegiadas sobre a região e a população atendida, esses/as profissionais poderão desempenhar um relevante papel na implementação e na efetividade da intersetorialidade em Manicoré. Mas para isso é preciso investimento público na qualificação desses/as profissionais para entender o significado e a importância da intersetorialidade para a gestão do PBF.

Porém, entre os desafios enfrentados na implementação da intersetorialidade no Programa Bolsa Família (PBF) em Manicoré, destaca-se a instabilidade do vínculo empregatício dos(as) assistentes sociais, bem como os(as) coordenadores(as) intersetoriais, o que compromete a continuidade e a efetividade do trabalho e das ações. Além disso, a insuficiência de recursos humanos e orçamento na Política de Assistência Social é uma barreira significativa para a prática intersetorial. A recente contratação de profissionais inexperientes destaca a necessidade de orientação e capacitação por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Desta forma, propõe-se a realização de concurso público e a implementação de um plano de trabalho, carreira e salários, visando-se a estabilidade e qualificação dos(as) profissionais, essenciais ao desenvolvimento da assistência social em Manicoré.

As indicações nesta dissertação destacam os desafios enfrentados pelo trabalho intersetorial na Assistência Social no Programa Bolsa Família (PBF) em Manicoré, considerando a atual retração de direitos e investimentos na área social. Enfatiza-se a importância do controle social como meio de participação popular na defesa dos direitos sociais, permitindo o acompanhamento e fiscalização da aplicação de fundo público e da operacionalização da Política de Assistência Social. Ressalta-se a importância do controle social como meio de participação popular na defesa dos direitos sociais, permitindo o acompanhamento e fiscalização da execução do fundo público e da funcionalidade da política de assistência social, incluindo o andamento do trabalho profissional nas atividades e ações intersetoriais no PBF.

Desta forma, nos desafios enfrentados no trabalho intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF) em Manicoré, enfatizamos a necessidade de envolver urgente os trabalhadores, usuários, pesquisadores, conselheiros e demais órgãos na salvaguarda da assistência social, como obrigação e dever do Estado e como direito à segurança social. Ressaltamos a importância de superar o estigma histórico da assistência social, que muitas vezes é vista apenas como caridade ou clientelismo, e reconhecer que é uma política pública fundamental que requer a

participação ativa e vigilante da sociedade para garantir o seu funcionamento efetivo e benefícios para aqueles que precisam.

Entende-se, que este estudo é de fundamental importância no meio acadêmico por se tratar de um estudo voltado ao trabalho dos/as assistentes sociais na intersectorialidade do Programa Bolsa Família - PBF no combate à pobreza. As pesquisas científicas sobre esse tema ainda são incipientes no Brasil, com poucos resultados teóricos. Assim este estudo é importante para fomentar o debate no sul do estado do Amazonas. Esta pesquisa também contribuiu para a produção de conhecimento no campo das políticas públicas e estímulo ao debate sobre a apropriação geográfica e territorial na região amazônica, especialmente no campo da assistência social.

É indiscutível que este estudo também se destaca nas discussões intersectoriais do SUAS, pois vincula esse tema às pesquisas sobre o trabalho dos/as assistentes sociais, que historicamente estiveram envolvidos na formação e no aprimoramento da assistência social. Este espaço sócio-ocupacional tem um grande número de assistentes sociais, o que nos instigou a discutir as competências e especificidades que emergem no cotidiano do trabalho profissional, bem como os resultados alcançados por meio da colaboração consolidada com a intersectorialidade do PBF no SUAS.

Os/as profissionais e usuários/as da Política de Assistência Social são os principais beneficiários deste estudo que, por meio de uma investigação sobre a relação entre o PBF e a intersectorialidade, revela os gargalos dessa articulação, bem como as potencialidades e possibilidades de ação para implementar esta interação e demonstrar sua importância. Assim, entende-se que o estudo contribuiu para fomentar o trabalho conjunto entre as políticas de saúde, educação e assistência social, para fortalecer o planejamento e a avaliação das ações profissionais que afetam diretamente os serviços prestados aos usuários/as, permitindo-lhes receber serviços mais qualificados para atender às suas necessidades.

Por fim, levando em consideração ao que foi mencionado, espera-se que este trabalho subsidie a gestão da Política de Assistência Social em Manicoré para tomar decisões que promovam o trabalho profissional na intersectorialidade no PBF e na proteção social. Espera-se que as inferências aqui realizadas suscitem reflexões e novos questionamentos para que outras pesquisas possam complementá-la, contribuindo para a ampliação do acesso à cidadania para a população amazonense e, também, para fomentar melhorias na qualificação das políticas públicas, visando a ampliação da proteção social e dos serviços prestados aos usuários da assistência social em contexto amazônico

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS: **Diagnóstico socioterritorial do estado do Amazonas. 2021.**

ALVES, Jolinda de Moraes; MIGOTO, Liliane. **O debate contemporâneo sobre as condicionalidades.** Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil. v. 12, n. 2, p. 193–206, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2497>. Acesso em: 7 dez. 2022.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV/ Fiocruz, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 109. Estabeleceu diretrizes para serviços sociais essenciais. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília/DF, de 11 de novembro de 2009.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/MDS** – 1. ed. – Brasília, 2009. 72 p.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia para o Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, Volume I,** 2010.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS.** Brasília, 12 de dezembro de 2012.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília/DF. 2014.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.** 5º edição revisada – fevereiro de 2023.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Decreto nº 11.566, regulamenta a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, para disciplinar a gestão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e a administração de seus pagamentos, de 16 de junho de 2023.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Diversidade no Cadastro Único: Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021.** Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. **Institui o programa Bolsa Família**; Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social). Revoga dispositivos da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a Lei 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

_____, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatório Meu Município. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 23.12.2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Relatório sobre pobreza e equidade no Brasil**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

_____, Ministro de Estado da Cidadania. Portaria – MC nº 810. **Instituição do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)**. Setembro de 2022.

_____, Ministério da Economia Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 49, 2022.**

_____, Ministro de Estado da Cidadania. Pesquisa Oxfam Data/Folha. **Percepções sobre a desigualdade no Brasil: Nós e as Desigualdades/setembro de 2022.**

_____, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). **Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil, 2022.**

_____, SENARC. MC - **Secretaria Nacional de Renda e cidadania - Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 08/12/2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 49, 2022.**

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil. Mirando o futuro após duas crises**. Washington D.C.: Banco Mundial, 2022. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/relatorio-de-pobreza-e-equidade-no-brasil-mirando-o-futuro-apos-duas-criSES>. Acesso em 10 de julho de 2022.

BATINNI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora. 2007.

BELLINI, Maria Isabel Barros. SCHERER, Patrícia Terezinha. **Intersetorialidade e políticas sociais: educação na saúde**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 232 p.

_____, Maria Isabel Barros. SCHERER, Patrícia Terezinha. FALER, Camila Susana. **Intersetorialidade: uma construção possível**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 335 p.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** 2019.

BICHIR, Renata Mirandola. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família.** 2011. Tese (Doutorado) – Programa de doutorado em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, José Murilo (2001). **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Bruno L. D.; BRONZO, Carla. **Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão.** In: FARIA, C. A. P. (Org.). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

CRESPO, Antônio Pedro; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita. RAICHELIS, Raquel Degenszajn. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social.** 2012.

COLIN, Denise; PEREIRA, Juliana Maria; GONELLI, Valéria. **Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social.** In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes (Org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

DI GIOVANNI, Giovanni. **Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual.** In: REFORMA DO ESTADO: Políticas de Emprego no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade.** SER SOCIAL, BRASÍLIA, N. 13, p. 109-130, jul. /dez. 2003.

GONÇALVES, Jussemair Weis. **A Revolução Francesa e a Invenção Social da Pobreza.** Biblos, Rio Grande, 23 (1): 9-24, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HOBBSAWM, Eric John. **Capitão Swing: A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX.** Rio de Janeiro, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

_____, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12 ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 18 de junho de 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Mercado de Trabalho**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3851/1/bmt54_econ02_economiasolidaria.pdf. Acesso em: 31. 07. 2022.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. Cadernos Fundap, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

JACCOUD, Luciana. **Pobreza, direitos e intersectorialidade na evolução recente da Proteção Social brasileira**. In Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 26 (2016) Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. 176 p.; 28 cm. 2016.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor**. Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.25-36, jan-abr, 2004.

_____, L. A. P. **Articulações entre o serviço público e o cidadão**. In: X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, Chile, oct. 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVINAS, Lena. **Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras**. (Texto para Discussão nº 596. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro. 2009.

MANICORÉ. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em 13 de abril de 2023.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 12a. Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha: os desafios do cotidiano e a performatividade** - Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022. 248 p.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva; LIRA, Izabel Cristina Dias. **A intersectorialidade na política de assistência social: desafios para a sua materialização a partir da realidade do**

CRAS Dom Aquino – Cuiabá-MT. Anais do VII JOINPP. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-intersectorialidade-na-politica-de-assistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MONNERAT, Giselle Lavinias, Almeida, Ney Luiz Teixeira de, SOUZA, Rosemary Gonçalves de. (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais.** Campinas, SP: Papel Social, 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLESCU, Basarab. Projeto CIRET-UNESCO: evolução transdisciplinar da universidade. Bangkok: Chulalongkorn University, 1997. Disponível em: <http://www.moodle.fmb.unesp.br/mod/resource/view.php?id=60>. Acesso em: 05 dezembro de 2023.

OLIVEIRA, Iris Maria de. **Assistência Social e Cultura do Atraso.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XX. Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto, 2007.

OLIVEIRA, M. R. N. de; SOUZA, D. O. de; CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Programa Bolsa Família e o Trabalho do Assistente Social: desafios e potencialidades para atender as populações ribeirinhas no Amazonas.** Anais do VII JOINPP. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-intersectorialidade-na-politica-de-assistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf>. Acesso em: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP. Cidade Universitária Dom Delgado. São Luiz/Maranhão. 19 à 22 setembro, 2023.

OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa. AFONSO, Maria Lúcia Miranda. **Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137, p. 95-112, jan. /abr. 2020.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Conceitos básicos para intervenções habitacionais.** In: Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.

POCHMANN, Marcio. **O fim do trabalho como se conhece no Brasil.** Revista do TST, São Paulo, vol., 83, nº4. outubro/dezembro 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Os direitos de cidadania na LOAS, a PNAS e o SUAS – limites e desafios.** Caderno Especial nº 21, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humana: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** – 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Potyara A. P. **Política social: temas & questões.** 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____, Potyara A. P. **A Intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética.** 1 ed. São Paulo: Editora Papel Social, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. **Nova direita, corporocracia e política social.** In: Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. Organização Potyara Amazoneida Pereira. 1. ed. São Paulo: Corte: Politiza, 2020.

PRATES, Jane Cruz. O método marxista de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos.** Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jul. 2012.

PREFEITURA DE MANICORÉ. Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. **Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2018-2021).**

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p.

RODRIGUES, Juliana Nunes. **Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online),** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>. Acesso em: 20.12.2023.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI. Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania** – 2, ed. – São Paulo: Editora Unes, 2014.

REIS, Arindal Vinicius da Fonseca. **Histórias do Nosso Chão.** [S.I., S.N.] [2011?].

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SILVA, Kamilla Ingrid Loureiro e. **A Influência da Reabertura BR 319 na comunidade Democracia no município de Manicoré.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Manaus/AM, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

_____, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 6. ed. São Paulo, 2012.

_____, Maria Ozanira; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **O BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL: problematizando a transferência de renda condicionada focalizada em famílias pobres no contexto da América Latina.** Revista de Políticas Públicas, outubro, Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil. p. 231-243, 2012.

_____, Maria Ozanira Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____, Maria Ozanira. **O Bolsa Família: Verso e Reverso. Papel Social,** Campinas, 2016.

_____, Maria Ozanira da Silva e. **Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 145, p. 53-71, set. /dez. 2022.

SILVA, Lucas Ambrósio Lopes da. **Mecanismo de construção federal da intersectorialidade no Programa Bolsa Família: o papel das burocracias.** *Revista do Serviço Público Brasília* 64 (3): 327-350 jul. /set 2013.

SOUZA, Soraia Pereira de. BRONZO, Carla. **Os desafios da gestão territorial na proteção básica em uma metrópole.** *Serviço Social & Sociedade*, Volume: 146, Número: 3, Publicado: 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.201>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

SCHERER, Elenise. **Questão social na Amazônia.** Manaus: Edua, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

_____, P. A. P. **A Intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética.** 1 ed. São Paulo: Editora Papel Social, 2014.

TECCHIO, Andréia, CORTES, Geneviève, MEDEIROS Monique; CAZELLA Ademir Antonio. **Percepções e representações sociais de famílias pobres e atores institucionais sobre pobreza e ação pública.** *Desenvolvimento em Debate*, v.9, n.1, jan-abril 2021, p.69-97.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TELES, Maria Cunha de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher?** São Paulo. Brasiliense, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFAM. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Obras de reconstrução/pavimentação da BR-319/AM**, no segmento entre os km 250,0 e km 655,7. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

VIEIRA, Rafael; NAKED Assed. **Infraestrutura de transporte e rodoviarismo na Amazônia: Gestão Ambiental e sustentabilidade na reestruturação da rodoviária BR- 319** (Manaus-Porto Velho). Anais do II Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas “Cidade Questão Ambiental: velhos desafios, novos paradigmas”. Goiás. 2012.

WANDERLEY, M. B; MARTINELLI, M. L; PAZ, R. D. da. **Intersetorialidade nas Políticas Públicas. Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan. /abr. 2020.

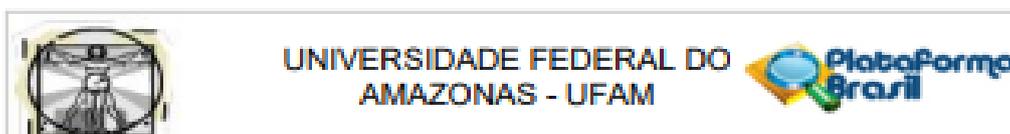
XIMENES, Daniel de Aquino. AGATTE, Juliana Picoli. **A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa.**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, p.11-19, jul. /dez. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

_____, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

ANEXOS:

A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP UFAM



Continuação do Parecer: 5.957.880

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2051044.pdf	14/02/2023 00:22:36		Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	14/02/2023 00:12:19	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto_de_pesquisa.pdf	14/02/2023 00:11:06	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_pesquisa.pdf	14/02/2023 00:02:40	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_pesquisa.pdf	13/02/2023 23:59:59	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	05/12/2022 21:22:27	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Formulario_pesquisa_de_campo.pdf	15/11/2022 01:31:28	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_orientadora.pdf	15/11/2022 01:30:25	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_pesquisadora.pdf	15/11/2022 01:29:58	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/11/2022 01:28:36	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_anuencia_secretarias.pdf	15/11/2022 01:28:09	MARIA RAIMUNDA, NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 4650

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3325-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

B - TERMOS DE ANUÊNCIA (ASSISTÊNCIA SOCIAL/EDUCAÇÃO/SAÚDE)



**PREFEITURA DE
MANICORÉ**
Município do Amazonas

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ofício Nº 348/2022-SEMAS Manicoré/AM, 26 de outubro de 2022.

A sua senhoria a senhora
Prof.ª Dª Roberta Ferreira Coelho de Andrade
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM.

ASSUNTO: Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

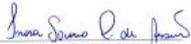
Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, Vossa Senhoria, em atenção ao Ofício nº Ofício nº 78/22 – PPGSS, referente a Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em nome da coordenadora/pesquisadora **Maria Raimunda Nascimento de Oliveira**, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, com a pesquisa intitulada: **"PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA e INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social"** orientada pela Prª Dra. Marinez Gil Nogueira, professora titular do PPGSS/UFAM.

Diante do exposto, informamos que está autorizada a pesquisa acadêmica na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Manicoré/AM. No entanto, será necessário realizar o cronograma com os profissionais e os dias referentes a realização da pesquisa, assim, possibilitar o agendamento das entrevistas. Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nesta instituição no período de novembro de 2022 a janeiro de 2023.

Contamos com a compreensão de Vossa Senhoria, tempo em que renovamos votos de singular apreço.

Atenciosamente,


Inara Socorro Coutinho de Assunção
 Secretária Municipal de Assistência Social
 Decreto Municipal Nº 013/2021

R. Getúlio Vargas, 574 - Centro, Manicoré - AM, 69280-000 | (87) 3385-2251



**PREFEITURA DE
MANICORÉ**
Município do Amazonas



SEMED
SECRETARIA
Municipal de Educação - SEMED

Ofício nº 608/2022 Manicoré/AM, 25 de setembro de 2022.

A sua Senhoria a Senhora
Prof.ª Dª Roberta Ferreira Coelho de Andrade
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM.

Assunto: Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, Vossa Senhoria, em atenção ao Ofício nº 78/22 – PPGSS, referente a Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em nome da coordenadora/pesquisadora **Maria Raimunda Nascimento de Oliveira**, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, com a pesquisa intitulada: **"PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA e INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social"** orientada pela Prª Dra. Marinez Gil Nogueira.

Diante do exposto, informamos que está autorizada a pesquisa acadêmica na Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Manicoré/AM. No entanto, será necessário realizar o cronograma com os profissionais e os dias referentes a realização da pesquisa, assim, possibilitar o agendamento das entrevistas. Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nesta instituição no período de novembro de 2022 a janeiro de 2023.

Contamos com a compreensão de Vossa Senhoria, tempo em que renovamos votos de singular apreço.

Atenciosamente,


Inara Socorro Coutinho de Assunção
 Secretária Municipal de Assistência Social
 Decreto Municipal Nº 013/2021

Avenida Getúlio Vargas, 701 - Centro | Manicoré - AM, 69280-000
 Fone: 33 157 644-0001/31 | E-mail: secretaria@manicore.am.gov.br



**PREFEITURA DE
MANICORÉ**
Município do Amazonas

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE**

OFÍCIO Nº 1086/2022 SEMSA Manicoré/AM, 26 de outubro de 2022.

Da: **Sra. Maria Adriana Moreira** - Secretária Municipal de Saúde
 A: **Prof.ª Dª Roberta Ferreira Coelho de Andrade** - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM

Assunto: Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, Vossa Senhoria, em atenção ao Ofício nº Ofício nº 77/22 – PPGSS, referente a Autorização para Coleta de Dados Necessários a Pesquisa Acadêmica de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em nome da coordenadora/pesquisadora **Maria Raimunda Nascimento de Oliveira**, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, com a pesquisa intitulada: **"PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA e INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de Serviço Social"** orientada pela Prª Dra. Marinez Gil Nogueira.

Diante do exposto, informamos que está autorizada a pesquisa acadêmica na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Manicoré/AM. No entanto, será necessário realizar o cronograma com os profissionais e os dias referentes a realização da pesquisa, assim, possibilitar o agendamento das entrevistas. Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nesta instituição no período de novembro de 2022 a janeiro de 2023.

Contamos com a compreensão de Vossa Senhoria, tempo em que renovamos votos de singular apreço.

Atenciosamente,


Maria Adriana Moreira
 Secretária Municipal de Saúde
 Dec. Msa. Nº 0126/2021

Av. Getúlio Vargas S/N, Centro, CEP 69.280-000 E-mail: manicomore@pmail.com Manicoré/Amazonas

APÊNDICES

A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (FORMULÁRIO ONLINE/ ASSISTENTES SOCIAIS)

<p>5/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p>	<p>05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p>
<p>Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de serviço social.</p> <p>QUESTIONÁRIO ON-LINE PARA OS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS</p> <p><small>* Indica uma pergunta obrigatória</small></p> <p>1. E-mail *</p> <hr/>	<p>2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</p> <p>Convidamos o (a) senhor (a) para participar da pesquisa intitulada "Programa Bolsa Família e Intersetorialidade: desafios e potencialidades da gestão do programa no município de Manicoré/AM a partir do olhar dos profissionais de serviço social", sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Raimunda Nascimento de Oliveira, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, localizado no Setor Norte do Campus Universitário, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 - Coroado, pelo telefone (92) 3305-4579 / (92) 991289365, email: ppgss@ufam.edu.br, com orientação da Profa. Dra. Marínez Gil Nogueira Cunha, com o mesmo endereço citado, e-mail: marinezgil@yahoo.com.br. A pesquisa tem como objetivo geral: analisar a visão dos profissionais de serviço social sobre as particularidades da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Manicoré/Amazonas no processo de acompanhamento intersetorial das famílias beneficiadas pelo programa, para contribuir com subsídios de fomento da efetivação da intersectorialidade na gestão do programa em contexto amazônico. E os objetivos secundários são: 1 -caracterizar o acesso das famílias beneficiárias do programa neste contexto amazônico por meio dos indicadores de gestão do município no período do estudo; 2 - Identificar nos documentos de planejamento do programa no município o delineamento das ações intersectoriais entre as políticas de assistência social, saúde e educação; 3 - Conhecer como é desenvolvido o trabalho dos assistentes sociais no acompanhamento das famílias no cumprimento das condicionalidades do programa; 4 - Desvelar a visão dos assistentes sociais e dos gestores sobre os desafios e as potencialidades do acompanhamento intersectorial das condicionalidades do programa. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a abordagem junto aos sujeitos será realizada por um conjunto de instrumentais de investigação de natureza qualitativa como enfoque dominante, e quantitativo como forma complementar, por meio de realização de pesquisa documental e bibliográfica e, como forma complementar, realizaremos também a pesquisa de campo. Para a procedência da pesquisa de campo utilizaremos da técnica de aplicação de formulário que contém questões abertas e fechadas, e se no caso as respostas destacarem bastante informações relevantes, o determinado participante da pesquisa, se tomará um informante-chave, então se utilizará da técnica da entrevista semiestruturada, realizada através de um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas. Diante do contexto ainda de pandemia pelo vírus da COVID-19, como estratégia para redução dos riscos de contaminação e para evitar aglomerações, realizaremos as entrevistas</p>
<p>https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCCQ.vszqYUbu4P3WVZ9CLqP9MnAq64RKY/edit</p>	<p>https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCCQ.vszqYUbu4P3WVZ9CLqP9MnAq64RKY/edit</p>

com os sujeitos da pesquisa à distância, utilizando ferramentas on-line, como o envio dos formulários via email e/ou google forms, além da plataforma do Google Meet, pois permite comunicação instantânea por meio de vídeo conferência. O (a) Sr. (a) está sendo convidado para participar deste estudo porque a função a qual exerce

Ihe caracteriza como um dos informantes que podem oferecer importante contribuição para a análise que pretendemos realizar. Serão respondidas as perguntas que o (a) Sr. (a) souber e quiser responder, além disso, o Sr. (a) terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. Se depois de consentir sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de

dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. O trabalho final produto desta pesquisa, será apresentado com o uso de nomes fictícios, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, assegurando assim, a confidencialidade e sigilo para preservação da sua identidade, conforme nos ampara a Resolução nº 466/2012/CNS. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio da concessão de responder um formulário com perguntas abertas e fechadas, que destaca-se como informante-chave, sua participação também se dará por meio da concessão de uma entrevista semiestruturada, também com questões abertas e fechadas. Para tal, solicitamos sua autorização prévia para o uso do recurso de gravação da videoconferência, no caso da entrevista, todavia, se isto representar algum tipo de incômodo, não o utilizaremos, lançando mão da escrita para que as informações sejam registradas. O Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por prestar informações. Se julgar necessário, o (a) Sr. (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los (as) na tomada de decisão livre e esclarecida. Informamos que os riscos advindos de sua participação nessa pesquisa podem envolver desconforto, constrangimento em algum momento da realização da aplicação do formulário ou entrevista,

no entanto, trabalharemos para que tais riscos não ocorram. Caso aconteçam, a pesquisadora responsável se compromete a encaminhar os sujeitos aos profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral, tendo como referência o Sistema Único de Saúde - SUS, ou Ihe ressarcir de qualquer prejuízo, assegurando o direito à indenização e à cobertura material

para reparação de danos oriundos desse processo, conforme orienta a Resolução nº 466/2012/CNS. A pesquisa apresenta benefícios diretos aos sujeitos da pesquisa, bem como para o aprimoramento da oferta dos serviços da Política de Assistência Social, tendo em vista que a sua participação permitirá que o

estudo desvele as mudanças e os desafios que os assistentes sociais atuantes da Política de Assistência Social têm vivenciado no período de estudo, principalmente por meio das demandas dos usuários. Além disso, colaborando com esta pesquisa você estará contribuindo para a produção de conhecimento da atuação profissional do (a) Assistente Social na Política de Assistência Social, especialmente em relação a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, nos CRAS e CREAS, bem como nas políticas de saúde e educação. O trabalho final resultado desta pesquisa será compartilhado junto a instituição anuente da pesquisa. Esta pesquisa também ficará armazenada e arquivada nas dependências da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS, tanto no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, quanto virtualmente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM (TEDE) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Cabe ressaltar que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não

será divulgada. Em caso de dúvidas, o (a) Sr. (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Maria Raimunda Nascimento de Oliveira, a qualquer tempo, através do contato (97) 999025266 ou através do email: dirhamaria1218@gmail.com. Bem como também pode entrar em contato com a sua orientadora a Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira Cunha, com o endereço de e-mail: marinezgil@yahoo.com.br e/ou celular: (92) 98132-0806. Para maiores informações quanto às questões éticas da pesquisa o (a) Sr. (a) poderá ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal

do Amazonas, localizado na Escola de Enfermagem Manaus, sala 07, no endereço Rua Teresina, n. 495, Adrianópolis Manaus/AM, contato institucional: 330511 81, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com. Este documento (TCLE) é emitido em DUAS VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr. (a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via de igual teor com cada um(a).

Marcar apenas uma oval.

- Aceito
- Não aceito

C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ONLINE (ASSISTENTES SOCIAIS)

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

3. IDENTIFICAÇÃO

Dados pessoais dos/as entrevistados/as

Nome:

4. 01 - Idade

5. 02 - Identidade de gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Homem
 Mulher

6. Outra forma de identificação de gênero *

7. 03 - Raça/Cor:

Marcar apenas uma oval.

- Branca
 Preta
 Amarela
 Parda

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

22. 13 - Tempo de serviço no local atual de trabalho: *

23. 14 - Forma de Admissão: *

Marcar apenas uma oval.

- Concurso Público
 Processo Seletivo
 Indicação

24. 15 - Tipo de contrato de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

- CLT por tempo indeterminado
 CLT por tempo determinado
 Terceirizado/ subcontratado
 Estatutário
 Trabalho informal
 Contrato Temporário

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

8. Etnia (caso houver)

9. 04 - Estado civil:

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro/a
 Casado/a
 Separado/a
 Divorciado/a
 Viúvo/a
 União estável

10. 05 - Possui filhos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

11. Caso sua resposta anterior seja sim, quantos filhos você tem?

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

25. 16 - Salário bruto (com base no salário mínimo de 1.380,60): *

Marcar apenas uma oval.

- Até dois salários mínimos (R\$ 2.761,20)
 Mais de 2 salários mínimos até 3 salários mínimos (R\$ 2.301,00 até R\$ 3.900,00)
 Mais de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos (R\$ 3.901,00 até R\$ 5.200,00)
 Mais de 4 salários mínimos até 5 salários mínimos (R\$ 5.201,00 até R\$ 6.500,00)
 Mais de 5 salários mínimos até 6 salários mínimos (R\$ 6.501,00 até R\$ 7.800,00)
 Outro.

26. CONDIÇÕES DE TRABALHO *

17 - Qual sua jornada diária de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Até 4 horas
 Até 6 horas
 Até 8 horas
 Outra.

27. Se marcou outra, especifique: *

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

12. 06 - Religião: *

Marcar apenas uma oval.

Católica

Evangélica

Espírita

Candomblé

Umbanda

Ateu

Agnóstico

Outra.

13. Se marcou outra, especifique: *

14. **FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL ***

07 - Ano de conclusão do curso de serviço social:

15. 08 - Natureza da instituição de formação: *

Marcar apenas uma oval.

Pública

Privada - Presencial

Privada - Semipresencial

Privada - À distância

Outra.

<https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCOLv0z7Ubu8P3WwZ3CLq9PMu6A648RY/edi> 7/14

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

16. Se marcou outra, especifique a instituição *

17. 09 - Já realizou algum tipo de Pós-Graduação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

18. 10 - Se sim, qual tipo (especialização, mestrado, doutorado)? *

19. 11 - Especificar a área da Pós-Graduação já realizadas e/ou em andamento *

20. **RELAÇÕES DE TRABALHO ***

12 - Função Exercida:

Marcar apenas uma oval.

Assistente Social;

Gerente/Gestor;

Técnico Social;

Outro.

21. Se marcou outro, especifique: *

<https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCOLv0z7Ubu8P3WwZ3CLq9PMu6A648RY/edi> 8/14

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

28. 18 - Você ultrapassa a sua jornada formal de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

Sim, sempre

Às vezes

Nunca

29. Caso na questão anterior você tenha marcado SIM, diga em média por quantas * horas semanais?

30. 19 - Marque os recursos (equipamentos/materiais/espaco) que você dispõe * em seu local de trabalho:

Marque todas que se aplicam.

Sala Individual

Espaço compatível para assegurar o sigilo profissional

Sala para atividades em grupo

Mobiliário suficiente

Computador

Acesso à Internet

Telefone

Transporte para realização do trabalho

Material de expediente suficiente

Ar-condicionado

Outras

31. Em caso de responder outras, especifique: *

<https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCOLv0z7Ubu8P3WwZ3CLq9PMu6A648RY/edi> 11/14

Beneficiárias do Bolsa Família

Acompanhamento

05/12/23, 16:50 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...

32. 20 - Sobre o desenvolvimento do trabalho profissional, indique a frequência * das atividades que atualmente você realiza:

Marque todas que se aplicam.

	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Gestão de Serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Perícias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudos Socioeconômicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Encaminhamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acompanhamentos Sociais diversos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Visitas Domiciliares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assessorias e/ou consultorias e supervisão técnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formulação de planos e/ou projetos de trabalho social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formulação de Projeto de Pesquisa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cadastramento de usuários em programas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planejamento de suas ações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reunião com os usuários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientação social a indivíduos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<https://docs.google.com/forms/d/11QenY3nCOLv0z7Ubu8P3WwZ3CLq9PMu6A648RY/edi> 12/14

D - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ONLINE (COORDENADORES)

<p>05/12/23, 16:46 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Aceito</p> <p><input type="radio"/> Não aceito</p> <p>3. IDENTIFICAÇÃO *</p> <p>Dados pessoais dos/as entrevistados/as</p> <p>Nome:</p> <p>_____</p> <p>4. 1 - Idade</p> <p>_____</p> <p>5. 2 - Identidade de gênero *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Homem</p> <p><input type="radio"/> Mulher</p> <p>6. Outra forma de identificação de gênero</p> <p>_____</p> <p>https://docs.google.com/forms/d/12W6LdF7pB16ASB2z1t9Dc3C-65PQaVwebcG5o/edit 5/14</p>	<p>05/12/23, 16:46 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p> <p>7. 3 - Raça/Cor: *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Branca</p> <p><input type="radio"/> Preta</p> <p><input type="radio"/> Amarela</p> <p><input type="radio"/> Parda</p> <p>8. Etnia (caso houver)</p> <p>_____</p> <p>9. 4 - Estado civil:</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Solteiro/a</p> <p><input type="radio"/> Casado/a</p> <p><input type="radio"/> Separado/a</p> <p><input type="radio"/> Divorciado/a</p> <p><input type="radio"/> Viúvo/a</p> <p><input type="radio"/> União estável</p> <p>10. 5 - Possui filhos? *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p>11. Caso sua resposta anterior seja sim, quantos filhos você tem? *</p> <p>_____</p> <p>https://docs.google.com/forms/d/12W6LdF7pB16ASB2z1t9Dc3C-65PQaVwebcG5o/edit 6/14</p>
<p>05/12/23, 16:46 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p> <p>12. 6 - Religião: *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Católica</p> <p><input type="radio"/> Evangélica</p> <p><input type="radio"/> Espírita</p> <p><input type="radio"/> Candomblé</p> <p><input type="radio"/> Umbanda</p> <p><input type="radio"/> Ateu</p> <p><input type="radio"/> Agnóstico</p> <p><input type="radio"/> Outra</p> <p>13. Se marcou outra, especificar:</p> <p>_____</p> <p>14. FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL</p> <p>_____</p> <p>15. 7 - Qual a sua formação? *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Ensino fundamental</p> <p><input type="radio"/> Ensino médio</p> <p><input type="radio"/> Ensino Superior</p> <p>16. Especificar a Área graduação: *</p> <p>_____</p> <p>https://docs.google.com/forms/d/12W6LdF7pB16ASB2z1t9Dc3C-65PQaVwebcG5o/edit 7/14</p>	<p>05/12/23, 16:46 Título do Projeto: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INTERSETORIALIDADE: desafios e potencialidades da gestão do program...</p> <p>17. 8 - Ano de conclusão do curso da graduação: *</p> <p>_____</p> <p>18. 9 - Natureza da instituição de formação: *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Pública</p> <p><input type="radio"/> Privada - Presencial</p> <p><input type="radio"/> Privada - Semipresencial</p> <p><input type="radio"/> Privada - À distância</p> <p>19. Se marcou outra, favor especificar *</p> <p>_____</p> <p>20. 10 - Já realizou algum tipo de Pós-Graduação? *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p>21. Se sim, qual tipo? *</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Especialização</p> <p><input type="radio"/> MBA</p> <p><input type="radio"/> Mestrado Acadêmico</p> <p><input type="radio"/> Mestrado Profissional</p> <p><input type="radio"/> Doutorado</p> <p>https://docs.google.com/forms/d/12W6LdF7pB16ASB2z1t9Dc3C-65PQaVwebcG5o/edit 8/14</p>

22. 11 – Especificar a Área da pós-graduação já realizadas e/ou em andamento: *

23. **RELAÇÕES DE TRABALHO ***

12 - Função Exercida:

Marcar apenas uma oval.

- Coordenador
- Gerente/Gestor
- Técnico Social e/ou similar

24. Especifique: *

25. 13 - Tempo de serviço no local atual de trabalho: *

26. 14 – Forma de Admissão: *

Marcar apenas uma oval.

- Concurso Público
- Processo Seletivo
- Indicação

coordenadores para realizarem o trabalho de gestão intersetorial no âmbito do PBF em Manicoré? Explique sua resposta:

40. 26 – Descreva quais foram as principais dificuldades e/ou desafios enfrentados pelos coordenadores/as para efetivarem a intersectorialidade nas áreas de assistência social, saúde e educação no âmbito do PBF em Manicoré:

41. 27 - Você considera que as dificuldades vivenciadas na intersectorialidade têm relação com as particularidades do território amazônico? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

27. 15 - Tipo de contrato de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

- CLT por tempo indeterminado
- CLT por tempo determinado
- Terceirizado/ subcontratado
- Estatutário
- Trabalho Informal
- Contrato Temporário

28. 16 - Salário bruto (com base no salário mínimo de 1.380,60): *

Marcar apenas uma oval.

- Até dois salários mínimos (R\$ 2.761,20)
- Mais de 2 salários mínimos até 3 salários mínimos (R\$ 2.301,00 até R\$ 3.900,00)
- Mais de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos (R\$ 3.901,00 até R\$ 5.200,00)
- Mais de 4 salários mínimos até 5 salários mínimos (R\$ 5.201,00 até R\$ 6.500,00)
- Mais de 5 salários mínimos até 6 salários mínimos (R\$ 6.501,00 até R\$ 7.800,00)
- Outro.

29. **CONDIÇÕES DE TRABALHO ***

17 - Qual sua jornada diária de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Até 4 horas
- até 6 horas
- até 8 horas
- Outra.

Legenda para as respostas:

43. 28 - Na sua visão quais seriam as estratégias (potencialidades) que deveriam ser utilizadas para superar as dificuldades e melhorar a intersectorialidade do PBF no município de Manicoré?

30. Especifique: *

31. 18 - Você ultrapassa a sua jornada formal de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sempre
- Às vezes
- Nunca

32. 19 - Caso na questão anterior você tenha marcado SIM, diga em média por quantas horas semanais? *

33. 20 - Para você o que significa a intersectorialidade na gestão do Bolsa Família? *

34. 21 - Você considera que há gestão intersectorial no PBF no município de Manicoré? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

35. Explique sua resposta: *

36. 22 - Destaque as principais demandas colocadas ao trabalho do coordenador intersectorial no PBF no município: *

37. 23 - Quais são as principais demandas desta coordenação intersectorial ao trabalho dos assistentes sociais da política de assistência social municipal para realização do acompanhamento das famílias do programa bolsa família em descumprimento de condicionalidade? *

38. 24 - Você considera que o acompanhamento que é efetivamente realizado pelos assistentes sociais na assistência social é feito de modo intersectorial? justifique: *
